



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XX — Nº 83

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

#### ORDEM DO DIA

Em 23 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

Veto presidencial (parcial), ao Projeto de Lei nº 2 424-B-64, na Câmara, nº 320-64 no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do art. 1º, alínea "c", as palavras: "e materiais".
2	Do art. 1º, alínea "c", as palavras finais: "desde que não existo produto nacional idêntico".
3	Alínea "m" do item IV do art. 1º.
4	Da alínea "b" do item IX do art. 1º, as palavras finais em seguida a "(GEITEC)".
5	Alínea "h" do item IX do art. 1º.
6	Alínea "i" do item IX do art. 1º.
7	Dos itens XIV e XV as palavras: "taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante e de emolumentos consulares".
8	§ 3º do art. 1º.
9	Art. 4º.
10	Art. 5º.

#### SESSAO CONJUNTA

Em 30 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.300-C/64 na Câmara e nº 225/64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acórdão, das desapropriações efetuadas no Nordeste.
- 2º Nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;
- 3º Nº 942-B/63 na Câmara e nº 236/64 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e julgamento na 4ª Região de Justiça do Trabalho e dá outras providências;
- 4º Nº 2.200-E/64 na Câmara e nº 206/64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- 5º Nº 2.349-B/64 na Câmara e nº 242/64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- 6º Nº 817-E/59 na Câmara e nº 251/64 no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Disposição a que se refere
PRIMEIRO VETO		
nº 1	1º	Art. 7º e seu parágrafo.
SEGUNDO VETO		
2	2º	Art. 3º e seu parágrafo.
TERCEIRO VETO		
3	3º	Art. 3º (palavras vetadas).
QUARTO VETO		
4	4º	Art. 6º (caput) — palavras vetadas. Parág. único do art. 6º.
QUINTO VETO		
5	5º	§ 2º do art. 7º (palavra vetada).
SEXTO VETO		
6	1º	Do art. 1º as palavras "até a data desta lei".
7	6º	Do art. 1º as palavras "e débitos de auxílios financeiros e outras contribuições atinentes à segurança da família, de nomeação ou admissão de pessoal, contrato de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos".
8	6º	Do art. 1º, as palavras "concedidas pelas referidas entidades".

#### SESSAO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 10 horas

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição número 4, de 1965, (C.N.) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna necessária a declaração de bens para candidatos a cargos eletivos, veda e considera nulos, de pleno direito, os atos praticados nos noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e até o término do mandato do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, de nomeação ou admissão de pessoal, contrato de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos.

#### SESSAO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (totais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.661-B/61 na Câmara e nº 192/64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, no Estado de Minas Gerais

- 2º Nº 2.560-C/61 na Câmara e nº 6/64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;
- 3º Nº 2.570-C/61 na Câmara e nº 126/64 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;
- 4º Nº 333-B/63 na Câmara e nº 173/64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife;
- 5º Nº 2.158-B/64 na Câmara e nº 297/64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concurso público para candidatos habilitados que estejam executivo;
- 6º 2.179-A/65 na Câmara e nº 54/65 no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções praticadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

## ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Câmara Voto a que se refere (totalidade do projeto)

- nº
- 1 Primeiro.
- 2 Segundo.
- 3 Terceiro.
- 4 Quarto.
- 5 Quinto.
- 6 Sexto.

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 23 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 22 de junho:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 817-B-59, na Câmara dos Deputados e nº 251-64 no Senado Federal, que permite consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Dia 23 de junho:

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-61, na Câmara e nº 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mandada a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, sobresselentes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua produção.

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.245-F-62, na Câmara e nº 76-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências.

Senado Federal, 26 de maio de 1935.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 20 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.651-B-61, na Câmara e nº 79-61 no Senado, que cria a Escola Agrícola do Ceará, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de junho de 1935.

AUGO MOURA ANTUNES

Presidente

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum e tendo em vista que numerosos vetos presidenciais pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, alguns transferidos de datas anteriormente marcadas e outros recentemente recebidos, resolve:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de julho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões o dia 13 convocadas para os dias 6, 14, 15, 13, 22 e 20 de junho a designação constante da relação anexa.

Senado Federal, 6 de junho de 1935.

AUGO MOURA ANTUNES

Presidente

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 80,

Ano ..... Cr\$ 96

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 126.

## FUNCIONARIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39

Ano ..... Cr\$ 76,

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 103,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolacimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidas aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por, exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

## Vetos presidenciais a serem apreciados no período de 8 de junho a 21 de julho de 1965

Dia 22 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.424-B-64, na Câmara e número 320-64, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 20 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.300-C-64, na Câmara e número 225-64, no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.423-B-64, na Câmara, e número 313-64, no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Judiciário da União, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 042-B-63, na Câmara, e número 256-61, no Senado, que cria Juízes de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.209-B-64, na Câmara, e número 206-64, no Senado, que altera a Recita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965 (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 2.349-B-64, na Câmara, e número 242-64, no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 817-E-59, na Câmara, e número 251-64, no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro (veto parcial);

Dia 1º de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.661-B-61, na Câmara e número 192-64, no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, do Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.560-61, na Câmara, e número 6-64, no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.570-F-61, na Câmara e número 126-63, no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 333-B-63, na Câmara, e número 173-64, no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais, de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada na Rua do Sol, número 143, em Recife, Pernambuco (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.158-B-64, na Câmara e número 297-64, no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.719-A-65, na Câmara e número 54-65, no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências (veto total).

Dia 5 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.272-B-61, na Câmara e número 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção sobressalentes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua fabricação (veto total);

— ao Projeto de Lei número 4.245-E-62, na Câmara e número 78-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 7 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.439-A-64, na Câmara e número 11-64, no Senado, que autoriza a cessão, à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso, da área da fazenda denominada "Remonta" situada naquele Município, pertencente à União (veto total);

— ao Projeto de Lei número 1-65 (CN), que incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.626-B-61, na Câmara e número 79-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.351-64, na Câmara e número 248-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda de qualquer natureza (veto parcial).

Dia 8 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.001-B-61, na Câmara e número 35-62, no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto àqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 562-B-55, na Câmara e número 220-64, no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.636-B-65, na Câmara e número 34-65, no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Con-

gressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 13 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.360-64, na Câmara e número 271-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 14 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão).

Dias 15 e 20 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.322-64, na Câmara e número 247-64, no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial).

Dia 21 de julho, às 21,30 horas

— ao Projeto de Lei número 1.857-C-60, na Câmara e número 153-64, no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela Lei número 3.752, de 14.4.1950 (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 926-56, na Câmara e número 139 de 1962, no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 617-B-63, na Câmara e número 109-63, no Senado, que concede isenção de imposto de renda a Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.287-B-60, na Câmara e número 7-64, no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 362-B-64, na Câmara e número 279-64, no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 3.364-B-61, na Câmara e número 116-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 5º, do Código Penal (veto parcial).

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 27 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de julho:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.663-D/65 na Câmara e nº 53/65 no Senado, que altera dispositivos da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.703-B/65 na Câmara e nº 62/65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio, com o Governo do Brasil;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.187-B/62 na Câmara e nº 123/64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro.

Senado Federal, 15 de junho de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1965

*Suspende a execução do ato nº 993, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.*

Art. 1º É suspensa por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 15 de agosto de 1954, no recurso extraordinário 18.606, de São Paulo, a execução do ato nº 993, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1965

*Suspende a execução do art. 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 93 e seus parágrafos da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 23 de setembro de 1957, na Representação nº 314, do Procurador-Geral da República, a execução do art. 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 93 e seus parágrafos da Lei nº 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1965

*Suspende, em parte, a execução do art. 102 da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de junho de 1958, no recurso extraordinário nº 29.888, do Estado da Paraíba, a execução do art. 102 da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949, do mesmo Estado, na parte em que assegura aos funcionários municipais as mesmas vantagens atribuídas aos servidores estaduais pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1965

*Suspende a execução da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1950, do Estado de Mato Grosso.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 30 de agosto de 1961, no recurso extraordinário nº 44.585, do Estado de Mato Grosso, a execução da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1950, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1965

*Suspende a execução do art. 62, § 2º, do Regimento de Custas do Estado de Goiás.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 11 de janeiro de 1952, no recurso extraordinário nº 15.861, do Estado de Goiás, a execução do art. 62, § 2º, do Regimento de Custas do mesmo Estado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1965

Torna sem efeito a Resolução nº 17, de 24 de março de 1965, do Senado Federal

Artigo único. Fica sem efeito a Resolução nº 17, de 24 de março de 1965, que suspendeu a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia, em virtude de haver o Supremo Tribunal Federal, através do Ofício nº 704-P, de 10 de maio de 1965, comunicado que, em decisão proferida em embargos de nulidades, reconsiderou pronunciamento anterior, que dera pela inconstitucionalidade daquele diploma legal.

Senado Federal, em 22 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## ATA DA 79ª SESSÃO, EM 22 DE JUNHO DE 1965

## 3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

## PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-presentes os Senhores Senadores:

Goid Wasser Santos.  
Edvardo Assmar.  
Arthur Virgílio.  
Cattete Pinheiro.  
Joaquim Parente.  
Antônio Jucá.  
Dix-Huit Rosado.  
Barros Carvalho.  
Ermirio de Moraes.  
Hermann Torres.  
Heribaldo Vieira.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Eurico Rezende.  
Aarão Steinbruch.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Moura Andrade.  
Armando Storn.  
Pedro Ludovico.  
Lopes da Costa.  
Bezerra Neto.  
Antônio Carlos.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondin.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá. — (27).

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Senhores Senadores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

## EXPEDIENTE

Mensagem nº 208-65 (nº de origem 418-65), de 16 do mês em curso, do Sr. Presidente da República — Restitui dois dos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 1965, que, sancionado, se transformou na Lei nº 4.676, de 16 do corrente, que modifica, em parte, as Leis nºs 2.308, de 31 de agosto de 1954, 2.944, de 8 de novembro de 1956, 4.156, de 28 de novembro de 1962, e 4.364, de 22 de junho de 1964, que dispõe sobre o Fundo Federal de Eletrificação e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, e dá outras providências.

## MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, números 209 a 211, contendo as razões

de vetos opostos a proposições legislativas, nos seguintes termos:

## MENSAGEM

Nº 209, de 1965

(Nº 416-65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.660, de 1965, (no Senado, nº 46-65), que isenta do impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Incide o veto sobre o artigo 6º, que considero contrário aos interesses nacionais.

## Razões:

O referido artigo estende às entidades educacionais e assistenciais os favores fiscais propostos pelo Poder Executivo para instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Embora em princípio seja aceitável essa extensão, não foi ela cercada das mesmas garantias estabelecidas para o caso da concessão de isenção a instituições médico-hospitalares, em que se exigiu prévia audiência da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde e sua manifestação expressa a respeito da essencialidade do material ou equipamento a ser importado, bem como da habilitação da entidade para recebimento do favor.

O artigo 6º limita-se a exigir o registro da entidade no Conselho Nacional do Serviço Social, exigência que não parece suficiente para a proteção dos interesses da União.

O veto a esse dispositivo não impedirá o Poder Executivo de estudar o projeto de concessão a entidades educacionais e assistências, sem finalidades lucrativas, de favores fiscais semelhantes aos concedidos a instituições médico-hospitalares, estabelecendo porém as garantias indispensáveis à defesa do erário público.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 16 de junho de 1965.

— H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São isentos dos impostos de importação e de consumo, dos emolu-

mentos consulares, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, de despesas de armazenagens e capatazias e de quaisquer outras contribuições fiscais, os bens adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País que se dediquem, sem finalidade lucrativa, a prestar assistência médico-hospitalar.

Parágrafo único. A importação dos bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificado de cobertura cambial, nem a licença prévia da Câmara de Comércio Exterior.

Art. 2º. Antes da importação, a entidade beneficiada apresentará à Divisão de Organização Hospitalar, em 3 (três) vias, a relação do material a ser importado, acompanhada das provas da doação.

Art. 3º. Com o parecer daquela Divisão, quanto à essencialidade do material ou equipamento a ser importação e habilitação da entidade para obtenção do favor, o Ministério da Saúde encaminhará 2 (duas) vias, devidamente autenticadas, ao Ministério da Fazenda, para exame dos demais documentos relativos à doação.

Art. 4º. Verificada a regularidade dos documentos, o Ministério da Fazenda expedirá ordem de desembaraço do material ou dos equipamentos a estação aduaneira de destino.

Art. 5º. O material e equipamentos, entrados no País na forma desta Lei somente poderão ser utilizados pela própria entidade beneficiada, nos seus serviços médico-hospitalares ou ambulatórios, vedada a cessão ou alienação, sem expressa permissão da autoridade aduaneira competente, ouvido o Ministério da Saúde, sob as penas da lei e observadas as normas gerais da legislação específica que rege a espécie.

Parágrafo único. Na conformidade da mesma legislação, o correto uso e emprego do material ou equipamentos ficam sujeitos à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que for exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º. O disposto nesta Lei estende-se a materiais e equipamentos doados por entidades filantrópicas, assistenciais ou assemelhadas estrangeiras, a entidades educacionais e assistenciais brasileiras registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de Relator o veto

## MENSAGEM

Nº 210, de 1965

(Nº 424-65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados número 3.291-F-61 (no Senado número 281-64) que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciadores de Propaganda e dá outras providências. Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

1) No artigo 3º, a expressão "independente de controle financeiro de qualquer anunciante ou veículo de divulgação".

## Razões:

O projeto em exame ensina a criação, através desse artigo, de um monopólio das empresas de propaganda organizadas em forma de sociedade,

proibindo que qualquer empresa que usa dos veículos publicitários possa ser proprietária, sócia ou interessada em qualquer agência de publicidade.

Ora, muitas grandes empresas industriais e comerciais, em razão de sua própria estrutura, têm organizados os seus próprios departamentos de propaganda, dotados de especialistas nos mais diversos ramos de ordem publicitária. Nessas condições, mantêm contatos diretos com os órgãos de divulgação da propaganda em todas as suas formas.

Vale acrescentar, outrossim, que essa atividade das empresas não visa a lucros, mas é um imperativo das próprias circunstâncias ao seu funcionamento.

A empresa que fabrica produtos muito diferentes entre si, que exigem publicidade de gênero diversificado, dirigida a grupos de público diferentes, não pode, em regra, limitar-se a uma só Agência de Propaganda, que quase nunca pode encarregar-se da publicidade de todos os produtos, pelo fato de já cuidar da propaganda de empresa concorrente, quanto a um dos artigos a anunciar. Se, então, a Empresa é grande, e numerosos seus produtos, vê-se forçada a trabalhar com cinco ou seis Agências diferentes, e, em consequência, obrigada ainda a manter seu próprio órgão interno de Propaganda para coordenar e controlar as atividades e resultados da atuação das Agências externas.

Isso é impraticável, por ser sumamente oneroso e encarecer grandemente os produtos. Daí a imperiosa necessidade de, em certos e limitados casos, fazer funcionar uma Agência própria que concentre a manipulação de toda a propaganda de um cliente de produção heterogênea, obrigatoriamente diferenciada para numerosos artigos, inteiramente diversos entre si.

2) No artigo 9º, a expressão "ou nas Inspetorias Regionais nos Estados e Territórios".

## Razões:

O artigo alude inexatamente ao nome dos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social e a ideia já está compreendida na expressão genérica anterior.

3) No artigo 10, § 1º, a expressão "no Departamento Nacional do Trabalho ou nas Inspetorias Regionais nos Estados e Territórios".

## Razões:

O registro, atualmente, não se faz mais no Departamento Nacional do Trabalho e sim no Departamento Nacional de Emprego e Salário, através das Delegacias Regionais de Trabalho. A expressão, se mantida, poderia causar confusão e perturbar a atual competência dos órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

4) No artigo 15, a palavra "suas" que vem antes da palavra "Delegacias" e a expressão "ou Inspetorias".

## Razões:

O Departamento Nacional do Trabalho não tem Delegacias nem extensas Inspetorias Regionais.

5) No artigo 16, parágrafo único, a expressão final: "com efeito suspensivo para o Ministro do Trabalho e Previdência Social".

## Razões:

A expressão, se mantida, viria sujeitar outras instâncias intermediárias previstas na legislação vigente do momento normal dos recursos e acarretar sobrecarga desnecessária ao Ministro de Estado.

Além disso, o efeito suspensivo não teria cabimento, conflitando inclusive com a regra geral para todos os recursos relativos às infrações das leis trabalhistas, regra esta estabelecida no parágrafo único do artigo 636 da Consolidação das Leis do Trabalho, a qual exige o depósito prévio do valor da multa.



**Razões:**

Esse artigo é mera repetição das disposições do artigo 15.

**O artigo 19.****Razões:**

A concessão da prerrogativa da alínea "d" do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, as associações civis, bem como a FEBRASP somente pode ser efetuada com base no artigo 559 dessa Consolidação, a título excepcional, pelo Presidente da República e por proposta do Ministro do Trabalho, isto, porém, em processo regular e só depois de efetivada tal concessão é que poderá a entidade gozar da citada prerrogativa. Além disso, o artigo 19 anula completamente o Sindicato representativo da categoria profissional, ferindo destearte, o princípio básico da sindicalização quanto à exclusividade de representação da categoria profissional pelo Sindicato.

Os Poderes Públicos poderão recorrer à FEBRASP como órgão de consulta a assessoramento, desde que, em processo regular, lhe seja concedida essa prerrogativa, nos expressos termos do artigo 559, da CLT, não podendo, porém, a sua designação com a exclusividade que lhe outorga o citado artigo 19 do projeto, o que importa na completa anulação do poder de representação conferido por lei ao Sindicato.

Para que os Poderes Públicos recorram à FEBRASP não é essencial a sua menção na lei, tornando-se mesmo desnecessária, bastando que, como já foi dito, lhe seja sido concedida a prerrogativa nos termos da legislação em vigor.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 18 de junho de 1965 — H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**

Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Capítulo I****Definições**

Art. 1º São Publicitários aqueles que, em caráter regular e permanente, exercem funções de natureza técnica da especialidade, nas Agências de Propaganda, nos veículos de divulgação, ou em quaisquer empresas nas quais se produza propaganda.

Art. 2º Consideram-se Agenciadores de Propaganda os profissionais que, vinculados aos veículos de divulgação, a eles encaminham propaganda por conta de terceiros.

Art. 3º A Agência de Propaganda é pessoa jurídica, independente de controle financeiro de qualquer anunciante ou veículo de divulgação, e especializada na arte e técnica publicitária, que, através de especialistas, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços, difundir idéias ou informações públicas a respeito de organizações ou instituições colocadas a serviço desse mesmo público.

Art. 4º São veículos de divulgação, para os efeitos desta lei, quaisquer meios de comunicação visual ou auditiva capazes de transmitir mensagens de propaganda ao público, desde que reconhecidos pelas entidades e órgãos de classe, assim considerados as associações civis locais e regionais de propaganda bem como os sindicatos de publicitários.

Art. 5º Compreende-se por propaganda qualquer forma remunerada de difusão de idéias, mercadorias ou serviços, por parte de um anunciante identificado.

**Capítulo II****Da Profissão de Publicitário**

Art. 6º A designação profissional de Publicitário será privativa dos que se enquadraram nas disposições da presente lei.

§ 1º Os auxiliares que, nas Agências de Propaganda e outras organizações de propaganda, não colaborarem, diretamente, no planejamento, execução, produção e distribuição da propaganda terão a designação profissional correspondente às suas funções específicas.

§ 2º Nos casos em que profissionais de outras categorias exerçam funções nas Agências de Propaganda, tais profissionais conservarão os privilégios que a lei lhes concede em suas respectivas categorias profissionais.

§ 3º Para os efeitos de recolhimento do Imposto Sindical, os jornalistas registrados como redatores, revisores e desenhistas, que exerçam suas funções em Agências de Propaganda e outras empresas nas quais se execute propaganda, poderão optar entre o recolhimento para o sindicato de sua categoria profissional ou para o Sindicato dos Publicitários.

Art. 7º A remuneração dos Publicitários não Agenciadores será baseada nas normas que regem os contratos comuns de trabalho assegurando-se-lhes todos os benefícios de caráter social e previdenciário outorgados pelas Leis do Trabalho.

Art. 8º O registro da profissão de Publicitário ficará instituído com a promulgação da presente Lei e tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias para aqueles que já se encontram no exercício da profissão.

Parágrafo único. Para o citado registro, o Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho exigirá os seguintes documentos:

- a) 1 — diploma de uma escola em curso de propaganda;
- 2 — ou atestado de frequência, na qualidade de estudante;
- 3 — ou, ainda, atestado do empregador;

b) Carteira Profissional e prova de pagamento do Imposto Sindical, se já no exercício da profissão.

**Capítulo III****Da Profissão de Agenciador de Propaganda**

Art. 9º O exercício da profissão de Agenciador de Propaganda somente será facultado aos que estiverem devidamente identificados e inscritos nos serviços de identificação profissional do Departamento Nacional do Trabalho ou nas Inspetorias Regionais, nos Estados e Territórios.

Art. 10. Para o registro de que trata o artigo anterior, os interessados deverão apresentar:

- a) prova de exercício efetivo da profissão, durante, pelo menos, doze meses, na forma da Carteira Profissional anotada pelo empregador, ou prova de recebimento de remuneração pela propaganda encaminhada a veículos de divulgação, durante igual período;
- b) atestado de capacitação profissional, concedido por entidades de classe;
- c) prova de pagamento do Imposto Sindical.

§ 1º Para os fins da comprovação exigida pela alínea "a" deste artigo, será facultado aos Agenciadores de Propaganda ainda não registrados no Departamento Nacional do Trabalho ou nas Inspetorias Regionais nos Estados e Territórios, encaminharem propaganda aos veículos, desde que comprovem sua filiação aos sindicatos da classe.

§ 2º O Sindicato da classe manterá um registro dos Agenciadores de Propaganda, a que se refere o parágrafo anterior, para o fim de lhes permitir o exercício preparatório da profissão

somente no decurso de doze meses, improrrogáveis.

§ 3º O registro da profissão de Agenciador de Propaganda tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para aqueles que já se encontram no exercício dessa atividade.

**Capítulo IV****Das Comissões e Descontos devidos aos Agenciadores e às Agências de Propaganda**

Art. 11. A comissão, que constitui a remuneração dos Agenciadores de Propaganda, bem como o desconto devido às Agências de Propaganda, serão fixados pelos veículos de divulgação sobre os preços estabelecidos em tabela.

Parágrafo único. Não será concedida nenhuma comissão ou desconto sobre propaganda encaminhada diretamente aos veículos de divulgação por qualquer pessoa física ou jurídica que não se enquadre na classificação de Agenciador de Propaganda ou Agência de Propaganda, como definidos na presente Lei.

Art. 12. Não será permitido aos veículos de divulgação descontarem da remuneração dos Agenciadores de Propaganda, no todo ou em parte, os débitos não saldados por anunciantes, desde que sua propaganda tenha sido formal e previamente aceita pela direção comercial de veículo da divulgação.

Art. 13. Os veículos de divulgação poderão manter a seu serviço Representantes (Contatos) junto a anunciantes e Agências de Propaganda, mediante remuneração fixa.

Parágrafo único. A função de Representantes (Contatos) poderá ser exercida por Agenciador de Propaganda, sem prejuízo de pagamento de comissões, se assim convier às partes.

Art. 14. Ficam assegurados aos Agenciadores de Propaganda, registrados em qualquer veículo de divulgação, todos os benefícios de caráter social e previdenciário outorgados pelas Leis do Trabalho.

**Capítulo V****Da Fiscalização e Penalidades**

Art. 15. A fiscalização dos dispositivos desta Lei será exercida pelo Departamento Nacional do Trabalho, suas Delegacias ou Inspetorias Regionais, assim como pelos sindicatos e associações de classe das categorias interessadas, que deverão representar às autoridades a respeito de quaisquer infrações.

Art. 16. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas pelo órgão oficial fiscalizador com as seguintes penas, sem prejuízo das medidas judiciais adequadas e seus efeitos como de direito:

a) multa, nos casos de infração a qualquer dispositivo, a qual variará entre o valor da décima parte do salário-mínimo vigente na região e o máximo correspondente a dez vezes o mesmo salário-mínimo;

b) se a infração for a do parágrafo único do art. 11, serão multadas ambas as partes, a base de 10 (dez) a 50% (cinquenta) por cento sobre o valor do negócio publicitário realizado.

Parágrafo único. Das penalidades aplicadas, caberá sempre recurso, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo, para o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

**Capítulo VI****Disposições Gerais**

Art. 17. A atividade publicitária nacional será regida pelos princípios e normas do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, instituído pelo I Congresso Brasileiro de Propaganda, realizado em outubro de 1957, na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 18. A fiscalização dos dispositivos desta Lei será exercida pelo Departamento Nacional do Trabalho,

suas Delegacias e Inspetorias nos Estados ou Territórios Federais, e bem assim pelos sindicatos e associações de classe, cabendo recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 19. A Federação Brasileira de Publicidade — FEBRASP — funcionará como órgão de consulta e assessoramento dos Poderes Públicos no que entenda como assunto relacionado com a arte e a técnica de propaganda, de acordo com o art. 513, alínea D, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 20. A presente Lei, regulamentada pelo Ministério do Trabalho dentro de 30 (trinta) dias de sua publicação, entra em vigor na data dessa publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

**MENSAGEM**

Nº 211, de 1965

(Nº 417-65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara número 2.640-E-65 (do Senado nº 35-65), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências. Incide o veto sobre o art. 7º, que considero contrário aos interesses nacionais.

**Razões:**

Mantido o artigo sem a ressalva de também ser feita em moeda estrangeira a cobertura do seguro, ficaria consideravelmente enfraquecida a garantia que a Lei pretende assegurar ao exportador brasileiro, para dar-lhe condições de competir no mercado internacional, notadamente no que diz respeito à conquista de mercados de países novos e com suas estruturas ainda em fase de consolidação.

Com efeito, as responsabilidades assumidas pelos exportadores — no caso dos riscos — comerciais e dos riscos políticos e extraordinários a que se refere o art. 2º do Projeto — são responsabilidades que se tornam efetivas na moeda estabelecida nos respectivos contratos de exportação. Em consequência, a possibilidade de cobrir o seguro de tais responsabilidades, na moeda em que se efetivam, equivale a sobrecarregar o exportador com riscos eventuais de câmbio que poderão desalentá-lo de promover precisamente as exportações que o projeto quer estimular. Ou seja, a de produtos industriais, com maior índice de elaboração técnica, geralmente vendidos a prazo médio e longo.

A eliminação do art. 7º do Projeto tornará possível o seguro na moeda em que foram exportados tais produtos, ficando a matéria regulada pela legislação específica cambial e monetária.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 16 de junho de 1965. — H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O seguro de crédito à exportação tem por fim garantir, contra riscos a que estiverem sujeitas

as operações resultantes da exportação a crédito de mercadorias e serviços, os contratantes no Brasil dessas operações ou as entidades de crédito que as financiarem.

Art. 2º Os riscos cobertos pelo seguro de crédito à exportação são os "riscos comerciais" e os "riscos políticos e extraordinários".

Art. 3º Considera-se "risco comercial" a insolvência do importador de mercadorias e serviços brasileiros, efetivando-se o sinistro quando:

a) decretada judicialmente a falência ou concordata do devedor;

b) concluído um acordo particular do devedor com seus credores, com anuência do Instituto de Resseguros do Brasil, para pagamento com redução do débito;

c) executado o devedor, revelarem-se insuficientes ou insuscetíveis de seqüestro ou penhor os seus bens.

Art. 4º Consideram-se "riscos políticos e extraordinários" as situações que determinem a falta de pagamento dos débitos contraídos pelos importadores de mercadorias e serviços:

I — Desde que, em consequência de medidas adotadas pelo governo estrangeiro:

a) não se realize, de nenhuma forma, o pagamento do débito;

b) não se realize o pagamento na medida convencional e disto resulte perda para o exportador brasileiro de mercadorias e serviços;

c) não tenha lugar a transferência das importâncias devidas, apesar de os devedores terem depositado as somas necessárias em banco ou conta oficial dentro do seu país;

d) não se efetue o pagamento, dentro do prazo de 6 (seis) meses seguintes ao vencimento, por moratória estabelecida em caráter geral no país do devedor.

II — Desde que, em decorrência de guerra civil ou estrangeira, revolução, ou qualquer acontecimento similar no país do devedor, não se realize o pagamento dos débitos;

III — Desde que o devedor estrangeiro não possa realizar o pagamento, por circunstâncias ou acontecimentos de caráter catastrófico;

IV — Desde que, por circunstâncias ou acontecimentos políticos, os bens objeto do crédito segurado sejam requisitados, destruídos ou avariados, sempre que a reparação do dano não se tenha obtido antes de transcorridos 6 (seis) meses da data do vencimento fixada no contrato;

V — Desde que o exportador, previamente autorizado pelas autoridades brasileiras, recupere suas mercadorias para evitar um risco político latente e, em consequência dessa recuperação, advenha uma perda para o exportador;

VI — Desde que, por decisão do Governo brasileiro ou dos governos estrangeiros, posterior aos contratos firmados, se adotem medidas das quais resulte a impossibilidade de realizar a exportação ou a execução dos serviços, e por este fato, se produzam perdas para o exportador ou contratante brasileiro;

VII — Quando o devedor for órgão de administração pública estrangeira ou entidade vinculada ao mesmo, ou quando for um particular com a operação garantida por um destes órgãos ou entidades, e, em qualquer dos casos, o pagamento não se efetuar, por qualquer motivo.

Parágrafo único. As garantias de cobertura para "riscos políticos e extraordinários" se estenderão também aos casos de exportação em consignação, de feiras, mostras, exposições e similares, quando se verificar, por uma das situações descritas neste artigo, a impossibilidade de fazer retornar as mercadorias brasileiras não vendidas no exterior.

Art. 5º A cobertura do seguro de crédito à exportação incidirá sobre

as perdas líquidas definitivas, dos exportadores do Brasil de mercadorias e serviços, decorrentes da falta de cumprimento, por parte dos importadores do estrangeiro, das condições dos contratos, abrangendo, também, as circunstâncias que determinem a rescisão dos contratos, entre a data em que estes forem firmados e a data em que deveria ser efetivado o embarque das mercadorias ou iniciada a execução dos serviços.

Parágrafo único. A cobertura do seguro de crédito à exportação não abrangerá os prejuízos decorrentes de lucros esperados ou de oscilações de mercado.

Art. 6º A cobertura dos "riscos comerciais" e dos "riscos políticos e extraordinários" presumirá sempre uma participação obrigatória, do exportador de mercadorias e serviços, nas perdas líquidas definitivas, não podendo essa parcela ser objeto de seguro ou garantia de quaisquer pessoas ou instituições.

Art. 7º A cobertura do seguro será concedida em cruzados.

Art. 8º A cobertura dos "riscos comerciais", atendido o disposto no artigo 6º, será concedida para a totalidade ou parte das responsabilidades, por sociedades de seguros autorizadas a operar em ramos elementares e que tiverem aprovadas, pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, suas apólices de seguro de crédito à exportação, as quais serão resseguradas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, de conformidade com as normas e instruções que serão pelo mesmo baixadas.

Art. 9º A garantia dos riscos de que trata o artigo anterior, para as responsabilidades total ou parcialmente não assumidas pelas sociedades de seguros, bem como a dos "riscos políticos e extraordinários", atendido o disposto no art. 6º, será concedida pelo Governo Federal, representado pelo Instituto de Resseguros do Brasil, mediante "certificado de cobertura", expedidos de acordo com normas e instruções fixadas no regulamento da presente Lei.

Art. 10. Tanto as apólices de seguros como os certificados de cobertura deverão abranger, por tipo de risco coberto, a totalidade dos negócios de exportação a crédito de mercadorias e serviços.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil, a seu critério, poderá excluir determinadas operações da cobertura do seguro.

Art. 11. Nenhuma apólice de seguro poderá ser emitida pelas sociedades de seguros, senão depois de aceitos os respectivos resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 12. Para garantia das responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, o Orçamento Geral da União consignará, ao Instituto de Resseguros do Brasil, anualmente, a dotação de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados) a partir do exercício orçamentário de 1966, e durante dez exercícios orçamentários consecutivos.

§ 1º O Instituto de Resseguros do Brasil aplicará o valor dessas dotações na compra de títulos federais, com cláusulas de reajustamento do valor monetário, os quais poderão ser vendidos em Bolsa, ouvidos pelo Banco Central da República do Brasil, sempre que for insuficiente a reserva de prêmios formada durante o exercício, para pagamento dos compromissos decorrentes das responsabilidades assumidas.

§ 2º As vendas dos títulos federais não serão realizadas quando, pelo valor dos compromissos a pagar, o Poder Executivo julgar oportuno solicitar créditos especiais para esse fim.

§ 3º Para os fins deste artigo no exercício de 1965, é o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzados).

Art. 13. O Instituto de Resseguros do Brasil providenciará no sentido de:

a) estabelecer e fomentar o intercâmbio internacional com organizações de seguro de crédito;

b) organizar cadastro informativo sobre importadores estrangeiros de mercadorias e serviços;

c) obter continuamente informações sobre a situação política e econômica dos países estrangeiros que transacionem com o Brasil.

Art. 14. Para atender às operações de seguros de crédito à exportação, os órgãos federais, estaduais e municipais, as autarquias e as sociedades de economia mista prestarão toda a colaboração que lhes for solicitada pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 15. O Instituto de Resseguros do Brasil poderá manter intercâmbio com entidades do exterior que operem em seguros de crédito à exportação, com a finalidade de garantir no País o risco comercial do importador brasileiro.

Art. 16. Excetuado o imposto de renda, as operações de seguro de crédito à exportação ficam isentas de quaisquer impostos federais.

Art. 17. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

#### OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando, para revisão do Senado, os seguintes projetos:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 24, de 1965

(Nº 227-A-65, NA CAMARA)

Aprova o Convênio de Cooperação Social, assinado no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1964, entre o Brasil e a Espanha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Convênio de Cooperação Social, assinado, no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1964, entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 36-65, DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o artigo 66, inciso I da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Convênio de Cooperação Social entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1964.

Brasília, em 15 de março de 1965. — C. Branco.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Por ocasião da visita oficial ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho da Espanha, foi assinado no Rio de Janeiro, a 11 de agosto do corrente ano, um Convênio de Cooperação Social entre os

Governos dos Estados Unidos do Brasil e aquele país.

2. O presente Convênio visa a estabelecer um plano de cooperação social recíproca, entre o Brasil e a Espanha, em consonância com os Acordos e Recomendações dos Organismos Internacionais especializados em questões sociais.

3. Para esse fim, o Convênio procura formular um programa de intercâmbio técnico e ajuda mútua entre os dois países, de modo a propiciar maior colaboração possível no tocante à formação e especialização dos trabalhadores, bem como à constituição e desenvolvimento de instituições de seguridade e bem-estar social.

4. No item C, ns. 1, 2 e 3, prevê o Convênio a criação, no Brasil, de um centro de formação profissional, para cujo funcionamento o Governo da Espanha fornecerá o equipamento e maquinaria discriminados em relação anexa.

5. Por essas razões, creio, Senhor Presidente, que o Convênio de Cooperação Social entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha merece a aprovação do Poder Legislativo pelo que junto à presente sete cópias autenticadas do seu texto e um projeto de Mensagem que passo às mãos de Vossa Excelência para o devido encaminhamento ao Congresso Nacional nos termos do artigo 66, inciso I, se assim houver por bem Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência Senhor Presidente, os protestos de meu mais profundo respeito. — Vasco T. Leitão da Cunha.

#### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO SOCIAL ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E DA ESPANHA

Considerando que os problemas do trabalho têm cada vez mais alta significação na vida nacional dos nossos povos e que suas realizações sociais devem ser fator preponderante de relações entre os mesmos

Considerando que a proteção ao trabalhador constitui postulado indelével da época presente e um direito fundamental do homem inscrito em nossas legislações sociais.

Considerando que os problemas relativos à emigração e colonização já se encontram regulados no Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol, assinado em Madrid, em 27 de dezembro de 1920.

Considerando que nossos povos estão unidos por laços profundos e por vínculos indestrutíveis de tradição histórica, afetiva irmandade, unidade de cultura, profundo espírito social e sentido ético em suas realizações trabalhistas.

Considerando que a proteção social do trabalhador deve garantir-se no seio da comunidade ibero-americana de nossos povos não só com o instrumento jurídico das respectivas legislações, como também com a cooperação efetiva das instituições sociais criadas para a elevação social do trabalhador a melhores níveis de vida.

Considerando que o estabelecimento de compromissos recíprocos relativos ao intercâmbio e à ajuda mútua entre nossos países pode ser de grande utilidade para o aperfeiçoamento da ação social respectiva.

Considerando que esta cooperação social recíproca está em consonância com os Acordos e Recomendações dos Organismos Internacionais de caráter geral, serve eficazmente aos programas dos organismos internacionais especializados em questões sociais e contribui para o esforço dos que trabalham no âmbito ibero-americano,

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha, representados, respectivamente, pelo Excelentíssimo Senhor Embaixador Vasco Tristão Leão da Cunha, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, e o Excelentíssimo Senhor Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho e Previdência Social, e pelo Excelentíssimo Senhor Jesús Romo Gorria, Ministro do Trabalho da Espanha e o Excelentíssimo Senhor Jaime Alba, Embaixador da Espanha no Brasil.

## ACORDAM

## A) Quanto a intercâmbio técnico:

1. Intercambiar informações sobre as experiências práticas que considerem de interesse para a proteção do trabalhador e sua família e para promover sua elevação social e melhoria de seu nível de vida.

2. Realizar, periodicamente, reuniões de alto nível da ação trabalhista e social de ambos os países nas quais se possam estudar *in loco* as realidades sociais de maior importância prática face ao melhor aproveitamento das experiências reciprocas.

## B) Quanto à ajuda mútua:

1. Prestar reciprocamente a maior cooperação possível relativamente à formação e especialização profissional dos trabalhadores, e particularmente no que se refere à formação de instrutores e criação de centros profissionais mistos para trabalhadores de ambos os países.

2. Prestar assessoramento mútuo na constituição de desenvolvimento de instituições de seguridade social e de bem-estar social que tenham por finalidade integrar e vincular o trabalhador no desenvolvimento econômico e social dos nossos países.

3. Conceder reciprocamente bolsas de aperfeiçoamento profissional tendentes a satisfazer as necessidades de mão-de-obra especializada que o desenvolvimento econômico do respectivo país exige.

4. Prestar reciprocamente assistência técnica por intermédio de missões específicas que cooperem com os respectivos organismos nacionais;

a) no planejamento, implantação e ampliação de programas de desenvolvimento social e especialmente os que tenham por finalidade a ação no meio rural, a habitação, a promoção de emprego, a formação profissional e a seguridade social.

b) em cursos nacionais de preparação do pessoal de instituições sociais, que tenham a seu cargo as realizações mencionadas.

## C) Quanto à criação de um centro de formação profissional:

1. Envidar todos os esforços possíveis para a criação no Brasil de um centro de formação profissional, destinado a satisfazer as necessidades de mão-de-obra especializada que o desenvolvimento do país exige.

2. Para melhor cumprimento do artigo anterior, o Governo da Espanha concederá ao Governo do Brasil bolsas de estudo que, no presente ano, serão em número de dez, destinadas à formação de instrutores do centro de formação profissional. A seleção dos bolsistas fica a cargo das autoridades brasileiras.

3. Com a mesma finalidade a que se refere o parágrafo anterior, o Governo da Espanha concederá ao Governo do Brasil o equipamento e material que constam da relação anexa, para o funcionamento do centro de formação profissional, prestando assessoramento para sua instalação e funcionamento inicial.

As normas administrativas necessárias para desenvolver os princípios contidos neste Convênio serão estabelecidas por acordo comum.

O presente Convênio será ratificado tão logo sejam cumpridas as formalidades legais de praxe no território de cada uma das Altas Partes Contratantes.

Entrará em vigor a partir do dia da troca dos instrumentos de ratificação, permanecendo em vigência, enquanto não for denunciado por uma das Altas Partes Contratantes, com o aviso prévio de um ano.

A troca dos instrumentos de ratificação deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Foi fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados firmam e selam o presente Convênio em dois exemplares, ambos nas línguas portuguesa e espanhola.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos onze dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e quatro.

Pelo Governo brasileiro, Vasco Tristão Leão da Cunha, Ministro das Relações Exteriores. — Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho e Previdência Social. Pelo Governo espanhol, Jesús Romo Gorria, Ministro do Trabalho. — Jaime Alba, Embaixador da Espanha.

## ANEXO AO CONVENIO DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Relação de maquinaria para o centro de formação profissional:

## 1. Tornetores

1 Torno horizontal Marte, Mod. ME-1.500 mm. distância entre pontas, com motor embutido de 3 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipado com os acessórios especiais:

Placa universal 230/3

Flange para placa universal

Placa lisa para fixações de 390 mm. Ø

Placa 4 castanhas tipo T de 400 mm., rosca e ajustada ao torno.

5 Tornos horizontais Marte, Mod. L-1.000 mm. distância entre pontas, com motor embutido de 3 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipado com os acessórios especiais:

Placa universal 230/3

Flange para placa universal

Placa lisa para fixações de 395 mm. Ø

Placa 4 castanhas independentes tipo T de 400 mm., rosca e ajustada ao torno.

5 Tornos horizontais Ciutar, Mod. "Escuelas" de 750 mm. distância entre pontas, com motor embutido de 2 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipados com os acessórios especiais:

Placa universal 190/3

Flange embutido na placa e adaptado ao torno

Placa lisa 320 mm. Ø

Placa castanhas independentes de 250 mm. ajustada ao torno.

1 Lixadora Bautar, Mod. 1-350, com motor embutido de 1,5 HP

1 Furadeira Bautar, de bancada Mod. S-1.000-2C, para broca até 13 mm. Ø. Cabeçote fechado, mesa retangular.

Equipada com os acessórios especiais:

Mandril O-18

Haste cônica nº 1

Morsa T-20

1 Lixadora Bautar, Mod. S-1.000-1, de coluna, para broca até 25 mm. Ø. Cabeçote fechado, sem cremalheira.

2. FREZADORES-MATRIZEIROS

1 Fresadora universal Bautar, Mod. VD-6 de 1.610 x 330mm. com motor embutido 6 1/2 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipado com os acessórios especiais:

Aparelho vertical universal (cone ISA 40)

Aparelho divisor universal de 175 mm.

Aparelho de "mostrar" de 130 mm.

Aparelho de fresar com fresa matriz "Mundil" porta-fresa de 27 mm.

Prato divisor universal planetário de 450 mm.

3 Frezadoras universais Bautar, Mod. SA de 1.000 x 240mm. com motor embutido de 1,5 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipadas com os acessórios especiais:

Cabeçote universal de fresar

Aparelho divisor universal de 115 mm.

Prato circular de 300 mm.

Morsa giratória

Mandris horizontais

Jogo de tirantes roscaados.

1 Fresadora universal Bautar, Mod. A, de 1.000 x 240mm. com motor embutido de 1,5 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipada com os acessórios especiais:

Cabeçote universal de fresar

Aparelhos divisor universal de 115 mm.

Prato circular de 300 mm.

Morsa giratória

Mandris horizontais

Jogo de tirantes roscaados

1 Mandriladora Bautar, Mod. A-M-60, superfície de mesa 660 x 920 mm. com dois motores embutidos de 3 e 1,5 HP, respectivamente.

Acessórios normais segundo catálogo.

Equipada com os acessórios especiais:

Aparelho vertical de 400 mm.

Prato com deslocamento radial.

1 Fresadora — copiadora Ciutar com pantógrafo tridimensional.

Características segundo catálogo.

Acessórios especiais:

6 Brocas copiadoras (diâmetro de 3-4-5-6-7-8 mm., respectivamente)

6 Facas aço rápido

2 pinças porta-ferramentas

1 Afiladora de ferramentas para a fresa copiadora Ciutar.

Acessórios especiais:

2 rebolos para afiar grão 80.

1 Afiladora de ferramentas super-universal Bautar Mod. AR-5-B com motor elétrico embutido.

Acessórios especiais:

1 Placa universal de 85 mm.

1 Mandril industrial

Mandris para afiar fresas de .... 16-22-27-32 int.

Ponto largo e com saída

Anéis

Suporte copiador vertical

Suporte especial para afiar pontas roscaar

Cabeçote divisor para afiar serras circulares

Equipamento aspirador de pó

Cabeçote para afiação helicoidal automática

Morsa universal

1 Fresadora Bautar, de bancada Mod. S-1.000, para broca de 16 mm. Ø. Cabeçote fechado, mesa retangular.

Acessórios especiais:

Mandril de 8-18 mm.

Haste cônica nº 3

Morsa T-150

1 Esmerilhadora Bautar dupla, de pedestal, Mod. EAC-1 1/2, para rebolos de 250 x 30 mm.

Acessórios especiais:

1 rebolo para acabamento de 250 x 32 mm.

1 rebolo para desbaste de 250 x 32 mm.

1 Lixadora Bautar, Mod. L-350, com motor embutido de 1,5 HP.

1 Torno horizontal Bautar, Mod. Cumbre-023 com eixo de 1.000 mm. de distância entre pontas Motor embutido de 5 1/2 HP.

Acessórios normais segundo catálogo.

Acessórios especiais:

Placa de 230 mm. 3 castanhas

Lixadora

Placa 230 mm.

Freio de pedal

Indicador para entrada rosca

Placa 4 castanhas independentes 400 mm.

Protector contra cavacos

Porta-ferramentas duplo protector

Equipado com os acessórios especiais:

Mandril O-16

Haste cônica nº 3

Morsa T — 150

1 Serra rápida para cortar metais

Tavala, Mod. 1-11' de avanço automático.

1 Esmerilhadora de bancada Bautar, rebolo 250 mm. Mod. EA 1/2.

Equipada com os acessórios especiais:

Rebolo para acabamento 175 x 25

Rebolo para desbaste 175 x 25

1 Esmerilhadora Bautar dupla, Mod. EAC 1/2, para rebolos de 250 x 30 mm. de pedestal:

Equipada com os acessórios especiais:

Rebolo para acabamento de 250 x 32

Rebolo para desbaste de 250 x 32.

As Comissões de Exteriores, de Legislação Social, e de Finanças, nos termos do artigo 340-A do Regimento Interno.

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 25, de 1965

(Nº 226-B 63, NA ORIGEM)

Aprova o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

Art. 2º. Ressalva-se que por delegação de justiça, nos termos do art. VI, § 3º, se entende, a assistência de tribunais regulares, ou de vias normais de acesso à justiça; a recusa do juiz, de parte da autoridade competente; o retardamento injustificável da decisão judicial, com violação da lei processual interna.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 25, DE 1965

Submetido à consideração do Congresso Nacional o Acordo de Garantia de Investimentos assinado entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

(DO PODER EXECUTIVO)

As Comissões de Relações Exteriores, de Constituição e Justiça e de Economia.

De acordo com o art. 65 inciso I da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Ministro da



Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Garantia de Investimentos assinado entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, em Washington, a 6 de fevereiro de 1965.

Brasília, em 23 de abril de 1965.  
— *Castello Branco*

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Em 19 de abril de 1965.

A Sua Excelência o Sr. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, em anexo, o texto autêntico do Acordo de Garantia de Investimentos, entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 6 de fevereiro último, o primeiro instrumento internacional sobre a matéria assinado pelo Governo brasileiro.

2. Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, tem-se desenvolvido desde a última Grande Guerra um crescente esforço mundial para coordenar as relações econômicas entre os povos, de modo a intensificar o intercâmbio comercial e o fluxo internacional de capitais e assim acelerar o ritmo de expansão das economias nacionais, mormente as dos países subdesenvolvidos, melhorando os níveis de vida e de emprego de suas populações, e fortalecendo a própria paz mundial.

3. A Conferência de Bretton Woods que criou o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, a Conferência de Havana, da qual veio a surgir o Acordo Geral de Tarifas e Comércio GATT, os estudos preparados pelo Secretariado das Nações Unidas, os trabalhos da II Comissão de sua Assembleia do Conselho Econômico e Social das Comissões Regionais (entre as quais a IELAL), os esforços de entidades regionais como a OEA, todas essas iniciativas traduzem a preocupação dos membros da comunidade internacional em identificar os grandes problemas econômicos do mundo, para planejar revisões de métodos e estruturas e chegar a soluções que proporcionem aos povos tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos uma participação equitativa na prosperidade geral.

4. Vale observar que os países da área socialista, encada uma primeira etapa introvertida de seu desenvolvimento, demonstram interesse crescente pela expansão de seu comércio exterior e por participar em certa medida, dos organismos de cooperação econômica, especialmente o GATT e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, em cujos trabalhos tem tomado parte.

5. No âmbito desse movimento geral, que se descobre com maior ou menor ênfase através de tempo, vêm sendo apreciadas exclusivamente as questões referentes à produção, circulação e distribuição de mercadorias, capitais e serviços.

6. Enquanto despertava uma nova consciência internacional voltada para a solução desses problemas, grandes transformações ocorriam igualmente na estrutura política do mundo, com a desintegração de impérios coloniais e o aparecimento de novos Estados soberanos. Enquanto em 1945, apenas 51 países firmaram a Carta das Nações Unidas, aquela Organização tem hoje 115 membros. Ganha assim relevo especial, a caracterização da posição dos países desenvolvidos em face aos subdesenvolvidos, adquirindo estes crescente peso político nas reuniões internacionais, mormente na Assembleia das

Nações Unidas, onde, de acordo com a Carta, cada país tem um voto.

7. Conscientes de suas responsabilidades, as Nações Unidas, em Resolução formal nº 1710 (XVI), de 19-12-1961, proclamaram a década de 60 como "Década do Desenvolvimento". E como manifestações regionais dessa preocupação mundial pela mobilização de recursos para impedir o agravamento das disparidades de renda entre os povos, e na medida do possível, estreitar a distância econômica que os separa, cabe registrar a Operação Pan-América e a Aliança para o Progresso dos ataques convergentes aos problemas econômico-sociais deste Hemisfério empreendidos à luz de suas condições peculiares.

8. Em 1964, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento já mencionada veio a ensinar, no plano mundial, formulações de posição em matéria de comércio, movimentos de capital e ajuda própria, dita que se situam como importantes instrumentos conjugados na luta em que estão empenhados dois terços da população do mundo para valorizar seus recursos naturais e humanos, e facilitar-lhes maior participação nos frutos do progresso.

9. As medidas de natureza econômica que o Governo de V. Ex.<sup>a</sup> vem tomando no plano externo, seja nas suas relações bilaterais, seja nas multilaterais, são manifestações no âmbito nacional, dessa aspiração mundial ao desenvolvimento e se enquadram num plano orgânico de Governo que visa a um esforço ordenado para a consecução desse objetivo permanente de sua política exterior, ou seja o desenvolvimento do processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

10. Assim é que, em todos os fóruns competentes, vem o Governo brasileiro insistindo sobre a necessidade de correção das distorções do comércio internacional que agem sem detrimento de nossas relações de troca e da obtenção de recursos financeiros externos — públicos ou privados — a fim de complementar o esforço de poupança interna. No tocante a recursos públicos, o Governo tem realizado negociações com os organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além das que se vêm processando com agências financiadoras de Governos amigos, seja para cobertura de movimentos correntes de mercadorias, seja para a cobertura de obrigações financeiras, inclusive consolidação de atrasados.

11. Além dos recursos públicos, entretanto, é o capital privado indispensável ao processo de desenvolvimento econômico do país. A flexibilidade das correntes desse tipo de capital, a transferência de tecnologia que induz o ativamento do processo econômico decorrente de sua aplicação, a mobilização do espírito empresarial que pode despertar energias insuspeitadas, a criação de novas oportunidades de emprego, a melhor utilização das potencialidades do mercado interno, o efeito da substituição de importações e o da expansão das exportações finalmente, o efeito multiplicador da nova renda a ser gerada no país, tudo isto leva o Governo a atribuir, em seu programa de angariação de recursos externos para suplementar o esforço de poupança interna, um papel relevante aos investimentos diretos.

12. É natural que se dê a essa forma de capital externo, portanto, todos os incentivos que não conflitem com o superior interesse nacional. É o que vêm fazendo outros países em processo de desenvolvimento. Estes, carentes de capital, vêm pressionando sistematicamente os desenvolvidos a que compreendam a necessidade de

um ataque global aos problemas que oífingem o mundo subdesenvolvido. Além de reclamarem a revisão de políticas nacionais para facilitar o acesso aos mercados mundiais dos seus produtos, — primários, semi-manufaturados e industrializados, e de medidas multilaterais para sustentar e estabilizar o preço dos mesmos — reivindicam também a adoção de normas de comportamento mais flexíveis por parte das entidades financeiras, governamentais e internacionais, bem como a criação de estímulos ao fluxo de capitais privados.

13. Para este último objetivo, podem contribuir duas medidas importantes a serem tomadas pelos exportadores de capital:

a) eliminação de bi-tributação; e  
b) implantação de sistemas de seguro para investimentos privados.

14. Para ambas as medidas, é indispensável também a cooperação do país recipiente. Essa cooperação se costuma traduzir na negociação de convênios que regulem o tratamento dessas questões. Pondo de parte o problema da bi-tributação para tratar somente do objetivo da presente Exposição de Motivos, cabe mencionar que tanto a "Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)" quanto o "Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)" têm procurado elaborar modelos de convenção multilateral visando a universalizar normas de proteção aos bens de estrangeiros, removendo assim, segundo os seus proponentes, os obstáculos ao fluxo de capitais privados que decorreriam da variedade e transitoriedade das regras jurídicas aplicáveis.

15. Por solicitação de um ano atrás, a "Organização Europeia de Cooperação Econômica" (OECE), um dos Comitês da "Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico" (OCDE) preparou um texto da Convenção sobre a Proteção de Bens Estrangeiros", com a colaboração de representantes e técnicos de quinze de seus países membros. Tanto esse projeto, quanto os estudos levados a cabo pelo BIRD, têm exercido certa influência sobre a negociação de acordos bilaterais firmados com alguns países desenvolvidos, seja com outros países industrializados, seja com os subdesenvolvidos.

16. A fim de preparar caminho para o seu projeto de convenção multilateral, o BIRD patrocinou uma série de reuniões regionais, tendo o Brasil participado à "Reunião Consultiva de Juristas", realizada em Santiago, em fevereiro de 1964, onde o assunto foi discutido pelos países do Hemisfério.

17. Na referida Reunião, o representante do BIRD defendeu o anteprojeto de "Convênio sobre Solução de Disputas Relativas a Investimentos entre os Estados e Nacionais de outros Estados", que previa a criação de um "Centro Internacional de Conciliação e Arbitragem", ao qual o investidor estrangeiro teria acesso direto, no caso de divergência relativa a investimentos. Estabelecida, ademais, que as jurisdições internas dos países membros não constituíam última instância nas questões relativas aos investimentos de capitais estrangeiros. Não obstante as críticas a que o projeto foi submetido em Santiago, inclusive pelo representante brasileiro, e mesmo foi submetido à Reunião dos Governadores do Banco Mundial, realizada em Tóquio, em setembro de 1964, a qual aprovou a continuação das gestões visando à adoção do Convênio, contra os votos de todos os países latino-americanos, acompanhados pelo Iraque e pelas Filipinas.

18. A posição latino-americana contrária à proposição do BIRD se prende ao fato de que, além de considerar duvidosa, em princípio, a utilidade e conveniência de examinar-se a inclusão, num instrumento multilateral, de normas que já fazem parte da tradição constitucional e legal da América La-

tina, não julgam os Governos latino-americanos, e entre eles o brasileiro, oportuno ampliar-se brusca e desavisadamente o alcance de normas jurídicas internacionais que devem regular relações emergentes dos meios sociais, políticos e econômicos os mais dispares.

19. No plano bilateral, o Governo brasileiro mantém a mesma atitude contrária à conveniência e oportunidade de incluir em instrumento internacional normas constitucionais e legais que sempre fizeram parte da antiga e sedimentada tradição jurídica do país ou de alargar a jurisdição internacional em detrimento da autonomia da ordem legal interna. Foram estes os motivos que impediram o Governo de concluir os entendimentos realizados no ano passado com um dos principais países europeus exportadores do capital.

20. Muitos diversa, entretanto, é a situação quanto a sistema de garantia de investimento, em que o país exportador de capital age, mediante pagamento de prêmios pelo investidor, como verdadeira instituição de seguro, limitando-se o país recipiente a aceitar dentro das limitações que impuser, os efeitos da subrogação típicos de todos os contratos de seguro.

21. O Governo dos Estados Unidos da América, com o qual havíamos iniciado gestões sobre esquema dessa natureza em 1952, abriu caminho para entendimentos mais concretos em meados do ano passado, ao apresentar nova proposta de um instrumento que poderia designar-se como "Acordo sobre Seguros de Investimentos Privados".

22. Estudada a nova proposição pelos órgãos competentes dos Ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Indústria e Comércio e pelo Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica a mesma foi considerada como constituindo um substancial progresso sobre propostas anteriores por acolher várias sugestões brasileiras no sentido de melhor definir a natureza do Acordo — que ficou caracterizado como mero instrumento de seguro e investimentos — e deixar claras as obrigações a serem assumidas por ambas as partes contratantes. Podia, assim, a nova proposta constituir a base para discussões em novas negociações e, se estas fossem levadas a bom termo, poderiam oferecer um excelente ponto de partida para entendimentos semelhantes com outros países exportadores de capital.

23. Representantes do Governo americano sugeriram, então, três alternativas para o futuro instrumento:

a) acordo estritamente bilateral;  
b) acordo bilateral aberto à adesão de terceiros Estados;  
c) acordo multilateral.

24. Razões de ordem técnica e política desaconselhavam as duas últimas fórmulas tornando-se evidente, entretanto, a conveniência em aproveitarem-se, no caso de êxito dessa negociação bilateral, as bases de entendimento alcançado como ponto de partida para um ajuste de que viessem eventualmente participar os outros países do Hemisfério, assim como os países europeus, estes na qualidade de exportadores de capital.

25. A Delegação designada por Vossa Excelência, sob a chefia do Embaixador E. P. Barbosa da Silva levou a cabo seus trabalhos de julho de 1964 a fevereiro de 1965.

26. Ao encaminhar o texto negociado a V. Ex.<sup>a</sup> para que possa ser submetido ao "referendum" do Congresso Nacional, peço vênica para mencionar alguns aspectos mais relevantes do mesmo.

27. Preliminarmente, cabe assinalar que o acordo não reconhece ao investidor norte-americano qualquer



"status" privilegiado com relação ao empresário nacional ou a investidores originários de outros países. Seu principal objetivo é o seguro a ser realizado pelo Governo dos Estados Unidos da América a investidores norte-americanos para cobri-los precipuamente contra certos riscos não-comerciais como os resultados de dificuldades de balanço de pagamentos do Brasil.

28. Outro risco passível de cobertura é o da desapropriação ser devidamente indenizada. Ficou formalmente reconhecido, entretanto, que a desapropriação e em si mesma matéria de direito interno e não de direito internacional. O seguro apenas facultará ao investidor o recebimento da indenização que não tenha podido ser transferida por dificuldade de balanço de pagamento ou a que tenha sido negada após esgotamento de toda a tramitação judiciária interna, mas isto só no caso de ter-se caracterizado uma denegação de justiça tal como já definida em direito internacional. Os outros riscos que poderão ser cobertos são os de destruição de propriedade por hostilidades externas ou internas e de certos riscos comerciais em casos excepcionais.

29. Estabelece o Acordo que o Governo Garantidor, após efetuar o pagamento de seguro feito com observância do procedimento previsto, no mesmo, se poderá exercer os direitos em que se subroga, em virtude de contrato de seguro, nos limites impostos pela lei brasileira. Caber-lhe-á, portanto, dentro de tais limites somente os direitos substanciais e processuais de que já gozava a subrogante. As restrições a que se tem de sujeitar o Garantido, decorrem da disposição da Lei de Introdução ao Código Civil, de 1942, Artigo XI, § 2º que proíbe aos Governos estrangeiros a aquisição de quaisquer bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação, salvo as edificações indispensáveis à manutenção de seus serviços diplomáticos e consulares no país. Para fazer observar os dispositivos legais em vigor, todavia, impedir o funcionamento do mecanismo de seguros convencionou-se, que nos casos em que o Governo dos Estados Unidos da América estiver impedido de adquirir certos bens no Brasil, estaria obrigado a celebrar entendimento com o investidor subrogante para que tais bens fossem transferidos a entidade não-oficial capaz de adquiri-los, de acordo com as leis brasileiras, a qual agiria como tutora dos bens, mas nunca como representante direto do Governo Garantidor.

30. Ainda com respeito à subrogação, ficou esclarecido que os créditos e quantias porventura recebidos no país, pelo Governo garantidor, ficarão à sua livre disposição para atender à cobertura de suas despesas no país, sobretudo as de sua representação diplomática e que os saldos respectivos seriam depositados em instituição financeira escolhida por acordo mútuo, se as condições vigentes no país assim o aconselhassem. A fim de que não pudessem subsistir dúvidas quanto a esse ponto, foi julgado conveniente indicar-se desde já, através de uma troca de notas, a instituição financeira em que tais somas seriam depositadas e esclarecer outras possíveis divergências de interpretação. Em consequência, foram trocadas notas no Rio de Janeiro, logo após a conclusão do Acordo, as quais também se encontram em anexo à presente Exposição de Motivos, pelas quais os dois Governos convieram em que se entenderia como saldo, para fins de depósito, a quantia que viesse a exceder o dobro dos gastos em crêditos, no Brasil, das agências do Governo dos Estados Unidos da América, durante o período de três meses anteriores ao depósito, devendo este ser

feito no Banco do Brasil. Essas quantias só poderiam ser retiradas para fins de transferência, segundo as disposições legais vigentes, ou para gastos no país, conforme regulado no Acordo.

31. No tocante às disposições sobre solução de possíveis divergências entre os dois Governos, o Acordo incorpora especificamente os dispositivos pertinentes do Tratado Geral Interamericano de Arbitramento (Washington, 1929), do qual são partes ambos os Governos. É assim excluída das negociações e do procedimento arbitral toda matéria de jurisdição interna exclusiva do Estado Soberano, ficando assegurada, por conseguinte, a competência dos tribunais nacionais para conhecer de todos os litígios sobre investimentos estrangeiros, admitindo-se o recurso a negociações e arbitramento apenas nas seguintes hipóteses:

a) divergências quanto à interpretação de cláusulas do Acordo

b) quando se configurar uma denegação de justiça tal como a caracteriza o Direito Internacional Público.

32. Na primeira hipótese, é pacífico o recurso ao arbitramento, já que aos Tribunais nacionais falcia competência para dirimir questões surgidas entre Estados soberanos, relativas à interpretação de instrumentos internacionais de que façam parte. Quanto à segunda hipótese, de denegação de justiça, nada impede que um Estado, no desempenho de seu dever indeclinável de dar proteção aos seus nacionais, invoque os remédios que já lhe facultam o direito internacional. Sem o Acordo atual, já tinha portanto o Governo dos Estados Unidos da América a faculdade, expressa, entre outros, no referido Tratado Geral Interamericano de 1929, de reclamar arbitramento internacional no caso de flagrante violação de direito dos seus nacionais, por denegação de justiça se fosse baldado o recurso a negociações, por via diplomática. É patente, portanto, que nada se inovou neste ponto.

33. O Acordo subordina a concessão por parte do Governo dos Estados Unidos da América de seguro a investidor norte-americano à prévia aprovação do Governo brasileiro. Por meio desse mecanismo de seleção dos investimentos que se destinam ao Brasil, a consulta, e aprovação prévia, as autoridades brasileiras poderão realizar a investimentos estrangeiros poderá ser canalizado pelas autoridades competentes para setores preferenciais, segundo as diretrizes traçadas para o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, as disposições legais sobre seguros a investimentos nos Estados Unidos, bem como as normas administrativas que orientarem sua aplicação, serão regularmente comunicadas ao Governo brasileiro e qual receberá igualmente informação detalhada das operações realizadas em função das aprovações outorgadas pelas autoridades brasileiras competentes.

34. Por último, convém esclarecer o alcance da disposição final do Artigo IX que estabelece que as garantias concedidas na vigência do Acordo permanecerão em vigor até 20 anos após sua denúncia. Não concedendo o Acordo direitos outros que os estatuídos em nossa Constituição e Leis, vem aquela disposição tão somente tornar explícita a forma de liquidação de créditos e outros haveres, evitando assim incompreensões, incertezas ou quaisquer outras fontes de atrito. O prazo relativamente longo, por outro lado, visa a estimular a concessão de créditos ao Brasil a prazos mais longos do que tem sido usual em financiamentos privados, que, ao contrário do que acontece com os créditos concedidos

pelos organismos públicos não costumam gozar de aval das autoridades brasileiras.

35. Senhor Presidente, a minha convicção, compartilhada pela opinião responsável dos órgãos competentes que participaram intimamente da negociação do presente Acordo, é de que o mesmo irá constituir um fato de inegável importância para incrementar o fluxo das poupanças privadas norte-americanas para o Brasil. É indiscutível que, mesmo sem estímulos adicionais, o mercado brasileiro exerceu, no passado porte atração para os capitais norte-americanos e de outras origens. É preciso reconhecer, entretanto, que o Brasil, como alguns outros países latino-americanos, já está ultrapassando o ciclo de industrialização relativamente fácil e de grandes atrações para o investidor privado estrangeiro, baseado na substituição de importações, sem termos ainda atingido o ciclo de consumo de massa. Nosso desenvolvimento está, portanto, a exigir investimentos de complexidade técnica muito maior e de grande intensidade de capital, que atraem menos, na ausência de grandes mercados e substanciais economias externas, o investidor privado, e não ser que existam incentivos específicos, entre os quais avulta o sistema de seguros em foco.

36. Nessas condições, o montante dos investimentos que poderia vir a contribuir para o processo de desenvolvimento nacional tenderia a aumentar na medida em que o Governo dos Estados Unidos da América estivesse em condições de oferecer novos estímulos aos seus investidores em forma de benefícios fiscais ou de garantias. Poder-se-ia talvez mesmo despertar o interesse de setores até agora não dispostos ao emprego de seus recursos no Brasil. Esse movimento de capitais, tal como o concebe o Governo brasileiro, em vez de pôr em perigo o empreendimento nacional, deverá ensinar-lhe novas oportunidades, tais como eventuais associações, aumento de consumidores de produtos intermediários, e incremento de renda, fruto da intensificação de atividade econômica. Deste modo, o influxo de capitais privados orientados para setores relevantes para a economia nacional deverá aumentar a eficiência da economia e a produção industrial global, contribuindo assim para o aceleramento do processo de desenvolvimento do país.

37. A propósito, é interessante registrar que, até 31 de dezembro de 1964, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), em Washington, segundo informações de seus representantes, já havia recebido 52 (cinquenta e duas) consultas para concessão de seguros e investimentos privados no Brasil no montante de, aproximadamente, US\$150 milhões (cento e cinquenta milhões de dólares) para aplicação em setores fundamentais da economia brasileira, tais como indústrias, de equipamentos elétricos, motores, caminhões, produtos metalúrgicos e químicos, equipamentos industriais, de construção etc. Além disso, inúmeros pedidos de informação haviam sido recebidos de investidores em potencial que se mostram interessados nos em transferir capitais para o Brasil. Esses dados nos levam a admitir que o número de projetos de investimentos destinados ao Brasil dever-se-á elevar substancialmente quando da entrada em vigor do Acordo recém-firmado, com reflexos positivos no mercado interno de trabalho e na retomada do ritmo de desenvolvimento, o que há de contribuir para a consecução dos objetivos econômicos do Governo de V. Exª.

38. No tocante à aplicação de acordos semelhantes firmados pelo Governo dos Estados Unidos da América com 77 (setenta e sete) países, dos

quais 63 (sessenta e três) se acham em vigor, dados oficialmente divulgados informam que, desde a entrada do sistema, a entidade seguradora já firmou 1.216 (mil duzentos e dezesseis) contratos de seguros, no montante global de US\$22 bilhões (dois bilhões e duzentos milhões de dólares), tendo sido efetuados pagamentos, em virtude das garantias contratadas, de somente US\$1.176 (setenta e sete mil cento e setenta e seis dólares). A diminuição do número de Acordos de 77 para 63 se explica pelo fato de o Congresso americano haver proibido, para estimular os investimentos nos países subdesenvolvidos, a concessão de garantia a países desenvolvidos o que fizesse expirar todos os Acordos com países industrializados da Europa para os quais o sistema de seguros e investimentos havia representado importante instrumento por ocasião do esforço de reconstrução.

39. Aprovado pelo Congresso Nacional, o Acordo sobre Garantia de Investimentos viria a se juntar aos demais já em vigor no Continente, contribuindo para a reativação do fluxo de capitais privados que, segundo o previsto na Carta de Punta del Este, tem importante papel a desempenhar no esforço global de intensificação do ritmo de desenvolvimento econômico e social do Hemisfério.

40. Creio, pois, Senhor Presidente, que o Acordo em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo e, a fim de que V. Exª se assim houver por bem, se digne submetê-lo ao Congresso Nacional, nos termos do Artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, junto à presente Exposição de Motivos nove cópias autenticadas do mesmo.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª, Sr. Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Vasco da Cunha.

#### ACORDO SOBRE GARANTIA DE INVESTIMENTOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O ESTADO UNIDO DA AMÉRICA.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América,

Tendo presente o quarto objetivo fundamental da Aliança para o Progresso, enunciado na Carta de Punta del Este:

"Acelerar o processo de uma industrialização racional para aumentar a produtividade global da economia, utilizando plenamente a capacidade e os serviços tanto do setor privado como do público, aproveitando os recursos naturais da área, proporcionando ocupação produtiva e bem remunerada aos trabalhadores total ou parcialmente desempregados" e

Tendo em mente que os Programas de Desenvolvimento Nacional, recomendados na referida Carta, incluem:

"Promover condições que estimulem o fluxo de inversões estrangeiras que contribuam para o aumento dos recursos de capital dos países participantes, que o requeiram, através de medidas adequadas..."

Considerando que ambos os Governos julgam que a consecução destes objetivos seria facilitada através do estabelecimento, entre os países membros da Aliança, de um sistema uniforme de garantias de investimentos,

Desejando encorajar a participação privada no desenvolvimento de recursos econômicos e capacidade produtiva, através de garantias de investimentos concedidas pelo país do investidor, e ensinar condições para o estabelecimento de mecanismos multilaterais sobre a matéria,

[illegible]

porque, oferecemos a seguinte substituição à emenda nº 1:

Onde se lê: "de previdência social", substitua-se: de despacho aduaneiro.

10. Adotado o substitutivo, a cujo favor nos manifestamos em face do que foi expedido, opinamos pela rejeição da emenda de nº 2, que só teria cabimento em relação ao projeto original.

11. Julgamos que a este órgão escape dizer da conveniência ou inconveniência da medida proposta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1964. — **Afonso Arinos, Presidente** — **Edmundo Levi, Relator** — **Wilson Gonçalves** — **Argemiro de Figueiredo** — **Antônio Balbino**, pelas conclusões — **Ruy Carneiro** — **Bezerra Neto** — **Eurico Rezende**.

(Nº 796, DE 1965)

Da Comissão de Economia sobre as emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 385, de 1956.

Relator: Sr. Miguel Couto.

Em virtude de haver recebido duas emendas em Plenário, retorna ao exame desta Comissão o presente projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, que concede isenção fiscal à Santa Casa da Misericórdia do Estado da Guanabara, para a importação de aparelhamento cirúrgico destinado aos seus serviços.

O projeto, que foi apresentado há mais de dez anos, tendo chegado ao Senado, em 1956, teve seu curso suspenso por duas vezes, a fim de que fossem cumpridas as diligências balizadas.

Já em 1959, esta Comissão de Economia entendeu que a proposição devia ser arquivada, em face do inexpugnável silêncio da Provedoria daquela instituição aos dois órgãos que lhe foram endereçados, solicitando maiores esclarecimentos acerca de aparelhamento cirúrgico de cujos direitos de importação se pretende isentar.

Apreciando o projeto, em agosto do mesmo ano, a Comissão de Finanças, atendendo à sua importância, concluiu por formular um terceiro pedido de informações ao Provedor daquela Santa Casa sobre "se o aparelhamento cirúrgico que se quer importar de impostos e taxas já foi retirado da alfândega e em que consiste esse material".

Não obstante aquela Provedoria haver recusado a enviar, até hoje, qualquer resposta aos órgãos que lhe foram dirigidos, em seu segundo parecer, datado de 1963, a Comissão de Finanças, entendendo que não se devia, por essa razão, prejudicar aquela instituição, negando-lhe os favores fiscais, opôs pela aprovação do projeto.

Ào figurar na pauta para discussão e votação, recebeu ele duas emendas sugeridas pelos dignos representantes do Estado da Guanabara no Senado. A primeira emenda, substitutiva, concede isenção permanente de impostos e taxas, exceto a de previdência social, para todo o aparelhamento cirúrgico e material hospitalar importado pelas Santas Casas de Misericórdia, e para seus serviços, desde que não haja similar produzido no País.

A segunda emenda visa a corrigir a expressão "da Santa Casa de Misericórdia do Distrito Federal", pelas "da Santa Casa de Misericórdia do Estado da Guanabara".

A douta Comissão de Constituição foi de parecer que essas duas emendas "não incidem em inconstitucionalidade".

Todavia, em referência à emenda nº 1, julgou esse órgão técnico que ela

resvalava em injuridicidade ao falar em taxa de previdência social, uma vez que, como se sabe, nos termos da Lei Orgânica da Previdência Social, a expressão "taxa de previdência social" no caso de importação de mercadorias, não encerra significação própria ou autônoma, eis que se traduz apenas por uma "alíquota calculada sobre o produto da taxa de 5% ad valorem" incidente em mercadorias importadas.

Por esta razão, foi oferecida sugestão à emenda nº 1, substituindo a expressão "de previdência social" pela "de despacho aduaneiro".

Referentemente à emenda nº 2, uma vez adotado o substitutivo constante da emenda nº 1, perdeu ela qualquer sentido, só se justificando se se aprovasse o projeto nos termos em que foi remetido pela outra Casa do Congresso.

Julgando inteiramente procedentes os motivos que ditaram a apresentação da emenda nº 1, a Comissão de Economia a ela se manifesta favoravelmente, nos termos da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, opinando, porém pela rejeição da emenda nº 2, em face da aprovação da emenda substitutiva nº 1.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, 3 de junho de 1965. — **Alípio Fontana, Presidente** — **Miguel Couto, Relator** — **Sebastião Archer** — **Irineu Bornhausen** — **José Leite**.

Nº 797, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 385, de 1956.

Relator: Sr. Irineu Bornhausen.

Em razão de haver recebido duas emendas em Plenário, retorna ao exame desta Comissão o presente projeto, que concede isenção de impostos de importação de equipamento hospitalar à Santa Casa de Misericórdia do antigo Distrito Federal.

A primeira emenda, substitutiva, estende às demais Santas Casas de Misericórdia os favores contidos na proposição inicial. A segunda, corretiva, altera a denominação da entidade para Santa Casa de Misericórdia do Estado da Guanabara, portanto, prejudicada, se aprovada a de nº 1.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa opinou, ao estudar as emendas, pela rejeição da segunda, e apresentou uma subemenda à primeira. Esta, se aprovada, dará a seguinte redação final ao artigo 1º da proposição em tela:

"Art. 1º. Todo aparelhamento cirúrgico e material hospitalar importado pelas Santas Casas de Misericórdia, e para seus serviços, desde que não haja similar produzido no País, estão isentos de impostos e taxas, com exclusão da de despacho aduaneiro".

Aquela Comissão, por conseguinte, sugeriu a substituição, no final da emenda nº 1, da expressão "previdência social" pela de "despacho aduaneiro", em virtude do que dispõe a legislação vigente (artigo 66 da Lei nº 3.244 de 1957 — Lei Orgânica da Previdência Social).

Destarte, e pelos mesmos motivos do parecer anterior desta Comissão de Finanças (nº 384 de 1963), ou seja, o alcance humanitário contido nas finalidades dessas instituições sociais, opinamos pela aprovação da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça e pela rejeição da emenda nº 2, apresentada em Plenário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1965. — **Menezes Pimentel, Presidente** — **Irineu Bornhausen, Relator** — **Aurélio Vianna** — **Vitorino Freire** — **Walfredo Gurgel** — **João Agripino** — **Mem de Sá** — **Eurico Rezende**.

## PARECERES

Nº 798, 799 e 800, de 1965

Nº 798, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1963, que dispõe sobre a supressão gradativa das importações de trigo estrangeiro.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.

Apresentado pelo nobre Senador José Ermirio de Moraes, o projeto estabelece esquema de supressão gradativa das importações de trigo estrangeiro.

Segundo a proposição (artigo 2º), nos seis primeiros anos de vigência da lei as importações sofrerão redução de 90%, de acordo com a seguinte progressão: 15% no primeiro ano; 30% no segundo ano; 45% no terceiro ano; 60% no quarto ano; 75% no quinto ano; e 90% no sexto ano.

As percentagens referidas serão calculadas sobre o volume das importações de trigo estrangeiro ocorridas durante os 365 dias imediatamente anteriores à data em que a Lei entrar em vigor.

Ào fim do sexto ano da vigência da Lei (artigo 3º), ficará proibida a importação de trigo estrangeiro em todo o território nacional.

O ilustre Autor do projeto fez, da tribuna do Senado, longa justificativa oral da medida prevista no mesmo, demonstrando-se particularmente em considerações sobre os aspectos agrário, econômico e político do problema do trigo, visto esse problema do ângulo do interesse nacional brasileiro.

Os subsídios contidos nessa justificativa serão, sem dúvida, levados em conta pela ilustrada Comissão de Economia, quando esse órgão analisar a matéria, para pronunciar-se sobre seu mérito.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, nada vemos que invalide o projeto e, assim, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de julho de 1964. — **Afonso Arinos, Presidente** — **Ruy Carneiro, Relator** — **Argemiro de Figueiredo** — **Bezerra Neto** — **Edmundo Levi** — **Jefferson de Aguiar**.

Nº 799, DE 1965

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1963.

Relator: Sr. Adolfo Franco.

O eminente Senador Ermirio de Moraes submete a apreciação do Senado Federal projeto de lei que objetiva a limitação e supressão das importações de trigo estrangeiro.

A proposição visa a dois altos e eloqüentes objetivos:

a) o incentivo e incremento da produção do trigo no país; e

b) a economia de divisas, desafiando assim a nossa balança de pagamentos.

2. Não entendemos, porém, que o melhor meio para o incentivo da cultura do trigo seja o da proibição de sua importação. Cultura especializada e altamente técnica exigiria do governo outras medidas e melhores cautelas para o desenvolvimento da sua produção. Por outro lado, tememos que a proibição ou restrição venha a perturbar o abastecimento de pão à população, criando mais uma fonte de agitação e sofrimento popular.

Na oportunidade e para um maior debate e exame da proposição, que oferece aspectos altamente interessantes à vida econômica brasileira, propomos que se converta o processo em diligência a fim de serem solicitadas audiências:

c) do Ministério da Agricultura; b) da Indústria e do Comércio; e

c) da Superintendência do Abastecimento Nacional, (SUNAB).

Sala das Comissões, 23 de julho de 1964. — **José Ermirio, Presidente** — **Adolfo Franco, Relator** — **Sebastião Archer** — **Lopes da Costa** — **José Feliciano** e **Melo Braga**.

Nº 800, DE 1965

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1963.

Relator: Sr. Adolfo Fontana.

Submetido o projeto em tela à apreciação desta Comissão, foi designado para relatá-lo o nobre Senador Adolfo Franco que externou impressões quanto ao conteúdo da proposição, porque só a proibição de importar não seria força suficiente para o aumento do plantio e da produção e poderia perturbar o abastecimento do pão à população brasileira. Seu parecer não foi conclusivo, preferindo ouvir antes a opinião do Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e do Comércio e da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), cujas audiências solicitou.

Sómente o Ministério da Indústria e do Comércio manifestou-se sobre a matéria, alinhando os seguintes argumentos desfavoráveis ao projeto:

a) mantida a taxa atual de crescimento do consumo nacional do trigo em grão, dentro de 6 anos seriam necessários cerca de 6 milhões de hectares de terras apropriadas e um parque de sítios 10 vezes superior aquele de que dispomos.

b) não é impossível esse empreendimento, mas representa uma mobilização de esforços e recursos técnicos e financeiros difíceis de serem obtidos a curto prazo.

c) o trigo nacional recebe a necessária proteção, relativamente ao produto importado, havendo controle estatal nas compras externas.

d) as deficiências da produção nacional são de outra natureza, inclusive técnica. A aprovação do Projeto não melhoraria essa situação a curto prazo.

Confirmam-se, assim, os temores de que a proibição da importação sem que o País esteja capacitado a produzir e a aumentar a sua produção de trigo, poderá levar-nos a crises severas e graves. As nossas deficiências são, principalmente, de natureza técnica e a o projeto não as corrige, não as melhora. Para proibir a importação, deveríamos oferecer a solução e os meios para o aumento da produção nacional.

O ilustre Senador Ermirio de Moraes apresentou o Projeto em 1963, antes portanto de assumir o poder o atual Governo, que muito sabiamente aboliu os subsídios para a importação de trigo. São notórios os benefícios dessa medida que provocou maior interesse das classes produtoras do cereal no País. Como exemplo disso, desejamos assinalar a notável iniciativa da Indústria moageira que recentemente criou, no Rio Grande do Sul, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com o escopo de desenvolver a genética tritícola e dar assistência técnica aos triticultores.

Os resultados já se fazem sentir. Caiam as importações de trigo, que vem sendo substituído na dieta popular por outros gêneros produzidos no País em abundância, tais como o milho, batata, arroz, feijão, etc.

Resta agora que o Governo complemente a orientação já posta em prática assegurando preço igual para o trigo alienígena e o trigo nacional. Referimos-mos, especialmente à conveniência de se adotar uma política de preços baixos para os fertilizantes e adubos, ainda que para isso, seja necessário subvencioná-los.



Certamente serão assim atingidas as finalidades visadas pelo projeto, sem correremos os riscos que expusemos.

Isto posto, somos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1965. — *Sebastião Archer*, Presidente; *Atilio Fontana*, Relator; *Lopes da Costa*; *José Leite*; *Jefferson de Aguiar*, votei pela rejeição, por entender que a matéria não pode ser regulada por lei, dependendo exclusivamente de demanda do consumo e da política patriótica de fomento à produção tritícola nacional, que o Governo deve incentivar com critério e perseverança. Ai, estão, em síntese, os propósitos do projeto, que louvo e subscrevo, com estas restrições.

## PARECERES

Ns 801, 802, 803 e 804, de 1965

Nº 801, de 1965

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1965 que torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.*

Relator: Sr. Antônio Balbino

1. O nobre Senador Vasconcelos Torres apresenta projeto de lei pelo qual "todas as representações oficiais do Brasil, no exterior, sejam diplomáticas, comerciais, civis ou militares (sic), fiquem obrigadas ao uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional" (artigo 1º).

2. E, dentro da mesma orientação, modifica o artigo 7º da lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, alterado pelo artigo 56 da lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, no sentido de não permitir o ingresso em território nacional, com as franquias previstas naquele Estatuto, dos "veículos automóveis de propriedade dos funcionários da carreira diplomática e dos servidores públicos civis e militares, adquiridos no exterior e que não sejam de fabricação brasileira".

3. O ilustre e operoso autor da proposição em exame fundamenta sua iniciativa baseado nos seguintes argumentos:

a) que a indústria automobilística, brasileira já ocupa lugar de destaque entre os países produtores de veículos automóveis;

b) que o equilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil só será possível com o aumento das exportações, principalmente de produtos manufaturados;

c) e que "para o fim de exportar, a mais eficiente propaganda do veículo fabricado no Brasil é o seu trânsito pelas ruas de países estrangeiros".

4. A matéria foi distribuída ao exame das Comissões de Justiça e de Relações Exteriores. A mais simples análise de seus objetivos conduz, pela complexidade do aspecto que eles envolvem, à necessidade de submetê-los pro igual, às Comissões de Economia e de Finanças, regimentalmente competentes para apreciá-los.

5. Tivesse a Comissão de Constituição e Justiça competência para exame do mérito da proposição do nobre Senador Vasconcelos Torres, e não hesitaríamos em declarar a sua inconstitucionalidade ou, pelo menos, a sua inoportunidade, de vez que:

a) não nos parece que haja caminho adequado para uma política nacional agressiva e eficiente de exportação de produtos manufaturados fora do mecanismo da livre competição entre os produtores para a conquista de mercados, sendo, para isso, em campo potencialmente consumi-

dor, imprescindível a existência de uma infra-estrutura de assistência técnica e reposição de peças, que a indústria automobilística brasileira, evidentemente, ainda não tem;

b) não seria instrumento positivo de propaganda nossa a obrigatoriedade do uso exclusivo por todas as nossas representações, nas dezenas de Países onde elas existem, de veículos nacionais, desassistidos de peças e assistência, na implantação de uma política comercial apenas ostensivamente nacionalista, mas, em verdade, imatura e, sob muitos aspectos, contraproducente;

c) não haveria, mesmo, razão plausível para começar tal orientação com a complexa indústria automobilística, quando ainda não se fez, nem se cogitou de fazê-lo em outros setores industriais mais elementares, como *verbigrafia* no de eletro-domesticos;

d) não seria favorável ao nosso interesse, até do ponto de vista psicológico, que um País com as perspectivas de expansão industrial do Brasil, nos limites normais de livre competição, fosse adotado, na forma rigorosa e drástica de uma lei de aplicação imediata, uma orientação que só poderia ser recomendada em termos de prudente graduação, etapa por etapa, e dentro de mecanismo realístico e discreto das iniciativas do próprio serviço de administração do Ministério das Relações Exteriores.

6. Feitas as observações acima, numa inversão apenas aparente da ordem natural da apreciação que deveríamos fazer sobre a matéria, nos limites de nossa competência regimental, passaremos à análise do projeto, no campo estrito de sua constitucionalidade e da técnica legislativa de sua elaboração.

Quanto ao aspecto de constitucionalidade, dentro do nosso habitual entendimento liberal de não fulminar com a peca de inconstitucionalidade senão aquelas proposições que assim nos pareçam "além de qualquer dúvida razoável", entendemos que não se contrapõe a qualquer texto de nossa Carta Magna um dispositivo que estabeleça, para as nossas representações, vale dizer, para o próprio Governo, a obrigação de só usar, no exterior, veículos de produção nacional. É evidente que tal não seria o nosso entendimento se a proibição se estendesse aos funcionários.

Em termos de técnica legislativa, porém, num entendimento menos formalístico e considerando como integrante do conceito de técnica legislativa a análise da oportunidade de se adotar ou não como imperativo de um texto legal, de aplicação genérica e imediata, uma providência que seria mais adequada no campo da ação administrativa, específica e gradual, pensamos que a Comissão de Constituição e Justiça, considerando o assunto como se se tratasse de uma das chamadas, "preliminares de mérito", estaria nos limites de sua competência, manifestando-se contra a sua aprovação.

7. É evidente que, adotado este entendimento quanto ao artigo 1º, que é definidor da própria filosofia do projeto, o artigo 2º perderá o interesse ou a motivação de sobrevivência como artigo autônomo, por não se comportar, isoladamente, no contexto da emenda do projeto. Cumpre-nos, porém, de qualquer modo, acentuar que o referido artigo 2º, além de, sob o aspecto formal, não se apresentar imune à crítica de inadequação terminológica ao dizer que um veículo de fabricação não brasileira deixa de ser "um bem de propriedade", vulnera o § 3º do artigo 141 da Constituição quando não excetua a situação dos veículos comprados no regime da le-

gislação ora vigente, em relação aos quais seria incontestável o "direito adquirido", direito subjetivo de natureza patrimonial, irreversível, dos seus proprietários ao seu livre ingresso no País.

8. Por estes motivos, somos de parecer:

a) que o projeto deve ser rejeitado, pela razão de, em termos de técnica legislativa, não ser conveniente, por inoportuno, dar caráter de obrigatoriedade num texto de lei, a uma providência, que, se fosse conveniente, deveria ter sua execução relegada ao campo da ação administrativa, também competente para efetivá-la, em termos mais realísticos e prudentes;

b) que, especificamente, o artigo 2º do projeto fere o § 3º do artigo 141 da Constituição, ao não ressaltar a situação jurídica dos que adquiriram veículos no regime da legislação vigente com o direito de fazê-los ingressar no território nacional;

c) que, em qualquer hipótese, na sua tramitação, o projeto, nos termos do Regimento Interno, deve ser submetido às Comissões de Economia (artigo 91, incisos 1, 2 e 7) e de Finanças (art. 93, alíneas c e d).

Sala das Comissões, 7 de abril de 1965. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Presidente eventual — *Antônio Balbino*, Relator. — *Heribaldo Vieira* — *Jefferson de Aguiar* — *Rui Carneiro* — *Argemiro de Figueiredo* — *Josaphat Marinho*.

Nº 802, DE 1965

*Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9,*

Relator: Sr. Filinto Müller.

O nobre Senador Vasconcelos Torres apresentou projeto de lei tornando obrigatória às representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional.

A Comissão de Constituição e Justiça adotou parecer do Senador Antônio Balbino contrário à proposição.

O longo parecer do Relator da Comissão de Constituição e Justiça convence à primeira vista, e dispensa que se estendam os argumentos nesta Comissão.

O projeto é inconveniente e inoportuno. Inconveniente porque torna obrigatória, num texto de lei, uma providência que, se fosse razoável, deveria ter sua execução no campo de ação administrativa competente para efetua-la dentro da realidade. Além disso, como acentuou o nobre Senador Antônio Balbino, o projeto, fere o parágrafo 3º do Artigo 141 da Constituição Federal.

Somos favorável a que se ouça as Comissões de Economia e de Finanças, de acordo com os artigos 91 (incisos 1, 2 e 7) e 93, (alíneas c e d), do Regimento Interno, como sugere a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Reuniões, .... de maio de 1965. — *Benedicto Valladares*, Presidente. — *Filinto Müller*, Relator. — *Antonio Carlos* — *José Guimard* — *Antônio Jucá* — *Menezes Pimentel*.

Nº 803, DE 1965

*Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1965.*

Relator: Sr. José Leite.

O projeto que examinamos é de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres. Em seu art. 1º estabelece o "uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional" pelas representações oficiais do Brasil no exterior sejam diplomáticas, comerciais, civis ou militares".

Em sua justificativa faz ver o nobre autor do projeto ser a mais eficiente propaganda do veículo fabricado no Brasil sua circulação pelas ruas dos países estrangeiros. Ocupando o Brasil lugar de destaque entre os países produtores de veículos automóveis e, se fazendo necessário o aumento de exportações, a propaganda estimularia as vendas. Tem o autor elevado objetivo. Não nos parece, porém, que a medida venha a dar resultado prático. A manutenção, em serviço dos veículos de nossas representações tornar-se-ia difícil em decorrência da dificuldade da pronta reposição de peças e acessórios. Para qualquer conserto tornar-se-ia necessário o pedido do material a substituir pois não é crível que para um número reduzido de veículos se fizessem estoques de peças em nossas representações. Resultaria, pois, que os veículos passariam fora de serviço tempo excessivo prejudicando os trabalhos das representações brasileiras e que porventura pertencessem e constituindo o fato contra-propaganda dos veículos.

A medida poderia ser tomada de relação às representações oficiais em países onde os fabricantes brasileiros tivessem representantes em condições de dar assistência aos veículos de sua fabricação. Seria providência a ser tomada pelas autoridades administrativas. Aliás, assim também pareceu ao nobre relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, para quem, a providência que se pretende tornar obrigatória num texto de lei "se fosse razoável, deveria ter sua execução no campo da ação administrativa competente para efetivá-la dentro da realidade".

Quanto ao art. 2º estamos com o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça que afirma ferir o disposto nesse artigo, o parágrafo 3º do art. 141 da Constituição.

Somos, pois, de parecer que o projeto deve ser rejeitado.

Sala das Comissões, em 3 de junho de 1965. — *Atilio Fontana*, Presidente — *José Leite*, Relator. — *Irineu Bornhausen* — *Sebastião Archer* — *Miguel Couto*.

Nº 804, DE 1965

*Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 9, de 1965, do Senado Federal.*

Relator: Sr. Mem de Sá.

Como bem enuncia a emenda, o projeto de lei em exame, de autoria do ilustre senador Vasconcelos Torres, pretende tornar obrigatório o uso exclusivo de veículos automóveis de fabricação nacional, por todas as representações oficiais do Brasil no exterior.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em minucioso e judicioso parecer, de autoria do nobre senador Antônio Balbino, unanimemente julgou inconveniente o artigo 1º da proposição e inconstitucional o segundo.

As Comissões de Relações Exteriores e de Economia, a primeira em parecer do ilustre senador Filinto Müller e a segunda em parecer do nobre senador José Leite, também por unanimidade de votos, manifestaram-se contrariamente ao projeto, pelas razões expostas no parecer do senador Antônio Balbino.

De parte da Comissão de Finanças, igualmente, o parecer é contrário, tendo em atenção os abundantes argumentos que demonstram a inconveniência e inoportunidade da proposição.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1965. — *Irineu Bornhausen*, Presidente. — *Mem de Sá*, Relator — *Walfredo Gurgel* — *Victorino Freire* — *Menezes Pimentel* — *Aurélio Vianna* — *Jodo Agripino* — *Eurico Rezende*.



## PARECERES

Ns. 805 e 806, de 1965

Nº 805, — DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1964, (Projeto de Decreto Legislativo nº 84-A-63 — Câmara) que mantém decisão de registro, sob reserva, do Tribunal de Contas, de despesa realizada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Relator: Sr. Edmundo Levy.

Por decisão proferida a 17 de fevereiro de 1959, o Tribunal de Contas da União denegou registro à despesa de Cr\$ 1.937.881,10, como "Restos a Pagar", do exercício de 1957, relativa a serviços executados pela firma J. Dantas & Cia. Ltda. na ligação ferroviária Catiara-Patos de Minas.

2. Fundamentou o Tribunal a sua decisão no fato de se tratar de majoração de preço em obra contratada, sem que tivesse sido tal aumento objeto de termo aditivo.

3. O Ministério da Viação, interessado no processo, manifestou recurso ao tempo oportuno, não tendo, contudo, logrado acolhimento, eis que as razões exibidas não ilidiram os fundamentos da decisão recorrida.

4. Pela exposição de motivos nº 519, de 8 de junho de 1959, quando a Secretaria de Estado levou o caso ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da República, solicitando, mediante, por despacho, a prática dos atos necessários ao pagamento à firma J. Dantas & Cia. Ltda. dos serviços executados na mencionada ligação ferroviária Catiara-Patos de Minas.

5. Conhecendo do despacho presidencial ordenatório, o Tribunal determinou o registro da despesa, sob reserva, comunicando o fato ao Congresso Nacional, de conformidade com o disposto no art. 56, § 2º, da Lei nº 30, de 23 de setembro de 1949.

6. Em face do exposto, e tendo em vista as razões expeditas pelo Senhor Ministro da Viação na exposição de motivos que mereceu despacho favorável do Exmo. Sr. Presidente da República, somos de parecer que deve ser mantido o ato do Tribunal de Contas sob exame, de conformidade com o projeto do decreto legislativo onstante do processo.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1965. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Edmundo Levy, Relator. — Jefferson de Aguiar — Heribaldo Vieira — Josaphat Marinho — Antônio Bulbino — Argemiro de Figueiredo.

Nº 806, — DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1964,

Relator: Sr. Victorino Freire.

A apreciação desta Comissão, foi emitido o presente projeto, que visa, manter decisão de registro, sob reserva, do Tribunal de Contas, de pagamento feito pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Tal dispêndio, no valor aproximado de Cr\$ 1,5 milhões, se refere à majoração do custo de obras na ligação Catiara-Patos de Minas, adjudicadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro à firma J. Dantas & Cia. Ltda.

Embora, inicialmente, tenha o referido Tribunal recusado registro à despesa, — porquanto os preços majorados não foram objeto de termo aditivo ao respectivo contrato, na sessão de 17 de julho de 1959, determinou o registro, sob reserva, em razão do que dispõe a legislação vigente (Art. 4º da Lei nº 830-49) e do despacho do Sr. Presidente da República.

Convém aduzir, entretanto, que a matéria contida na proposição em tela foi o motivo que propiciou, recentemente, a aprovação de Lei dispondo sobre normas para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo de órgãos do Governo Federal (Lei nº 4.370-64).

Naquela oportunidade (Parecer nº 550-64 ao Projeto nº 1.140-63), esta Comissão de Finanças reconheceu a necessidade de encontrar, de "uma" "uma maneira mais flexível, a questão de preços, sob pena de se levar a Administração a não ter quem com ela queira contratar." Em outras palavras, a Mensagem esclarecia que, "em face da atual conjuntura, é praticamente impossível a continuidade na execução de serviços públicos de longa duração, quando contratados a preço fixo e prazo certo.

Em virtude, pois, das decisões estarem de acordo com dispositivos legais expressos, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1965. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Waldemar Gurgel — Menezes Pimentel — Aurélio Vianna — João Agripino — Mem de Sá — Eurico Rezende.

## PARECER

Nº 807, de 1965

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o projeto de Lei do Senado nº 156, de 1963 que determina providências para a comemoração do centenário de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e institui o Dia Nacional do Índio.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

O projeto nº 156, de 1963, de autoria do ilustre Senador Bezerra Neto, após ser aprovado nesta casa do Poder Legislativo, foi remetido à Câmara, dos Deputados. Ali, foi aprovado com substitutivo e voltou ao Senado que deverá manifestar-se sobre as emendas.

Embora tenha sido apresentado em tempo hábil para as comemorações do centenário de nascimento do Marechal Cândido Rondon, volta à revisão do Senado, após ter-se verificado o transcurso daquela data comemorativa.

Cabe, contudo, a esta casa do Congresso concluir o processo legislativo, manifestando-se sobre o substitutivo da Câmara.

Pela sinopse que acompanha o processo, verifica-se que o projeto foi distribuído, na Comissão de Justiça da Câmara, ao Sr. Deputado Arruda Câmara, que deu parecer pela sua inconstitucionalidade. Concedida "vista" ao Sr. Deputado Wilson Martins, apresentou este substitutivo que logrou aprovação das Comissões de Justiça, de Educação e Cultura, de Finanças e, também, a aprovação do Plenário.

As modificações introduzidas pelo substitutivo da Câmara são as que se seguem:

1) Nova redação ao Art. 1º que estava assim redigido:

Art. 1º Os poderes Executivo e Legislativo, estabelecimentos de ensino e instituições culturais do país, comemorarão, a 5 de maio de 1965, o centenário do nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Pelo substitutivo, é a seguinte a redação deste artigo:

Art. 1º. A União fará comemorar festivamente, em todo o território nacional, o centenário do nascimento do Cândido Mariano da Silva Rondon, o

Marechal Rondon, a transcorrer no dia 5 de maio de 1965.

Vê-se, pela leitura das duas redações, que, em sua essência, visam ao mesmo objetivo. Em vez de especificar os promotores das comemorações (Poderes Executivo e Legislativo, estabelecimentos de ensino e instituições culturais), a emenda proposta sintetiza no Art. 1º a União como promotora das homenagens, especificando nos Artigos 2º e 3º a participação do Poder Legislativo, dos Estabelecimentos de ensino e das Instituições culturais.

Merece acolhida a emenda substitutiva ao Art. 1º.

2) Ao Art. 2º foi oferecida nova redação, incluindo-se na Comissão designada pelo Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de organizar o programa dos festejos, além dos representantes dos órgãos constantes no projeto original, mais os da Academia Matogrossense de Letras, do Instituto Histórico de Mato Grosso, do Instituto de Pesquisas Históricas "Dom Aquino Correia" e da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT).

A redação do Art. 2º do substitutivo, ao ampliar o número dos componentes da referida comissão, fez justiça ao Estado do Mato Grosso, onde nasceu o Marechal Rondon, fazendo-o, através de seus órgãos culturais e científicos, participar das justas homenagens a serem prestadas ao grande sertanista.

Nosso parecer é pela aceitação do Art. 2º do substitutivo.

3) O Art. 3º foi, igualmente, alterado. No projeto do Senado eram enumeradas, dentre as comemorações programadas: a) inauguração de um monumento a Rondon, na povoação de Mimoso, Est. do Mato Grosso; b) instituição de concurso sobre um trabalho histórico a respeito da vida de Rondon; c) instituição de prêmios a universitários, estudantes secundários e profissionais que apresentarem os melhores trabalhos sobre a vida e os feitos de Rondon; d) prêmios aos melhores trabalhos de radiodifusão sobre o mesmo assunto; e) emissão de selo comemorativo; f) edição ilustrada do diário, memórias e demais trabalhos de Rondon, pelo Instituto Nacional do Livro, e distribuição às bibliotecas, centros de estudos e estabelecimentos de ensino.

O substitutivo ao Art. 3º, a fim de evitar qualquer implicação com o que dispõe o Ato Institucional sobre projetos que criem ou aumentem despesas, reduziu a dois itens as comemorações:

a) palestras e conferências em estabelecimentos de ensino e instituições culturais do País sobre a vida e obra de Rondon;

b) instituição de concurso Histórico-didático a respeito do ísigne sertanista, realçando o seu amor ao índio e o seu trabalho pela integração e pela defesa de nossas fronteiras.

Nosso ponto de vista é favorável, também, à emenda substitutiva ao Artigo 3º.

4) A supressão dos Artigos 4º, 5º e 6º é decorrência da aceitação da emenda anterior. Parecer favorável.

5) Finalmente, o Art. 7º é desdobrado em dois outros que passam a ser o 4º e o 5º. Não há alteração fundamental, pelo que nosso parecer é favorável.

Resumindo, esta Comissão é pela aceitação do substitutivo da Câmara

dos Deputados, com todas as suas emendas.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Mem de Sá — Antônio Juca — Faria Tavares — Edmundo Levy.

## PARECER

Nº 808, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965 (nº 194-A de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levy.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965 (nº 194-A de 1964, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Edmundo Levy, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 808 DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965 (nº 194-A de 1964, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal e eu, —

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' mantido o ato, de 30 de abril de 1964, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul em 3 de abril de 1963.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 809, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1965 (nº 214-A de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levy.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1965 (nº 214-A de 1964, na Casa de origem), que autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravatura, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo abeto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1953.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Edmundo Levy, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 809  
DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1965 (nº 214-A de 1964, na Casa de origem).  
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, nº I da Constituição Federal e eu, —

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº  
DE 1965

Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' o Governo Brasileiro autorizado a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 810, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1964 (Número 813-B de 1963, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levy

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1964 (número 813-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente; Edmundo Levy, Relator — Josaphat Marinho.

## ANEXO AO PARECER Nº 810-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1964 (número 813-B-63, na Casa de origem) que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, e dá outras providências.

## EMENDA Nº 1

(da C. de Redação)

A emenda.

Dê-se à emenda do projeto a seguinte redação:

"Concede isenção dos impostos de Importação e Consumo de Emolumentos Consulares e de Taxa de Despacho Aduaneiro, excluída a cota de Previdência Social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros"; e dá outras providências".

## EMENDA Nº 2

(da C. de Redação)

Ao Caput do artigo 1º.

Dê-se ao caput do artigo 1º a seguinte redação:

"Art. 1º. E' concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos im-

postos de Importação e Consumo, de Emolumentos Consulares e da Taxa de Despacho Aduaneiro, excluída a cota de Previdência Social, para equipamentos industriais e acessórios, destinados à ampliação e instalação, no país, de fábricas de papel para impressão de jornais, periódicos e livros".

## EMENDA Nº 3

(Corresponde à subemenda CF à emenda número 1 de Plenário)

Ao artigo 1º.

Acrescentem-se ao artigo 1º os seguintes parágrafos:

"Art. 1º

§ 4º. A isenção de que trata este artigo estendendo-se aos equipamentos industriais e acessórios nele referidos, importados até a data desta lei.

§ 5º Os benefícios outorgados nesta lei somente serão concedidos a pessoas físicas brasileiras, ou a pessoas jurídicas brasileiras, cuja maioria do capital pertença a sócios brasileiros.

§ 6º Verificada fraude às disposições do parágrafo anterior, serão cancelados os benefícios, além da imposição de multa correspondente ao valor da vantagem obtida pelo infrator, sem prejuízo de outras sanções cabíveis na espécie.

§ 7º Os favores ou benefícios que vierem a ser concedidos para o papel importado serão automaticamente extensivos ao papel de produção nacional".

## EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda número 2 de Plenário)

Aos artigos 3º e 4º.

Suprimam-se os artigos 3º e 4º do projeto.

## PARECER

Nº 811, de 1965

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 143, de 1964 (número 80-A-63, na Casa de origem).

Relator: Sr.

A Comissão apresenta redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 143, de 1964 (número 80-A-1963, na Casa de origem), que, torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade, concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Mello, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965.

## ANEXO AO PARECER Nº 811-65

Redação do vencido, para discussão suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 143, de 1964 (número 80-A-1963, na Casa de origem).

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Mello, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' tornado definitivo o registro, feito "sob reserva", em 3 de setembro de 1957, pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário mensalista Olívio Thiago de Mello, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos termos do que dispõem as leis números 1.050, de 3 de janeiro de 1960 e 4.068-A, de 10 de junho de 1962.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 812, de 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado número 116, de 1953.

Relator: Sr. Edmundo Levy

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1953, que estende aos trabalhadores nos Portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das leis números 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente; Edmundo Levy, Relator — Josaphat Marinho.

## ANEXO AO PARECER Nº 812-65

Redação final do Projeto de Lei do Senado número 116, de 1953; Estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Est. de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis números 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São extensivos aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, que prestaram serviços ao Governo Federal, ou às concessionárias dos referidos portos, a partir de 22 de março de 1941, durante a última Grande Guerra, os direitos e vantagens das Leis números 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

Art. 2º As vantagens decorrentes desta lei serão custeadas pelo Instituto a que estiver filiado o beneficiário.

Art. 3º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei, serão revistas as aposentadorias já concedidas, enquadrando-as aos preceitos do presente diploma legislativo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 813, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1963.

Relator Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 44, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.970, de 6 de abril de 1955, do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Edmundo Levy.

## ANEXO AO PARECER Nº 813-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ...  
DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 2.970, de 6 de abril de 1955, do Estado de São Paulo.

Art. 1º. E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 2 de julho de 1958, na Representação nº 243, do Estado de São Paulo, a execução da Lei nº 2.970, de 6 de abril de 1955, do mesmo Estado.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 814, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1965, que suspende a execução das alíneas b e e do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Edmundo Levy.

## ANEXO AO PARECER Nº 814-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ...  
DE 1965

Suspende a execução das alíneas b e e do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo.

Art. 1º. E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 17 de maio de 1957, na Representação 208, do Estado de São Paulo, a execução das alíneas b e e do artigo 37, da Constituição do mesmo Estado.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 815, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1965.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturité, Estado do Ceará.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Edmundo Levy.

## ANEXO AO PARECER Nº 815-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ...  
DE 1965

Suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945 do Município de Baturité, Estado do Ceará.

Art. 1º. E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 20 de junho de 1953, no Recurso Extraordinário nº 30.358, do Estado do Ceará, a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturité, do mesmo Estado.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

## PARECER

Nº 816, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1965.

Relator Sr. Josaphat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1965, que suspende a execução do art.

da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Raimundo Levy.

ANEXO AO PARECER Nº 816-65  
Resolução final do Projeto de Resolução nº 61, de 1965.

Fago saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, ..... promulgo a seguinte

# RESOLUÇÃO Nº ... DE 1965

Suspende a execução do art. 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 19 de setembro de 1965, na Representação número 192, do Procurador-Geral da República, a execução do art. 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(O Sr. Moura Andrade) — O expediente que acaba de ser lido vai a publicação.

Para representar a Mesa do Senado, nos festejos comemorativos do Primeiro Centenário de José de Alencar, esta Presidência designa o Senhor Senador Aguiar da Gama, Vice-Presidente do Senado.

Os oradores inscritos. O primeiro é o Senhor Senador José Ermirio, a quem dou a palavra.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, atendendo a convocação de minha iniciativa, aqui esteve, em 16 do corrente, o Ilustre Ministro das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos sobre o chamado "Acordo de Washington". Sua presença serviu, mais uma vez, para deixar patente a falta, o erro de nosso Regimento Interno, que ao disciplinar o comparecimento de Ministro de Estado, segundo prevê nossa Carta Magna, deu a este uma situação de verdadeiro privilégio, tornando praticamente impossível o diálogo. Impossibilidade da realidade do tempo concedido aos Senadores, bem como pela própria natureza dos trabalhos. Visando tornar mais produtivo, democrático e franco o necessário diálogo entre os representantes do Poder Executivo e os Legisladores, penso em pugnar pela reforma dessa parte de nossa lei interna.

Sua Excelência, por quem pessoalmente tenho sincera simpatia, entretanto, a exemplo de outros participantes do Ministério, não se dignou de responder satisfatoriamente as minhas indagações. Limitou-se a fazer longa dissertação doutrinária, para finalmente concluir com argumento de autoridade, que nada prova, nem convence a ninguém. Lamentavelmente os eminentes juristas que honram com seu saber esta Casa aqui não estiveram presentes naquela oportunidade, para elucidar a parte essencialmente jurídica no referido "Acordo". E foi pena que isso tivesse acontecido.

Visando exclusivamente o esclarecimento da opinião pública, já interveniente, prejudicialidade do citado "Acordo", bem como a definição de minha posição frente aos seus termos, peço venha para abusar da boa vontade e da sempre presente paciência de meus Irmãos e dignos pares, para voltar ao assunto, uma vez que dentro do diazeta o Senado da República de se manifestar definitivamente sobre sua aprovação ou rejeição.

Que me perdoem os que, em função de seus mistérios, são obrigados a to-

mar conhecimento de minhas palavras, mas tenho de repetir e ensinamento do grande Presidente WILSON que acredito devesse servir de norte e roteiro para nossos homens públicos, para nossos estadistas:

"Há uma particularidade na história da América Latina a qual tenho certeza que lhes toca a fundo. Tendes ouvido falar de "concessões" aos capitalistas estrangeiros lá, mas não aqui nos Estados Unidos. Nós não damos concessões; nós os convidamos a fazer investimentos. O trabalho é nosso, embora nós os convidemos a investir nele. Não lhes pedimos que emprestem o capital e façam o trabalho. É um convite, não um privilégio; e as nações que são forçadas, por não se acharem seus territórios dentro da área principal da empresa e iniciativas modernas, a fazer concessões, ficam numa situação em que os interesses estrangeiros podem dominar seus negócios internos, condição essa sempre perigosa e tendente a se tornar insuportável".

("Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana", organizados por Ernest R. May, ed. de 1964, pag. 132).

Devíamos seguir estas palavras sábias mas, a meu ver, estamos fazendo o contrário.

(Retornando a leitura).

E não nos esqueçamos jamais de sua ligação de nacionalismo e de democracia ao exclamar:

"Eu preferia pertencer a uma nação pobre que fosse livre do que a uma nação rica que tivesse cessado de amar a liberdade".  
Muito existe lá fora da que os EE.UU. se tornem livres".

Por isso mesmo lamentei profundamente que o eminente Ministro das Relações Exteriores não nos explicasse o por que de estarmos seguindo exatamente a trilha contrária à da grande nação norte-americana, quando deu início ao empolgante processo de sua emancipação econômica, até alcançarem as enormes dimensões de hoje.

E não posso concordar com o enunciado de Sua Excelência, aliás feito com aquela peculiar ausência de realismo e de conotação no tempo e no espaço dos frequentadores de inúmeros congressos e conselhos internacionais, de que os EE.UU., até 1918, também eram um país devedor. Ora, todos sabemos perfeitamente que até hoje os EE.UU. devem no exterior dezenas de bilhões de dólares, embora sejam também grandes credores.

Mas a diferença fundamental é que eles souberam empregar o dinheiro obtido por empréstimo no exterior, tudo aplicado conscientemente em atividades auto-financeáveis, e ainda mais nos permitindo que esses capitais pudessem ser dirigidos por ninguém do exterior e em muitos casos não admitindo que uma firma estrangeira tivesse a liberdade de contratar um único engenheiro que não fosse norte-americano, a não ser em casos especiais onde fariam conhecimentos dentro do país — e assim mesmo acatados por eles.

Tenho dito e repetido, embora com a entristecedora sensação de estar tentando fazer buracos d'água, que não sou contra empréstimos estrangeiros. Não, isso sim, e aqui indistintamente com a capacidade da água mole que consegue furar e perfurar verdadeiras rochas, contra empréstimos sem qualquer planejamento prévio, empréstimos que visem unicamente um acerto na conta contábil entre mutante e mutuário, dinheiro tomado a juros para aquisições "Aplicáveis Técnicas" ou para a construção de estradas de rodagem ou pequenas escolas ou ainda para outros. Ora, para isso devemos estar, e estamos realmente, plenamente capacitados. Da maneira como estão

sendo processadas as coisas, daqui a pouco até nossas pavimentações estarão na posse e na propriedade de estrangeiros. A este respeito, aliás, já alertei a nação e os responsáveis pelos seus destinos. Não sei se em vão.

Senhor Presidente, disse o sr. Ministro das Relações Exteriores que o tanto vezes citado "Acordo de Washington" era necessário, imprescindível à consecução de investimentos de capitais norte-americanos no país, em face da notória retração desses capitais. Sem querer argumentar com a ingenuidade da intenção da declaração "nada para o estrangeiro" contida nessa afirmativa, desejaria acrescentar que, da maneira como é a realidade, o referido "Acordo" oferece garantias ao investidor estrangeiro jamais concedidas ou mesmo sonhadas pelo nacional. E entre os estrangeiros, um tratamento preferencial e discriminatório em favor dos norte-americanos, numa verdadeira abdicação de nossa soberania. Não importam os torneios oratórios de Sua Excelência em favor de uma "soberania relativa", que evidentemente contem em si mesmo uma contradição. Tem qualquer coisa assim como liberdade viçada...

A este respeito, embora a observação coubesse aos inúmeros juristas desta Casa, quero ressaltar que o art. III, referente à sub-rogação, pelos investidores, em favor do Governo Norte-Americano, transporta para o terreno moveável e inseguro do Direito Internacional problemas que seriam e terão de ser solucionados à luz exclusiva de nosso direito interno. Nem sei, na verdade, como pôde Sua Excelência afirmar a heresia de que, na hipótese, o Governo Norte-Americano compareceria em Juízo "como particular". Ora, isso é absurdo e inaceitável. O que vai acontecer é exatamente o contrário: quando as firmas investidoras estrangeiras perderem em Juízo, perante nossos Tribunais e nossas leis, qualquer demanda, surgirá como sub-rogado o Governo Norte-Americano, que então deslocará a pendência para o terreno internacional, mediante a simples alegação ou afirmação de que houve "denegação de justiça". Tudo isso apenas com base em contrato de seguro entre a tal firma e o Governo de seu país. Querem melhor e mais extensa futuro "Área de atrito" do que essa? Imaginem os Senhores Senadores o que poderia ocorrer com uma Hanna, por exemplo, com seu pórtio exclusivo?

Por que melhor e mais extensa área de atrito? Já compramos as concessões. Por que vamos criar novas áreas de atrito com a tremenda e imensa vastidão dessas novas garantias?

Por falar na Hanna, estou tomando ciência, estarrecido, da decisão do Senhor Presidente da República de entregar a essa firma norte-americana, através de sua associada Novellimense, o Pico de Itabrito, em Minas Gerais, para ser reduzido a minério exportável, assim destruindo-se um marco indelevel de nosso passado, um momento histórico até aqui protegido pelo tombamento do "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

Quando, na qualidade de Presidente do Diretorio Nacional do PTB, estive em Belo Horizonte, acompanhando os trabalhos da sua Convenção Regional, tive oportunidade de receber comovido apoio de representantes do município de Itabrito, todos inconformados com essa decisão governamental, que se informa estar baseada em parecer da Consultoria ou da Procuradoria-Geral da República, classificada como totalmente errônea pelo eminente categorizado de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais Professor Rui de Souza. E ninguém melhor do que o grande poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade para, em poucos versos, publicados no

"Correio da Manhã" de 16 do corrente, sintetizar a justa revolta da gente de Itabrito, quando diz:

"O Pico de Itabrito será moído e exportado mas ficará no infinito seu fantasma desolado."

Com tanto ministério em roda, podendo ser extraído a leoninamente se agoda, e nem sequer prova ouvida

ao grave apelo da História que recorreu nessa brega um marco azul da memória e uma jóia da paisagem

nobres cumes altaneiros que davam, com sobriedade aos de casa e a forasteiros um curso de eternidade.

A dupla, agressiva empresa acha que tudo se exporta e gales da natureza são luzes de estrela morta.

Exportar corpo e alma, depressa, quando as réguas cascas, ficam buracos? Ora casa, O que vale são divisas

que tapam outros "buracos" do Tesouro Nacional, deixando em rede os cacús de um país colonial.

E vem de cima um despacho autorizando: Derruba. Role tudo, de alto a baixo, como, ao vento, uma embarcação

E o Pico de Itabrito será moído, exportado. Só quedará no infinito Seu fantasma desolado."

Vem os Senhores Senadores o que se está fazendo neste país, autorizando-se o desmonte de um monumento histórico, símbolo da grandeza desta terra, somente porque oferece condições de extrema facilidade para extração de minério. Desnecessariamente, pois sabemos que em Minas contamos com 30 bilhões de toneladas de minério de ferro.

Conheço bem aquela região privilegiada. Senhor Presidente, pois nos longínquos anos de 1922 e 1923 trabalhei lá como engenheiro das minas de Morro Velho. Os arredores do Pico de Itabrito representa menos de 1 bilhão de toneladas, valendo muito mais pelo que significa como sentinela avançada de nosso sadio nacionalismo, que é extremado sem ser extremista. Deverá o Pico de Itabrito ser mantido como alerta, a afirmar, tanto a forasteiros como aos nacionais, que esta terra tem dono, e que ele é símbolo garantidor de nossa soberania.

Por isso mesmo, aqui tenho um artigo do "EEMJ Metal & Mineral Markets", de 14 de junho deste ano, no qual se diz o seguinte:

(Lendo).

"A HANNA está envolvida em dois grandes investimentos no Brasil. A Companhia Siderúrgica Nacional e a subsidiária brasileira da HANNA — Companhia de Mineração Nova-Lumense fizeram um acordo na base de 18 milhões de dólares, para exploração, no mínimo, de um bilhão e meio de toneladas de minério de ferro por ano. A Companhia Siderúrgica Nacional retém 51% do estoque. A HANNA e a ALCOA reuniram-se, com o capital de 51 milhões de dólares, para construir uma laminação de alumínio em Picos de Caldas, Estado de Minas Gerais."

A Siderúrgica Nacional, embora fabulosa, tem mais do que capacidade para moer uma usina de poluição, desse tamanho. Será que não o faz, porque já estão querendo re-



teber ações da Siderúrgica Nacional para nela entrar sorrateiramente? Pergunto isto.

Com o que não posso concordar, na qualidade de representante do povo, é com o significado dessa autorização, no sentido de crescente aumento de facilidades às empresas estrangeiras, que vão proliferar aqui dentro, por todos os processos, a começar pelo de dissiparidade, e que depois representará quistos dificilmente extirpáveis. Ainda recentemente Sua Excelência o Sr. Presidente da República anunciou, na cidade de Belém, que a Amazônia vai ser aberta ao mundo, oferecendo-se facilidades e vantagens aos investidores estrangeiros, perigosamente, para um país como o nosso que não sabe controlar nem mesmo os preços de seus produtos de exportação.

Contra essa orientação, que com toda a sinceridade considero errônea, prejudicial ao país, é que tenho alertado a nação, muitas vezes, talvez, em termos candentes, mas meus pares sabem que isto se deve levar à conta de meu temperamento apaixonado pelas coisas deste grande país, e agora não vejo motivos nem razões, nem encontrarei tempo para mudar.

Contra o significado de uma Instrução 113, da extinta SUMOC, que deu tudo aos estrangeiros e nada ofereceu aos brasileiros; contra o revigoramento, pelo atual Governo, da Instrução 276, que possibilitou às empresas estrangeiras trazer para cá equipamentos usados a fim de concorrer com o sacrificado e hoje quase heróico industrial brasileiro, é que me insurjo, com todas as minhas forças.

Não quero deixar de repetir a séria advertência de Carlos Fuentes, à página 55 do notável "Perspectivas da América Latina":

"Vocês — referindo-se aos norte-americanos — são também os donos da América Latina. Sessenta por cento do nosso comércio externo é feito com vocês. As companhias americanas controlam 75% de nosso movimento comercial. Vocês impõem as condições e os preços. No ano passado, a Aliança deu 150 milhões de dólares à Colômbia; no mesmo ano, a Colômbia perdeu 450 milhões de dólares com a queda dos preços do café".

Esse triste panorama é, infelizmente, o que temos diante dos olhos:

O café, o açúcar, o cacau, o sisal, até mesmo o algodão do Ceará, conforme nos informou há dias o nobre Senador Wilson Gonçalves, todos esses produtos estão entregues à sua própria sorte. Melhor diria ao seu próprio azar. Sim, porque não há financiamento, não há estímulo não há apoio algum, não há programa sério em sua defesa. Nossa pecuária continua a sofrer os enormes prejuízos, avaliados em 200 bilhões de cruzeiros, causados pela febre aftosa. A Petrobrás está reduzindo cada vez mais sua produção de petróleo, passando de 5.679.880 metros cúbicos em 1963 para 5.283.856 em 1964, enquanto aumenta dia a dia o consumo de gasolina, que agora sofrerá o enorme e imprevisível impacto do financiamento de carros de passeio através das Caixas Econômicas, mas com dinheiro dos trabalhadores. Financiamentos que, por sugestiva coincidência, favorecerão exatamente aquela indústria que tem raízes no exterior, enquanto que o produtor genuinamente nacional, de tecidos, por exemplo, e os agricultores, estão completamente desamparados. Não se compreende, a respeito, o porque de reduções de impostos somente para algumas indústrias e não para todas. Onde está a decantada garantia constitucional da igualdade de todos perante a lei? Não vejo, Senhor Presidente, uma orientação definida em relação à nossa política de transportes. Vejamos, por exemplo, o que se passou

com nossa marinha mercante, com nossa cabotagem, que transportou:

	Toneladas
Em 1953 .....	5.316.930
Em 1954 .....	2.703.300
Em 1955 .....	2.322.630

Ora, não há quem não saiba (ou devesse saber) que esse transporte é o mais barato que existe, pois se bem organizado custa nove vezes menos do que o transporte rodoviário. Para onde caminhamos?

Não sei. Temo, com sinceridade, que daqui a alguns anos, ao se extinguir o mandato do atual Governo, este país se encontre esmagado de dívidas, de compromissos, por alianças e acordos. Temo que, internacionalmente, ou mais propriamente perante a América Latina, fiquemos isolados, falando sozinho, com nossas fronteiras ameaçadas, nosso conceito diminuído, numa repetição dos processos da guerra fria. Daqui desta tribuna tenho clamado, tenho conclamado, tenho alertado a nação para esses riscos todos, que deliberadamente decidiu-se enfrentar, assim num processo de hibernação que faz com que se confunda e se ignore a realidade brasileira.

Urge, pois, acordar toda essa gente, acordar de vez todos os Poderes da República, sem esquecer também aquele ao qual tenho a honra de pertencer. Sim, pois aqui mesmo no Congresso Nacional se passam coisas de arrepiar os cabelos. Essa é a verdade crua e dura, que sinto ter o dever de afirmar.

Um exemplo, Senhores Senadores? Aqui está: no corrente ano o atual Governo submeteu à consideração do Congresso o Projeto de Lei nº 5, de 1955, visando modificar, em parte, leis que dispõem sobre o fundo Federal de Energia Elétrica e sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

O Projeto adotou a fórmula,

$$Q = C \frac{R}{E}$$

Q representa a quantia a ser paga ao Estado em dinheiro.

C a cota do Estado no imposto único do exercício.

R recursos próprios aplicados no território do Estado em energia elétrica, no exercício anterior, excluída sua cota no imposto único, mas incluídos os investimentos efetuados pelos Poderes Públicos Municipais e por concessionários privados nas áreas do Estado de sua concessão.

E cota do Estado no imposto único do exercício anterior.

Pois bem, senhores Senadores, aqui foi apresentada emenda para que no fator "R" fosse incluído o Governo da União, até que o Estado atingisse 500.000 kilowatts de produção e distribuição de energia elétrica. Com isso estava-se procurando auxiliar 19 Estados da Federação, com exceção apenas de São Paulo, Minas e Guanabara. A emenda foi aprovada por esmagadora maioria na Comissão Mista, mas estranhamente, esquisitamente, não se sabe bem por que, a não ser com base no rito compressor de que dispõe aqui o Executivo, a emenda foi rejeitada pelo Congresso.

Esquisita essa atitude da maioria do Congresso Nacional, onde estão devidamente representados os referidos 19 Estados. Esqueceram-se, lamentavelmente, da assustadora situação do Nordeste, que em menos de dois anos enfrentará uma crise de inercíveis proporções. A cidade do Recife, por exemplo, vai ficar sem distribuição de energia elétrica, pois a rede está toda em frangalhos, triste herança das concessionárias.

Sem aumento da barragem e respectiva usina hidrelétrica de Paulo Afonso; sem a aquisição dos equipamentos necessários ao seu desenvol-

mento; sem o aproveitamento da energia dos açúdes; sem o aproveitamento das usinas termo-elétricas somente para serem utilizadas onde maior for a demanda; sem a construção da represa do Sobradinho, e sem outros aproveitamentos da região nordestina, aquela parte do país continuará a apresentar o lamentável espetáculo de desolação e desesperança que desafia a coragem e o patriotismo dos brasileiros. Providências, pois, têm de ser tomadas já, agora, imediatamente enquanto ainda é tempo para isso, mas que tudo se faça imediatamente mesmo.

Com todos esses problemas travando e entravando nosso processo de desenvolvimento, não se sabe como pôde o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, falando como se estivesse numa reunião no estrangeiro e para estrangeiros, como pôde Sua Excelência afirmar que, se houve má repercussão na América Latina desse acordo, isso somente se explicaria pela "inveja" dos outros países!

Ora, quem vai ter inveja de acordos dessa natureza e com essa amplitude, quem tem inveja de uma nação que está se entregando, se entregando, a cada dia que passa?

Tão discutida e mesmo combatida tem sido a política externa atual do Governo Norte-Americano, principalmente no que diz respeito à América Latina, que até um grande número de professores universitários de lá se insurgiu contra seu Governo, protestando contra o envio de tropas para a pequena República Dominicana. E, entretanto, aqui no Congresso professores universitários de lá se foram favoráveis a esse acordo. Gostaria que esses representantes do povo tivessem presente a advertência que vem sendo repetida pelo "The Economist", de Londres, na edição de 29 de maio passado perguntando qual será o novo objetivo dos "marines" da Colômbia, a Bolívia, a Guatemala? E agora no número de 5 de junho, em artigo sob o título "These Bloody Americans", prova a desnecessidade do desembarque na República Dominicana.

Em alguns lugares esse trabalho começou. Possivelmente, apesar de muito tarde para provar, a intervenção americana na República Dominicana nunca foi necessária. Todavia, tendo intervido, os Estados Unidos estão hoje atormetadamente conscientes da necessidade de encerrar o fato de que se acham cercados, e seguem às apalpadelas por caminho por onde os latinos americanos na tentativa de ficarem únicos orientadores de toda a América Latina.

Este artigo do dia 5 de junho, é por demais rigoroso. Não sei como a Inglaterra, tão amiga e leal aos Estados Unidos, permitiu que se publicasse, no seu grande jornal "O Economista", de Londres, um editorial dessa natureza, que contém muita coisa que deveríamos ler.

Temos ainda outro artigo, ainda de "O Economista", do dia 12 de junho, com uma das mais severas críticas à política do atual Presidente Johnson, e que diz o seguinte: (Lê-se)

"O Presidente Johnson está sendo duramente criticado pela substância de suas ações na República Dominicana ou pela sua falácia de fazê-las inteligíveis ao seu povo. Os seus assessores estão mostrando a sua vulnerabilidade e não passa um dia que o presidente não tenha de dar explicações à imprensa, em reuniões políticas e até na formatura de estudantes universitários; criou um ambiente difícil de ser controlado pelo desdouro protetor acadêmico do seu País.

Tudo isso os outros observam e nós também o notamos aqui.

Esta é uma revista que todos devíamos ler — "The Economist", de Londres, do dia 12 de junho, há quatro dias apenas em meu poder. (Exibe). (continua a leitura:)

Por tudo isso, Senhor Presidente, para que a nação saiba, e fique constando dos anais desta Casa, e assim se faça a História, pretendo requerer a votação nominal das 300 vozes, para que se publique em letras maiúsculas os nomes daqueles que derem seu voto contrário à mesma, numa decidida e corajosa atitude de defesa de nossa autodeterminação e nossa soberania.

Se, como disse aqui o Ministro das Relações Exteriores, o Brasil não garante nada, a garantia será dada pelo Governo Norte-Americano as firmas norte-americanas, por que nossa intervenção? Por que nossa assinatura? Que se garantam os norte-americanos com o seu Governo, numa transação entre eles. Nada mais simples.

Se não garante nada, por que assinar esse acordo?

Por quê? Por quê? Senhor Presidente?

Repetimos a pergunta, biblicamente, três vezes, para que não aconteça como no episódio de São Pedro, que somente depois de negar a Cristo três vezes é que se arrependeu.

Mas o certo é que, para os que aprovarem esse Acordo, temo que depois não mais haja tempo para arrependimento.

Talvez seja demasiadamente tarde. São estas as considerações que tinha a fazer, Sr. Presidente, sobre as respostas do Sr. Ministro das Relações Exteriores às perguntas por mim formuladas. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa).

S. Exa. não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARAO STEINBRUCH — (Le o seguinte discurso):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Movimento Trabalhista Renovador manifesta a sua solidariedade e o seu apoio ao funcionalismo público da União, na campanha que há meses vêm sendo os servidores federais pela revisão de seus vencimentos.

Com efeito, Sr. Presidente, nenhum movimento será mais justo do que essa reivindicação do funcionalismo federal. Surpreendente é que o Governo insista em fazer-lhe ouvidos de mercador, obstinando-se numa intransigência incompreensível.

O último reajustamento de vencimentos dos servidores da União data de junho de 1964. Numa antecipação da política salarial que agora se pretende oficializar definitivamente, esse revisor não levou em conta os aumentos verificados no índice do custo de vida, ficando aquele índice de Alé do mais, como se recordarão os Senhores Senadores, a Lei nº 4.345 ao suprimir a gratificação de Nata que vinha sendo recebida pelos previdenciários e outras categorias autárquicas, importou numa redução ainda mais drástica da renda real de um expressiva parcela dos servidores e do funcionalismo público, no seu conjunto.

O reajustamento concedido há um ano atrás foi, a esta altura, inteiramente absorvido pelo custo de vida. De junho de 1964 a maio de 1965, girou em torno de 80 por cento a elevação do custo de vida. Se nos cinco primeiros meses deste ano — e apesar das previsões oficiais de que o índice não ultrapassaria os 25%, para todo o ano — já se levou o custo de vida aproximadamente em 30 por cento. A revisão de vencimentos dos servidores públicos corresponde, assim, a uma necessidade vital, absolutamente inadiável.



Caberia aqui um apelo, Sr. Presidente, aos responsáveis pela política econômica e salarial do Governo: que eles se afastem por alguns minutos da frieza de seus esquemas teóricos e, considerando a realidade de cada dia, formulem a si próprios algumas perguntas. Que milagres pode fazer um funcionário público para superar o descompasso entre os seus vencimentos e a carestia da vida? Que milagres terá de realizar a grande massa de servidores, sabendo-se que 80 por cento deles percebem de 66 a 118 mil cruzeiros, para conseguir habitação, alimentos, vestuário, instrução e remédios para si e suas famílias? Desejam alguns de seus amigos que o Marechal Castello Branco é um homem sensível aos sofrimentos dos humildes. Que respostas encontraria o Presidente da República para questões como aquelas?

Há outros aspectos a considerar, Senhor Presidente, face a urgente necessidade do reajustamento de vencimentos do funcionalismo. Tenho em vista, por exemplo, as distorções que, ao longo dos últimos anos se foram acentuando e, afinal, consagrando, na hierarquia salarial dos servidores da União. Uma constante, a partir do começo da década de 50, tem sido a tendência ao achatamento da pirâmide salarial. Ano após ano, os níveis e padrões vão sendo empurrados para baixo — para uma base onde se concentra a mais dura pobreza. E o fenômeno do empobrecimento ou proletarianização das classes médias, que hoje particularmente assume características verdadeiramente alarmantes. Se em 1948 os vencimentos correspondentes ao então padrão O equivaliam a 10 vezes o salário mínimo, essa equivalência está, atualmente, apenas um pouco acima de 4 vezes o salário-mínimo.

É claro que semelhante situação não pode deixar de resultar no rebatimento técnico e profissional do serviço público e consequente emperramento da máquina administrativa. Verifica-se uma sistemática desvalorização dos recursos humanos. E o serviço público torna-se cada vez mais incompatível com a capacitação técnica. Recentemente, os vencimentos percebidos por um técnico de educação não bastam sequer para satisfazer o aluguel de um modesto apartamento, dizamos, na zona Sul da Guanabara. E o que dizer-se de um contínuo ou um zelador, cuja remuneração não vai além dos 66 mil cruzeiros do salário-mínimo?

No que se refere a intelectualidade técnica, a tendência é desastrosamente para o pior. Como se não fosse excessivo o achatamento salarial, nas oportunidades em que ocorrem reajustamentos, o Governo e a maioria do Congresso decidem ainda pelo começo de uma parte da receita daqueles que, desdoando-se em atividades em mais de um emprego, conseguem perceber acima de 600 mil cruzeiros.

Em recente editorial, comentando um estudo do Departamento de Estudos Científicos da União Pan-Americana, e "Diário do Trabalho" do Rio de Janeiro, que somos um País à mínima de quadras econômicas, entretanto tão necessários a qualquer sociedade que pretenda desenvolver-se e avançar. Apresentava o jornal carioca que, apesar disso, "temos tencionado seriamente a exportação de representantes de nossa elite profissional que se dedicam para os organismos internacionais para missões em diversos continentes". No que se refere ao serviço público enorme tem sido a sua contribuição para essa perda crescente de quadras qualificadas de que se necessita o País. As portas de nossos Ministérios e autarquias estão fechadas para a intelectualidade técnica, em todos os setores. Quando se abrem, é apenas para as despedidas.

Renovamos Sr. Presidente, o nosso veemente apelo ao movimento reivin-

dicatório do funcionalismo público da União, esperando que o Presidente da República que, surpreendentemente, se recusou a receber a delegação de servidores federais abandonou a atitude intransigente que até agora tem mantido, e encaminhe ao Congresso, com urgência que a situação requer, mensagem contemplando a revisão de vencimentos.

Essa é uma providência que não pode continuar por mais tempo na dependência dos resultados, cada um mais distantes e duvidosos da política econômica-financeira do Governo. Mas, ainda que tais resultados se revelassem da maneira positiva, o fato incontestável é que o reajustamento de 1964 já se consumiu nas incertezas da inflação. Não há mais nada a que recorrer. O que havia para empenhar foi empenhado. Restam agora somente as aflições.

Que se restabeleça, enfim, Sr. Presidente, o diálogo entre os servidores públicos e o Governo. Que receba o Sr. Presidente da República a delegação de servidores para ouvir, de viva voz, os reclamos e justos anseios da laboriosa classe do funcionalismo público federal! (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra. Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

#### O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a questão da Amazônia não está morta. Voltam os jornais a se preocuparem com a grande território brasileiro, vítima da cupidice e da cobiça de grupos internacionais, cuja mesmo de potência que desejam ocupar a vasta região, uma das grandes esperanças do Brasil de amanhã e uma grande realidade do Brasil de hoje.

Já agora, com destaque, um dos jornais mais importantes deste País cuja cartilha filosófica não é a de grande parte do povo brasileiro, insuspeito para os conservadores desta Pátria porque vem combatendo e sistematicamente, o extremismo da esquerda e se revelando fiel à política do denominado mundo ocidental, vem esse jornal, "O Globo", com destaque, abordar a questão que apalona o povo brasileiro — a questão amazônica.

E publica uma denúncia da mais alta importância: autoridades militares têm provas sobre evasão de minérios da Amazônia.

A denúncia é fundamentada. Mereceria uma resposta do Governo central; deveria ser analisada vertical e horizontalmente pelos representantes do povo brasileiro porque tem implicações tremendas, até mesmo no que tange à soberania do nosso País.

Autoridades do Exército e da Aeronáutica têm documentos altamente comprometedores de atividades de estrangeiros na região amazônica, de onde verdadeira fortuna são contrabandeadas para o exterior.

Quais os estrangeiros que estão contrabandando as nossas fortunas, as nossas riquezas, carregando-as para o exterior? Russos? Norte-americanos? Ingêleses? Alemães? Franceses? De que nacionalidade são esses estrangeiros?

Se russos fossem, já estariam certos representantes do povo brasileiro ocupando a tribuna, condenando-os — no que seria justa a condenação. Mas, como se sabe que esses estrangeiros não pertencem ao denominado mundo socialista, ou ao denominado mundo comunista; não pertencem a Pequim, nem tampouco a Moscou; não são partidários de uma linha, nem da outra, certo silêncio impera e reina.

Quem esses estrangeiros? Se russos, mereceriam a nossa condenação. Se chineses, mereceriam a nossa condenação. Mas se norte-americanos, ou ingleses, ou franceses, ou alemães ou de qualquer outra nacionalidade, também deveriam merecer a nossa condenação.

A nota é de clareza meridiana. Por vezes ao Serviço de Proteção aos Índios revelaram que funcionários desse órgão possuem também farta documentação de contrabandistas de minérios da Região Amazônica, e que a mesma vai ser encaminhada, nos próximos dias, às autoridades militares.

Lembro-me de que, no ano próximo passado — se a memória não me falha — fiz uma denúncia, desta tribuna, sobre o contrabando de ouro e pedras preciosas da Região Amazônica, para outros países. Declarava mesmo que houvera tido notícias de existência de campos para que aparelhos, para que aeronaves, aeroplanos néles pousassem e transportassem para outros países riquezas extraídas das terras amazônicas, que seriam levadas de contrabando.

E um silêncio profundo se fez sobre a matéria.

Mas, continuando:

"Ouro e brilhantes — Os militares possuem informações de que grande quantidade de ouro, brilhantes e outras pedras preciosas, assim como materiais estratégicos, são levados para o estrangeiro, num desrespeito total às nossas autoridades.

Pouco-vez a COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — informou que existem na região dezenas de campos de aviação clandestinos, que servem única e exclusivamente aos contrabandistas. Muitos dos campos são equipados para pouso de aviões quadrimotores, de propriedade de estrangeiros."

De estrangeiros? De que nacionalidade? Súditos de países amigos ou de países inimigos? De países do mundo comunista, ou de países do mundo democrático? De países ditatoriais, de países que advogam a liberdade como norma de vida?

"Na região amazônica têm sido vistos muitos estrangeiros. Segundo se informa, são homens brancos e altos..."

Creio que não são chineses, porque não me consta a existência de chineses altos e brancos.

"Segundo se informa são homens brancos e altos e alguns usam batinas, fingindo serem padres".

Então a notícia desce a minas. Eles existem; vestem batinas, disfarçam-se de padres; são altos, são brancos, são muitos. E as autoridades militares sabem de sua existência. É a inferência que tiramos da leitura a que estamos procedendo.

"Os missionários" ensinam os silvícolas a falar português, pois falando o nosso idioma prestam-lhes grandes serviços. Na mina de Cassiterita existente em Roraima, que é a maior e a melhor do mundo, têm sido vistos inúmeros estrangeiros. Nas proximidades da mina existem campos de aviação para pequenos e grandes aparelhos, que levam — é a afirmação — o precioso mineral para o Exterior."

Mas, Srs. Senadores, podemos silenciar? Podemos calar? Ou o modo de sermos tachados de nacionalistas nos levaria a um silêncio criminoso, quando nosso País está, literalmente, roubado?

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com grande prazer.

O Sr. José Ermírio — O estanho é um dos metais de que hoje existe um cartel internacional. É um dos poucos metais cuja falta se faz sentir de maneira relevante, em todo o mundo. A Amazônia, o Estado do Acre eo Território de Roraima são talvez as grandes reservas de estanho do mundo, devido à erosão dos Andes. Portanto, nada mais justo do que defender, a tempo, esse patrimônio inenso, que pode dar ao País independência econômica muito maior do que se pode pensar.

O SR. AURELIO VIANA — Agradeço a V. Exa. pelo aparte que me dá. Fazem bem os povos que não exportam o futuro, o seu futuro, o futuro dos seus filhos. Fazem bem os povos que preservam as suas riquezas, aquelas insubstituíveis. E fazem bem os povos que importam o necessário para a garantia do seu futuro, da sua soberania.

Quando os americanos transportam montanhas de manganês para o seu território, não devem ser condenados por isto. Condenados devem ser aqueles que, imprevidentemente vendem, até por preços irrisórios, aquilo que não poderão mais adquirir.

Já chegou o momento de declararmos, aberta e francamente, que a responsabilidade é nossa, pelo que estamos fazendo a este País.

Os monopólios internacionais merecem a nossa condenação. Maior condenação, porém, merecem aqueles que se subordinam aos seus interesses, que se vendem a eles, que esquecem a pátria, que são subordinados a esses grupos ao invés de defensores da integridade nacional.

O Senador José Ermírio revelou um fato que ninguém contesta. Conheço profundamente o assunto. Sabe da delinquência de que tem sido vítima o nosso País e outros mais.

A nota que "O Globo", nobres Srs. Senadores, transcreve com destaque é de tal importância que merece ser comentada, inclusive porque nela se apontam os campos clandestinos de aviação. Portanto, são esses campos mencionados, acrescenta a nota que as autoridades militares têm conhecimento dos seguintes campos clandestinos de aviação, na Região Amazônica, e então vai citando um por um.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. pronuncia discurso digno da maior meditação da parte do Governo Federal. Quero lembrar a V. Exa. que, há cerca de um ano — apaixonado que sou por esse assunto depois de uma pesquisa profunda e extensa — fiz dois pronunciamentos documentados nesta Casa, denunciando a evasão criminosa dos nossos minerais preciosos, cujo quantitativo daria para formarmos em nosso País, um fundo monetário interno e com ele liquidarmos todas nossas dívidas. Naquele ensejo, citei, por exemplo, estatísticas de antes e durante o Governo Mauro Borges. Citei aquele para caracterizar que a ação estatal poderia descontinuar uma nova era em favor da nossa emancipação econômica e até mesmo com algum grau de independência econômica da nossa Pátria. Pois bem, para que os meus dois pronunciamentos não se perdessem no esquecimento do Diário do Congresso Nacional, tirei cópia de ambos e de toda a documentação que obtive há um ano, e apresentei esse expediente ao Sr. General Ernesto Cabral, Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Era a cooperação de um parlamentar, era um brado de alerta, era a colaboração de um patriota. Até hoje, entretanto, não recebi resposta do Sr. General Ernesto

Giesel, que, lamentavelmente, por ou por seus Assessores, não dedicou a menor atenção a esse problema que, há muitos anos, deflagra a vigilância e a ação corretiva, punitiva e mesmo pioneira do Governo federal.

O SR. AURELIO VIANA -- O aparte-depoimento de V. Exa. é da maior significação.

O Senado da República não pactuou, não silenciou. Senadores vêm denunciando o processo espoliativo do Brasil -- o contrabando de ouro, de pedras preciosas, de cassiterita, de materiais nobres para o estrangeiro. Um Senador, o nobre colega Eurico Rezende, enviou cópia do seu pronunciamento a um dos responsáveis maiores pela segurança nacional, e esse Senador declara que, até hoje, não sabe de qualquer providência que tenha sido tomada!

Num outro país, de dirigentes mais responsáveis -- e eu falo do Executivo e do Legislativo -- essas denúncias estariam sendo motivo de grandes pronunciamentos, de protestos veementes, de solicitações, principalmente as Forças Armadas, desde que os demais cruzem os braços para uma tomada de posição imediata.

Diz o jornal:

As autoridades militares têm conhecimento dos seguintes campos clandestinos de aviação na Região Amazônica: Roraima, 33 margens do rio Arunã, a 120 quilômetros da Guiana Inglesa; no Pará, nas proximidades de Surubá (Guiana Holandesa); na nascente do rio Peru, perto da serra Tumucumaque; no Amapá, nascente do rio Jari, ao pé da serra do Tumucumaque; no Oiapoque, perto da serra Lombarda.

No Estado do Amazonas -- 83 margens do rio Arapá, próximo à Venezuela; a cerca de 10 quilômetros da serra do Parimá; na fronteira com a Venezuela; no alto do rio Coari, nas proximidades do rio Tigulê; nas proximidades da fronteira com a Colômbia, nas proximidades do rio Ipuçuma, perto da cidade de Humaitá; no alto Madeira; no alto do rio Moaco, a poucos quilômetros do Estado do Acre; e, finalmente à margem esquerda do alto Juruá, nas proximidades do Itamaratã.

E, se compararmos essa nota transcrita em "O Globo", que se originou em Brasília e é fruto do seu correspondente, segundo se depreende do noticiário que se acaba de fazer, com o que se diz, com o que se publica no "Correio da Manhã", de domingo, então, cresce a nossa preocupação.

"O repórter da revista norte-americana específica como principais requisitos aos que pretendem ficar multimilionários na Amazônia *visão e coragem*. E cita exemplos, como Bill Schwartz, que todos os anos ganha milhões de dólares na Amazônia; Robin Mc Glahn, um dos maiores proprietários e mais bem sucedidos industriais de toda a região. Enumera igualmente exemplos, uma nova-iorquina e um jovem húngaro, que, certamente por desconhecimento o Código de Minas, exploram minas de bauxita e manganês na região. Ainda casou a reportagem, publicada em dezembro do ano passado, especialistas em desenvolvimento econômico somente agora estão estudando a região, onde existe tal abundância que um homem pode fazer fortuna de qualquer maneira.

neste artigo publicado no "Correio da Manhã", esta conclusão impressionante:

"Deixando de lado as denúncias feitas recentemente pelo

atual governador do Estado do Amazonas, Sr. Arthur César Ferreira Reis, que inclusive escreveu um livro intitulado *A Amazônia e a cobra internacional*, chegamos à conclusão de que o interesse internacional sobre a Amazônia não é novo. A par de atividades camufladas em pequenas e obras missionárias, nenhum piloto de aviação aérea que opera na região amazônica desconhece a existência de inúmeros campos de pouso clandestinos, espalhados em estreitas e abastecidas surpresas em meio à densidade da floresta. Os engenheiros que realizaram a abertura da estrada que liga Brasília ao Estado do Acre também não desconhecem a existência de estrangeiros na região, encontrados em locais até então inacessíveis por via terrestre. Ninguém desconhece, finalmente, o perigo representado para a segurança nacional pela criação de comunidades estrangeiras em território praticamente desabitado, principalmente se tivermos em conta os métodos utilizados para a anexação de Estados mexicanos, entre os quais o Texas, ao território atual dos Estados Unidos da América.

E' no momento em que o presidente Castelo Branco anuncia uma nova estratégia para a Amazônia, nada mais oportuno -- e, também, prudente -- do que levar em conta o interesse despertado pelas riquezas naturais de uma região brasileira, muitas e reiteradas vezes apelidada de futuro celeiro do mundo.

Isso porque o marechal, demonstrando desconhecimento de reportagens como a da revista *Saga*, parece dotado de um espírito ligeiramente apressado ao afirmar, no domingo passado, em Belém do Pará, que não necessita de ninguém para exportar uma vigilância indomita do atual Governo, nem dos nacionalistas perniciosos nem dos espíritos apressados".

Sou nacionalista, socialista democrático, não sou pernicioso, nunca fui. Sempre defendi e defendo os interesses de minha Pátria contra quaisquer grupos estrangeiros, do Leste ou do Oeste, do Ocidente ou do Oriente, porque nunca faço distinção. O que não posso aceitar é que, sob silêncio criminoso, se assista à dilapidação da fortuna, das riquezas deste País.

Levo a sério o ser representante do povo, do povo brasileiro pelo Estado da Guanabara, como levei a sério, no passado, ter sido representante, ser representante, ter representado, representar o povo do meu pequeno Estado, o Estado das Alagoas. Sou mais nacional que regional, porque um representante do povo no âmbito federal tem que se preocupar com os interesses nacionais, muito mais do que com os interesses regionais, e quando ele se preocupa com os interesses regionais, na verdade toda a sua intenção e todo o seu propósito deve ser em colocar aquela questão dentro da conjuntura, para o progresso total e uniforme do País que representa.

Não é possível que esses estrangeiros, que esses grupos explorem impunemente as nossas riquezas, clandestinamente construam campos de pouso para seus aviões, com o conhecimento, segundo jornais, das nossas autoridades militares.

Houve mesmo quem afirmasse que há militares que estão envolvidos nessa negócio. Verdade? Não sei. Lamentar? Também não sei. Mas os militares são tão sujeitos às paixões, fruto da cobra, como os civis.

O que não podemos é ficar indiferente diante de notas como estas, publicadas no "Correio da Manhã" e

em "O Globo", um que vem defendendo a política do Governo e o outro que vem condenando, ambos concordando ou discordando da sua filosofia política, das teses sobre economia que defendem, mas de grande importância na formação da opinião pública brasileira.

Sr. Presidente o povo brasileiro, como povo, não está ausente, ainda se encontra no estágio de expectativa. Vive o drama, espera os lares porque não acredita em caudilhos, a sua alma está agitada, está revolta, não tem norte ainda; uma diretiva segura. Mas não aceita a espoliação do Brasil. Ninguém pense que aceita e que está conformado com a espoliação de que é vítima.

Quando os jornais, como "O Globo", transcrevem uma notícia -- e com destaque -- dessa natureza, porque a sua sensibilidade política compreendeu, alcançou que existe alguma coisa na alma do povo brasileiro que poderá explodir, e a explosão será tremenda, incontrolável e inextinguível. O povo brasileiro, mais do que teme -- creio que nunca temeu -- sempre amou as suas classes armadas, principalmente aquelas que constituem o Exército nacional, sem tradição militarista, sem tradição prussiana, o Exército do povo, dos filhos do povo. E no dia em que o povo brasileiro passar a não crer mais, deixar de amar as suas Forças Armadas, e concluir que elas também pactuam, como vendilhões do templo, na exploração da Pátria comum, não sei o que acontecerá neste País! Ninguém o sabe!

Estou certo -- e termino aqui -- estou certíssimo, Sr. Presidente, não tenho dúvidas, nunca hei de ter essas dúvidas, de que os responsáveis pelos destinos deste País, não de dar uma satisfação imediata ao povo brasileiro há de tomar medidas que impeçam, em definitivo, a espoliação do Brasil por esses grupos internacionais, por esses estrangeiros -- assim está escrito nestes jornais -- que, em grupos ou individualmente, como se o nosso País fosse terra de ninguém, fosse terra arrasada, estão depredando, explorando, aniquilando, transferindo o que é dos nossos filhos e o que é nosso clandestinamente, de contrabando, levando as nossas riquezas que os opulentam, enquanto nos destroçam, nos aniquilam.

Estou certo, Sr. Presidente, de que as Forças Armadas deste País tomarão uma posição definitiva e clara diante dessas denúncias que hoje percorrem o Brasil. Não, esta terra tem dono, é do seu povo, é da sua gente. Os estrangeiros são benvidos, quando aqui se radicam e colaboram conosco. Não somos jacobinas nem xenóforos. Mas, não são benvidos os espoliadores, os nossos inimigos, os que nos querem destruir, os que não permitem, não querem permitir que tenhamos personalidade própria, de povo viril, independente e livre. Esses, não são benvidos. Que voltem escorraçados para aqueles lugares de onde vieram. Aqui não cabe a sua personalidade de inimigos do progresso e do desenvolvimento da nossa pátria, do nosso país. (Muito bem! Muito bem!) Palmas!

#### COMPARCELYM MAIS OS SENHORES SENADORES

José de Souza  
Edmundo Levi  
Zacarias de Assunção  
Sebastião Archer  
Dinarte Mariz  
Dylton Costa  
José Leite  
Jefferson de Aguiar  
Raul Giuberti  
Afonso Arinos  
Aurelio Vianna  
Gilberto Marinho

Filinto Müller  
Milton Menezes  
Mello Braga. (15)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) -- A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

-- pelo Sr. Senador Adalberto Sena: I -- ao Sr. Ministro da Agricultura

Nº 353;

II -- ao Sr. Ministro da Saúde

Nº 356;

III -- ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas

Nº 367;

-- pelo Sr. Senador José Ermirio: ao Sr. Ministro das Minas e Energia

Nº 368.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) -- No expediente há figuram mensagens contendo as razões de vetos presidenciais opostos a três proposições legislativas, a saber:

-- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;

-- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;

-- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.391-F-61 na Câmara e nº 231-61 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

Para apreciação desses vetos, esta Presidência designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 23 de julho do ano em curso, às 21 horas e 20 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar, designa:

-- quanto ao primeiro, os Senhores Senadores.

Guido Mondim -- (PSD)

José Ermirio -- (PTB) e

Mem de Sá -- (FL);

-- quanto ao segundo, os Senhores Senadores

Jefferson de Aguiar -- (PSD).

Edmundo Levi -- (PTB) e

Eurico Rezende -- (UDN) e

-- quanto ao terceiro, os Senhores Senadores.

Sigefredo Pacheco -- (PSD).

Silvestre Pérciles -- (PTB) e

Aurelio Vianna -- (PSD)

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno suplementar (artigo 215-A, do Regimento Interno), do substituído da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 16 de mês em curso, ao Projeto de Lei da Câmara número 100, de 1955 (nº 2.743-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que define o crime de sonegação fiscal, dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Projeto do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

As emendas apresentadas ao Substitutivo dependem de pareceres a serem dados pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo, nas quais, é Relator o Senhor Senador Jefferson de Aguiar, e da Comissão de Finanças, de que é Relator o Sr. Senador Eurico Rezende.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, para emitir os pareceres das duas Comissões.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer) Sr. Presidente, o parecer está elaborado desde a sessão de ontem. Não souve oportunidade para a sua apreciação pela Comissão.

Vai, portanto, ser proferido no plenário, nos termos regimentais.

(Lendo)

O projeto governamental que define o crime de sonegação fiscal foi apreciado em duas outras oportunidades regimentais nesta Comissão, merecendo, afinal, aprovação o substitutivo constante do Parecer número 788-65, de 16 de junho, com a rejeição, mediante destaque, do parágrafo único do art. 3º e substituição da palavra "impostos" por "tributos" no inciso I do art. 1º e supressão das expressões "erro justificável" no § 3º do mesmo artigo, conforme foi esclarecido pelo Relator em discurso proferido no plenário e se contém na redação final do Substitutivo.

Foram apresentadas 6 emendas ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, pretendendo a sua modificação parcial ou com o propósito de aditar-lhe textos já repelidos, como se verá na análise que cada uma delas merecerá deste órgão permanente do Senado Federal.

#### EMENDA Nº 1

Acrescenta uma outra hipótese delictiva ao art. 1º do projeto, considerando crime de sonegação fiscal "fornecer ou emitir documentos falsos ou alterar despesas majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas".

Pela aprovação.

#### EMENDA Nº 2

Altera a redação dos parágrafos do art. 1º do Substitutivo.

a) § 1º Exclui do texto deste parágrafo as palavras "com a perda do cargo".

b) § 2º Passaria a constituir o § 3º, com a inclusão da palavra "multa", que no texto do substitutivo se considerou abrangida pelas palavras "tributos e adicionais", de maneira genérica.

c) § 3º Que o § 2º da emenda altera, substituindo-o pelo texto do § 3º do projeto, prevê hipótese diversa que a consignada no Substitutivo.

O § 1º do Substitutivo atende ao conceito de co-autoria previsto no Código Penal, art. 25:

"Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas".

Porém, além da sanção penal, já imposta pela regra geral do texto codificado, o § 1º impõe ao funcionário criminoso a pena administrativa da demissão (Estatuto, arts. 201, V, e 207, I).

Duez et Debeyré sustentam que "a instituição da pena repousa sobre uma idéia de castigo do funcionário, no interesse do serviço, com a objeção, parcial, embora, de J. Guimarães Menegale, advertindo que, posto se insira no conceito da pena a idéia do castigo, o que é relevante é "a função reabilitadora da pena no sentido de fazer prevalecer, em plena in-

tegridade, o preceito jurídico" (O Estatuto dos Funcionários, vol. II, pag. 585).

Se o art. 202 do Estatuto determina que "na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem ao serviço público", o parágrafo impugnado desde logo adotou a pena expulsa (v. Marcelo Cactano e Bielsa), porque, no caso particular, não interessa a intenção criminosa, nem a gravidade do dano, mas do ato delictivo ou culposo do agente resulta inapelavelmente a sua incompatibilidade para o exercício da função pública, passando a constituir-se em ameaça permanente à administração pública. É como se expõe na teoria do fato material, que tem no princípio "factum pro dolo culpa accipitur", posto a jurisprudência tenha se orientado, em alguns casos, no sentido da voluntariedade e do exame da boa fé. (J. Guimarães Menegale, ob. cit., pag. 589).

O art. 38 do Estatuto prevê o afastamento do funcionário do exercício do cargo até decisão final passada em julgado (prisão preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional ou condenação por crime inafiançável).

Na hipótese, em exame, a pena cominada é de detenção, isto é, torna duvidosa a prisão preventiva, inexistente a pronúncia, admite a fiança e permitirá a suspensão condicional da execução da pena, permanecendo o funcionário criminoso no exercício do cargo, mesmo quando condenado, como no último caso, por absurdo.

O Estatuto determina que pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente (art. 197), permitindo-se a cumulação das respectivas cominações (art. 206).

Portanto, a inclusão da expressão "perda do cargo", significa a cumulação de penas, já autorizada, e com o objetivo de evitar interpretações favoráveis ao delinquente desde que, em qualquer caso, na sonegação, nunca lhe seria imposta pena restritiva da liberdade por tempo igual ou superior a dois anos. No caso, o funcionário seria afastado e perderia o cargo, com a demissão, qualquer que fora a pena imposta pelo Judiciário.

Pela rejeição da alteração do § 1º, pelo exposto.

b) O § 2º da Emenda nº 2 poderá constituir um novo parágrafo, que não contrariaria os demais. Pela aprovação, mas com a supressão das palavras "com a abertura obrigatória do competente processo administrativo".

O processo administrativo será instaurado obrigatoriamente, segundo circunstâncias especiais, de acordo com a categoria e os direitos do funcionário (Constituição Federal, artigo 139, II; Estatuto, art. 33, II), ou a demissão ocorrerá sumariamente se essas garantias não lhe são asseguradas especifica e pessoalmente nas suas relações — de ordem e natureza estatutária — com o Estado.

Projeto de lei que comina pena e define crime não deve assegurar maiores vantagens e garantias que as regularmente deferidas à classe, mormente quando, como no caso o artigo 2º do Substitutivo já assegura ampla defesa e decisão conclusiva da autoridade competente, de ordem geral, no que concerne ao delito. Na esfera administrativa, a matéria é regulada pelo Estatuto e pelas normas disciplinares internas, com maior rigor, porque, se o contrário acontecer, a Administração Pública ficaria desprotegida, ameaçada e vulnerada pela participação dos seus agentes na sonegação, que o projeto quer coibir e condenar.

c) A emenda inclui a palavra "multas" no texto do § 2º do Substitutivo.

O tributo é vetusta e fiel sombra do poder político há mais de vinte séculos, observa Aliomar Baleeiro (in "Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar", pag. 1). A Consti-

tução proclama que "nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça". (Art. 141, § 34, primeira parte). A discriminação ou partilha tributária atribui a cada pessoa jurídica de direito público interno o quanto lhes toca para os seus serviços e encargos (Constituição, artigos 15, 19, 21 e 29, com as alterações posteriores). Portanto, tributo é o termo genérico, que abrange todas as contribuições específicas, que, por lei, o Estado impõe aos cidadãos. Daí a omissão da palavra "multa" no texto em que, outrossim, se lhe aditamos tributo — a expressão "e adicionais".

Nada obsta, que se inclua a expressão, com a seguinte redação:

... pagará, em dobro, o tributo, multas e adicionais.

d) O § 3º do Substitutivo prevê hipótese diversa daquelas que foram apreciadas. O agente — funcionário público, prevalecendo-se do exercício do cargo e em proveito próprio, pratica o crime de sonegação fiscal. Ele não colabora com terceiro, o contribuinte, na sonegação. Não é co-autor, mas autor, percorrendo ele próprio todas as fases do *delicti criminis*. Daí a exasperação da pena que de detenção passa a reclusão porque o crime é difícil de prevenir e facilidades maiores lhe propiciam o cometimento, com a provável impunibilidade pelo natural mistério em que se envolverá.

Portanto, pela rejeição da supressão.

#### EMENDA Nº 3

Dispõe que se extinguirá a punibilidade quando o valor dos tributos não exceder a três vezes o maior salário-mínimo regional. Excedendo a esse valor, só o recolhimento da dívida nos trinta (30) dias subsequentes a notificação o eximirá da responsabilidade penal.

É justo que assim se determine, porque o infimo valor do tributo porventura sonegado deve fazer presumir que não houve dolo, mas erro justificável, é, pois, passível das sanções fiscais, que leis especiais já prevêm e regulam.

#### EMENDA Nº 4

Pela aprovação. A substituição da palavra "injustificadamente" pela expressão "crime que não praticou" aperfeiçoa o texto do art. 5º.

#### EMENDA Nº 5

Determina que a lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 1966. É idêntica a de nº 18, de autoria do Senador Joaquim Parente, que foi aprovada, com subemenda desta Comissão e incluída no Substitutivo, com o prazo de 120 dias para a vigência da lei, a partir da publicação (art. 7º).

A Comissão opina pela aprovação da emenda, atendendo as razões invocadas, com a seguinte

#### SUBEMENDA

No art. 7º, onde se lê: ... 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação ..., leia-se: ... em 1º de janeiro de 1966...

#### EMENDA Nº 6

A emenda se desdobra em três partes distintas:

I — O art. 7º da emenda renova o art. 6º do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados idêntico nos dois projetos do Executivo, determinando que, "quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligadas à mesma, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal". O texto não é feliz sob qualquer ângulo, *dada a ventia*. As pessoas jurídicas têm constituição própria e responsabilidade definida. O estatuto social regula a sua atividade e delimita a responsabilidade de cada sócio. Leis especiais lhes permi-

te a organização, duração, liquidação e dissolução. Dizer-se em texto que regula e define crime que as pessoas que a eles estejam ligadas "direta ou indiretamente, de modo permanente ou eventual", e que "tenham praticado ou concorrido para o crime", é indubitavelmente anomalia que a lei não deve conter, porque mais se assemelha a condicionamento para a responsabilidade penal do que a aplicação do conceito amplo que as regras gerais do Código Penal já preveem e delimitam sem qualquer restrição. Comprovada a anomalia ou a co-participação no crime, todos são responsáveis. Mas a *responsabilidade* é individual (Constituição, art. 141, § 30; Cód. Penal, arts. 11 e 25).

Pela rejeição do art. 7º da emenda.

II — A emenda renova em outros termos, o lançamento indiciário, já criticado e rejeitado no parecer anterior.

A disposição constava dos projetos do Executivo, de 1933 e 1935, mas a Câmara os alterou (v. art. 5º).

Os artigos 8º e 9º da Emenda renovam o procedimento, *por dois exercícios*, em termos mais benéficos para o contribuinte, com a mesma possibilidade de transformação do preceito em instrumento de compulsão política ou de indole odiosa ao sabor daqueles que o queiram cumprir, promovendo vexames e humilhações, que a lei não pode autorizar, permitir ou tolerar.

Nem parece cabível o preceito em projeto que regula e define crime, autorizando procedimento criminal pela sonegação. Se é apurada a sonegação e a sanção penal se impõe, é claro que o Governo já se utilizou de elementos válidos de prova para punir o sonegador, *apurando o rendimento real* previamente.

A lei do Imposto de renda já assegura meios para que a Fazenda Pública verifique o rendimento real de cada um dos contribuintes. Dar-lhe *créditos* para esse efeito, e contribuir para uma série de despesas do Fisco, enquanto se pune o contribuinte por manobras hábeis que tenha adotado em detrimento do Erário.

A reorganização e reequipamento do Ministério da Fazenda seria mais eficaz que o lançamento indiciário, que, como proposto, seria motivação de atritos, tensões e de frustrações, entre o Poder Público e aqueles que ainda têm coragem de promover empreendimentos e de fazer investimentos em favor do desenvolvimento econômico deste país. Ou se constituiria em instrumento de desilusões e humilhações para aqueles que *desfrutam das alusões da riqueza*, com os empréstimos bancários, compras a prestações e protelação de pagamentos de dívidas pessoais...

Pela rejeição, mantendo-se o pronunciamento anterior, não obstante os argumentos do seu ilustre autor.

III — O art. 10 da emenda autoriza o Poder Executivo a regulamentar a lei, no prazo de 30 dias.

Pela aprovação, desde que o preceito se ajuste à vigência da lei a partir de 1º de janeiro de 1966.

Este é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ao apreciar as emendas apresentadas ao Substitutivo ao projeto de lei da Câmara nº 100, de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

É o parecer. Como disse, não foi submetido aos mais doutos e mais ilustres dos membros da Comissão. É, portanto, um pronunciamento do Relator.

#### O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Senador Mem de Sá.



**O SR. MEM DE SÁ:**

(Pela ordem) São duas as minhas questões de ordem. A primeira é para indagar se o relator pode dar parecer sobre as emendas que ele próprio apresentou em plenário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) A Presidência responde em sentido negativo. O Relator não pode emitir parecer sobre suas próprias emendas, apresentadas em plenário.

**O SR. MEM DE SÁ — O Senador Jefferson de Aguiar acabou de dar parecer sobre suas emendas!**

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:**

(Pela ordem) Nesta hipótese, senhor Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> faça designar outro relator para as duas emendas, sem nenhuma importância, que apresentei ao Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) A Presidência verificará se V. Ex.<sup>a</sup> deu parecer sobre as próprias emendas. Se isso se verificou, atenderei à solicitação do nobre Senador, designando outro relator para as mesmas.

**O SR. MEM DE SÁ:**

(Pela ordem) A segunda questão de ordem é sobre se a Comis. de Constituição e Justiça tem competência para manifestar-se sobre o mérito destas emendas e não apenas sobre sua constitucionalidade e juridicidade.

Pelo Regimento, a Comissão de Constituição e Justiça se manifesta sempre sobre a constitucionalidade e juridicidade e, em determinadas matérias que o Regimento especifica, sobre o mérito.

A Emenda nº 6, por exemplo, trata da configuração do lançamento *ex officio* por sinais exteriores — uma questão estritamente financeira.

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:** Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) Tem a palavra para contraditar, o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:**

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, a questão de ordem do nobre Senador Mem de Sá reforça, então, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, porque, no caso, há competência específica deste órgão técnico sobre o merecimento do projeto, definição de um delito, matéria, portanto, de Direito Penal, nos termos do art. 86.

**O Sr. Mem de Sá — No caso, não é Direito Penal!**

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —** V. Ex.<sup>a</sup> por gentileza vai permitir que eu conclua minha contradita à questão de ordem. Não interrompe V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Mem de Sá —** Mas Vossa Excelência está fora...

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —** V. Ex.<sup>a</sup> não pode orientar minha argumentação.

**O Sr. Mem de Sá —** Mas posso declarar que está fora de minha questão de ordem.

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR —** Assim, Sr. Presidente, verifique V. Ex.<sup>a</sup> o merecimento, o mérito do projeto, que é definição de um crime.

Cria-se um crime de sonegação fiscal, com toda a matéria relacionada com a sua apuração. Inclui-se no texto dispositivo que diz respeito a lançamento indiciário. Se a Comissão de Constituição e Justiça não pode dar parecer sobre esta emenda, Sr. Presidente, não pode dar parecer sobre a outra emenda, Sr. Presidente.

a ser impertinente, incompatível com o projeto.

Por isso mesmo, nosso parecer, ao nos pronunciarmos sobre a emenda que ouvamos, enaltecendo seu autor pelo cuidado que teve de renovar a proposição, demonstrava que o lançamento indiciário é proposição, de matéria financeira e que não cabe num projeto que cria e define crime.

Mas se a matéria está incluída — aí o acessório segue o principal — se a matéria está incluída na proposição, a Comissão de Constituição e Justiça deve dar parecer sobre o mérito.

Além disso, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, concedeu-me a palavra para dar parecer pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo, opinando eu pela rejeição desta emenda. Evidentemente a questão de ordem ora suscitada demonstra a sua impertinência e incompatibilidade com o projeto. E, portanto, de ser recusada a emenda, não obstante ter o Ilustre Senador Mem de Sá o intuito de trazer à colação um instrumento para o Executivo apurar indiciariamente, pelos sinais exteriores de riqueza, dentro de critério subjetivo, portanto, o rendimento de qualquer contribuinte.

Acho que este dispositivo não cabe no projeto porque já se define como crime a sonegação. E a sonegação só ocorrerá se o Executivo apurar aqueles cometimentos que os incisos vários referem no texto do substitutivo.

Sr. Presidente, não me parece, portanto, caber a questão de ordem do nobre Senador Mem de Sá em face do que aleguei, da competência do mérito da Comissão de Constituição e Justiça sobre o mérito da proposição nos termos do art. 86, do Regimento, e também do parecer que enunciei, como Relator da Comissão de Projetos do Executivo. (Muito bem!)

**O SR. MEM DE SÁ:**

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Tem a palavra pela ordem o nobre Senador.

**O SR. MEM DE SÁ:**

(Sem revisão do orador) (Pela ordem) — Sr. Presidente, a alegação do nobre Senador Jefferson de Aguiar não tem a menor procedência.

3. Ex.<sup>a</sup> toma como cavalo de batalha o fato de o projeto ter como finalidade a definição do crime de sonegação fiscal. Não está errado nem dito que um projeto que tem objetivos principais não possa ter outros correlatos e paralelos. É comum, é até norma geral que os projetos tenham além de suas proposições principais, outras secundárias, colaterais, e paralelas. Tanto que, normalmente, as emendas dos projetos, depois de definir seus objetivos, acrescentam: "e das outras providências", como no caso vertente.

O lançamento "ex officio", pelos sinais exteriores, isto é, por indícios exteriores de riqueza, constava do projeto enviado pelo Executivo e, portanto, se constava, não é matéria impertinente ao projeto emenda que restabelece o seu texto.

Insisto neste ponto, Sr. Presidente: está na mensagem do Executivo e no projeto do Executivo o lançamento "ex officio", por sinais indiciários de riqueza. Portanto, não é matéria impertinente. É matéria que foge, sim, à competência da Comissão de Constituição e Justiça. A esta cabe dizer se é constitucional ou jurídica a proposição. E a Comissão de Finanças ou a Comissão de Economia poderiam falar sobre o mérito.

Aliás, o Relator da Comissão de Constituição e Justiça — convém acentuar — não deu, a respeito de nenhuma das emendas, mesmo a respeito de suas próprias, parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade. Se

se referiu ao mérito. De modo que o parecer tem plena aplicação como sendo da Comissão de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo, de que S. Ex.<sup>a</sup> também é relator.

Como relator da Comissão de Projetos do Executivo, nada tenho contra o parecer, ressalvado o fato das próprias emendas. Mas tenho interesse em fixar as atribuições das Comissões.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por exemplo, está exorbitando permanentemente. Apresenta substitutivos a todas as matérias. Ainda recentemente, sobre o Projeto de Lei de Mercado de Capitais, de iniciativa do Poder Executivo a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo integral.

Creio que precisamos nos policiar para evitar a invasão, por uma Comissão, da esfera de competência das outras.

O Sr. Senador Jefferson de Aguiar pode dar parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade e juridicidade e, na Comissão de Projetos do Executivo, seu parecer é perfeitamente cabível. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) A Presidência passa a resolver a questão de ordem da seguinte forma: conforme já foi dito, designará relator para dar parecer sobre as emendas de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

Quanto à competência da Comissão de Constituição e Justiça, para falar sobre a matéria, no seu mérito, a esta Presidência parece que o pronunciamento da Comissão de Projetos do Executivo dispensa — segundo está no Regimento — o pronunciamento de outras Comissões, salvo o da Comissão de Constituição e Justiça, sob o aspecto constitucional da matéria, quando não tiver sido feito na Câmara dos Deputados.

Será — ainda nos termos do parágrafo 2º — dispensado de pronunciamento da Comissão de Projetos do Executivo quando a proposição cisser respeito a matéria de competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça.

No caso, não se trata de matéria de competência exclusiva da Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, também não é de competência exclusiva da Comissão de Projetos do Executivo. A competência torna-se concorrente, de ambas as Comissões, dado que a matéria é, nitidamente, matéria de Direito Penal, e, assim sendo, tem que sofrer análise quanto à sua juridicidade.

**O SR. MEM DE SÁ:**

(Pela ordem) — Sr. Presidente, *data venia*, não quanto a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) Vossa Excelência me poderia dizer os termos em que a Emenda está redigida. Estou respondendo apenas diante do Parecer, e precisaria conhecer a Emenda exatamente para uma análise mais particular.

**O SR. MEM DE SÁ:**

Trata-se da Emenda nº 6, nos artigos 8º e 9º. O art. 7º ainda é de Direito Penal, mas os arts. 8º e 9º nada têm que ver com o Direito Penal.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) A Emenda número 6 manda acrescentar, antes do artigo 7º, os seguintes artigos, renumerando os dois últimos:

Art. 8º Pelo prazo de dois exercícios financeiros, as declarações apresentadas para efeito do pagamento do imposto de renda poderão ser impugnadas, motivadamente, pelas repartições lançadoras, quando os rendimentos não consignados estiverem em má

nifesa divergência com sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Parágrafo único. Considera-se manifestada a divergência, a que se refere este artigo, quando o arbitramento da renda, feito com base nos sinais exteriores, exceder em mais de um terço o valor da renda declarada pelo contribuinte.

Art. 9º Caso o contribuinte não esclareça, satisfatoriamente, a divergência a que se refere o artigo anterior, será instaurado contra o mesmo lançamento *ex officio* e feito o arbitramento do rendimento tributável com base na renda presumida através de utilização de sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida.

§ 1º Os sinais exteriores que evidenciam a renda auferida ou consumida poderão ser igualmente utilizados para instauração do lançamento *ex officio* por falta de apresentação de declaração de rendimentos.

§ 2º Em nenhuma das hipóteses previstas neste artigo e no anterior será aplicada qualquer multa ou penalidade sem se assegurar ampla defesa ao contribuinte.

Verifica-se, entretanto, Senador Mem de Sá, que se trata de uma série de definições, das quais há de ressaltar a aplicação dos preceitos penais que a própria lei prevê.

De modo que não parece à Presidência ser possível separar tão casualmente a matéria contida em uma emenda do contexto geral do projeto, já que o projeto é nitidamente de Direito Penal.

**O SR. MEM DE SÁ —** Desejaria que V. Ex.<sup>a</sup> declarasse, já que o relator da Comissão de Constituição e Justiça não o fez, se as emendas são constitucionais e jurídicas.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Mem de Sá) Vou arguir o senhor Relator da Comissão de Constituição e Justiça a respeito deste ponto.

O Sr. Relator da Comissão de Constituição e Justiça fará o obsequio de informar à Presidência o ponto de vista dessa Comissão a respeito da constitucionalidade e juridicidade das emendas.

**O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:**

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, a evidência está clara. São constitucionais e jurídicas as emendas porque, assim não fossem, a Comissão teria opinado pela inconstitucionalidade, dando margem à discussão preliminar, ou opinaria pela injuridicidade, o que lhe daria uma outra tramitação.

Se a Comissão apreciou o mérito, evidentemente a preliminar não teve acolhida. O pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça foi conclusivo, emenda por emenda, opinando pela aprovação ou pela rejeição, trazendo à colação argumentos jurídicos que estão expostos, por escrito, no parecer da Comissão. Agora, impor-se ao Relator uma bitola de procedimento de qualquer colega da Comissão ou mesmo fora dela, Sr. Presidente, *data venia* não aceito. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O nobre Relator acaba de informar que a Comissão de Constituição e Justiça teve como constitucionais e jurídicas as emendas apresentadas.

O nobre Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça fará o obsequio de designar Relator para dar parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2, ambas de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

Estando a Comissão de Constituição e Justiça reunida a Presidência aguardará que o Presidente do citado órgão técnico tome conhecimento da deliberação da Mesa, a fim de que



possa designar Relator para opinar sobre as emendas. Nestas condições, suspenderá a sessão por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 40 minutos e reaberta às 16 horas e 55 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende, Relator designado para as Emendas nºs 1 e 3, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Emenda nº 1 é aditiva e incide sobre o art. 1º do Substitutivo, objetivando aduzir mais um item com o seguinte texto, isto no elenco das definições de crime de sonegação fiscal:

“Fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas majorando-as com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.”

Portanto, além de ser perfeitamente pertinente à proposição principal, a emenda do nobre Senador Jefferson de Aguiar é benéfica porque estimula a ação preventiva ou punitiva do aparelhamento fiscal.

Por via de consequência, dentro do âmbito da competência desta Comissão, damos-lhe aprovação plena.

A emenda de nº 3 é igualmente aditiva e se ajusta ao art. 2º do Substitutivo.

O art. 2º reza:

“Extingue-se a punibilidade do crime culposo — art. 1º, § 2º — quando o contribuinte recolher o tributo, multa e adicionais devidos nos trinta dias subsequente à notificação da autoridade administrativa competente.”

A proposição subsidiária, de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar, manda prosseguir o texto com as seguintes palavras:

... “ou quando o valor dos tributos não exceder a três vezes o maior salário-mínimo regional.”

Entendemos que a emenda está dentro das sistemáticas do Código Penal em vigor que, em algumas hipóteses de delito culposo, transforma o apenamento celular em multa. E tem uma virtude a emenda do nobre Senador Jefferson de Aguiar, porque envolve repercussão financeira favorável ao Erário.

Assim, Sr. Presidente, cuidando a emenda de configuração de delito culposo e sua conversão em apenamento financeiro, sua constitucionalidade é evidente.

Em resumo: ambas as emendas têm o completo, o tranqüilo e pacífico batismo constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Para pronunciar o parecer da Comissão de Projetos do Executivo, tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, a elucidação feita pelo nobre Senador Eurico Rezende é suficiente para que esta Casa possa acompanhar e votar as emendas.

A Comissão de Projetos do Executivo está de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para emitir parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas.

(Sem revisão do orador. Para emitir parecer) — Senhor Presidente, a Emenda nº 1, cujo relatório e exame fizemos na oportunidade da audiência da Comissão de Constituição e Justiça, fortalece a política de captação financeira e, por isso, é do melhor interesse no sentido de que figure no texto definitivo da futura lei.

O aspecto financeiro é positivo, isto é, exprime renda para o Poder Público. Parecer favorável.

Emenda nº 2: é do Sr. Mem de Sá e reza:

Substituiam-se os §§ do art. 1º, pelos seguintes.

“§ 1º — Incorre na mesma pena o funcionário público que, de qualquer modo, concorre para o crime.

§ 2º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorre para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

§ 3º No crime culposo, decorrente de desídia, imperícia ou negligência, o contribuinte pagará o tributo, adicionais e multas em dobro.”

Há dois aspectos na emenda Mem de Sá: um, estabelecendo a coerção penal, obviamente conduz o funcionário público, ou precisamente o agente do fisco, a uma vigilância e a uma ação mais peremptória em favor da arrecadação fiscal. Não desejo, Senhor Presidente, apreciar o texto final da emenda, que diz:

“No crime culposo, decorrente da desídia, imperícia ou negligência, o contribuinte pagará o tributo, adicionais e multas em dobro”.

Fosse eu relator na Comissão de Constituição e Justiça, corrigiria uma expressão, ou melhor, uma condicional que me parece redundante. O crime culposo é sempre decorrente de imperícia, imprudência ou negligência. Isto está na doutrina e no nosso Direito Positivo Penal. Vale dizer: o crime culposo já decorre, pela sua própria conceituação, de desídia, imperícia, negligência ou imprudência. Não há necessidade da expressão: “decorrente de desídia, imperícia ou negligência”.

Mas *quod abundans non nocet*. Sem me furtar ao atrativo que estabelece o desafio da minha formação jurídica, volto a dizer: se relator na Comissão de Justiça, suprimiria a expressão “decorrente de desídia, imperícia ou negligência”.

No que diz respeito à competência da Comissão de Finanças — não quero receber a censura do Senador Mem de Sá. Nada tenho a obstar e, assim, perfilho, como relator da Comissão de Finanças, a emenda do ilustre Senador farroupilha.

Emenda nº 3.

Já objeto de exame na Comissão de Constituição e Justiça. Se é perfeitamente constitucional, tem também a sua conveniência consagrada, porque estimulará a arrecadação fiscal.

Favorável. O Parecer.

Emenda nº 4, ao Art. 5:

“Onde se diz: “Injustificadamente”, diga-se:

“Que não praticou”.

E que o Art. 5º, tem a seguinte redação:

“O funcionário que exorbitar de suas atribuições o intuito de prejudicar o contribuinte, imputando-lhe crime injustificadamente, incorrerá nas sanções do Art. 399, do Código Penal”.

A emenda procura dar tecnologia jurídica, substituindo o vocábulo “in-

justificadamente” pela expressão positiva e excludente de “crime que não praticou”.

A Comissão de Finanças não compete opinar a respeito dessa emenda, que é estritamente situada no ângulo da atribuição da Comissão de Justiça.

“Emenda nº 5 — Dá-se a seguinte redação ao Art. 7º:

Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1966”.

O substitutivo determina que a norma passe a vigor vinte dias depois da publicação da lei. E, contrariando o espírito de intransigência do Sr. Mem de Sá, em matéria de legislação fiscal, S. Exa. manifesta aqui a sua tolerância e condescendência, estendendo o início da vigência da Lei a 1º de janeiro de 1966.

Não vemos, Sr. Presidente, nenhum inconveniente, mesmo porque é bom que, tendo em vista o caráter varcarrário da lei, se dê um prazo maior servindo de advertência e aviso prévio àqueles que têm vocação para a diligência fiscal. Portanto, o parecer é favorável.

A emenda nº 6 é justamente a de maior sensibilidade do projeto. Diz o seguinte: (le):

“Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, tenham praticado ou concorrido para a sonegação fiscal.”

Art. 8º Pelo prazo de dois exercícios financeiros, as declarações apresentadas para efeito de pagamento do imposto de renda poderão ser impugnadas, motivadamente, pelas repartições lançadoras, quando os rendimentos nelas consignados estiverem em manifesta divergência com sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Parágrafo único. Considera-se manifesta a divergência, a que se refere este artigo, quando o arbitramento da renda, feito com base nos sinais exteriores, exceder em mais de um terço o valor da renda declarada pelo contribuinte.

Art. 9º Caso o contribuinte não esclareça, satisfatoriamente, a divergência a que se refere o artigo anterior, será instaurado contra o mesmo lançamento *ex officio* e efeito o arbitramento do rendimento tributável com base na renda presumida através de utilização de sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida.

§ 1º Os sinais exteriores que evidenciem a renda auferida ou consumida poderão ser igualmente utilizados para instauração do lançamento *ex officio* por falta de apresentação de declaração de rendimentos.

§ 2º Em nenhuma das hipóteses previstas neste artigo e no anterior será aplicada qualquer multa ou penalidade sem se assegurar ampla defesa ao contribuinte.

Art. 10. O Poder Executivo baixará decreto, dentro de noventa dias, regulamentando esta lei.

Não quero, Sr. Presidente, examinar, aqui, a figura da pertinência jurídica, porque essa matéria refoge do escalonamento das atribuições da Comissão de Finanças; mas examino a pertinência fiscal, quando se institui outro tipo de infração e no melhor interesse da Fazenda Nacional, vale dizer, no melhor interesse público.

No campo do Direito Penal, quando o agente da autoridade verifica que há sinais de contravenção, *perbi gratia*, que uma pessoa esteja portando arma, o agente da autoridade é obrigado, por lei, a deter o indivíduo. Por quê? Porque ofereceu sinais evi-

dentes da prática de uma infração, que no caso seria o porte de arma.

Por outro lado, quando não se trata de contravenção, mas de crime, igualmente o agente da autoridade, quando tiver fundada suspeita de que alguém ou praticou crime ou está na iminência de praticá-lo, por omissão ou por ação, tem aí no comportamento do indivíduo sinais evidentes de conduta delitosa. Então, aí se legitima, e se torna até mesmo obrigatória, sua ação preventiva ou punitiva.

Portanto, se existe pertinência fiscal, a emenda não pode ser rejeitada, *data venia*, pela Comissão de Justiça, que se limitou a examinar a pertinência ou a impertinência de ordem jurídica. Mas cabe o exame, aí, da pertinência ou da impertinência de ordem fiscal, isto é evidente.

A Emenda Mem de Sá representa já os desígnios do Poder Executivo.

De uns meses a esta parte, nas colunas da imprensa, nas vozes das rádios e nas imagens da televisão, nota-se, sente-se, lê-se e ouve-se que o Poder Executivo se está adestrando na coleta de dados e de subsídios para remeter ao Congresso Nacional projeto de lei visando à taxação fiscal para efeito do imposto de renda através da evidência de sinais exteriores.

Ora, se já é este o propósito do Governo, por que, então, não incluímos a matéria num projeto de lei, também de natureza fiscal, que cuide, igualmente de estimular, incentivar e mais do que isso, de policiar a arrecadação do imposto de renda?

Se o Governo está na iminência de remeter ao Congresso Nacional de lei dispondo sobre os chamados sinais exteriores, em obsequio do lançamento *ex officio*, para efeito da cobrança do imposto de renda, por que então vamos, aqui, retardar o desate de questão que está para ser suscitada no Parlamento Nacional?

Sr. Presidente, dois delitos espantosos vêm sendo tradicionalmente praticados contra o Brasil, que é uma Nação espoliada pelo contrabando e pela sonegação fiscal. Os técnicos chegam a dizer que o valor envolvido nos contrabandos somado aos decorrentes da sonegação fiscal daria para compor uma receita nacional paralela e igual à decretada pelo Congresso Nacional.

Sou, Sr. Presidente, por que se dê a maior instrumentalização ao Governo para combater a sonegação fiscal. Se o Poder Público exerce, dentro do Código Penal, a sua política preventiva e repressiva, quando se trata de “aparências delituosas”, por que então não adotar essa mesma filosofia e esse mesmo sistema quando se trata de executar um esquema de verdade fiscal, melhorando as condições do nosso aparelhamento tributário?

E, depois, Sr. Presidente, não há nenhuma violência, não reside na emenda nenhum propósito de arbitrariedade porque a emenda Mem de Sá, em certa altura do seu desdobramento, ressalva:

“Em nenhuma das hipóteses previstas neste artigo e no anterior será aplicada qualquer multa ou penalidade sem se assegurar ampla defesa ao contribuinte”.

Repete-se, aqui, o cânone constitucional que assegura plena defesa. Sem o pleno exercício do direito de defesa, não ocorrerá nenhum tipo de penalidade, quer de caráter fiscal quer de índole carceral.

Assim, Sr. Presidente a emenda número 6 consulta ao melhor interesse nacional.

Tem absoluta consonância com a proposição principal e criará melhores condições de eficiência para o aparelhamento fiscal da União.

Sr. Presidente, na qualidade de Relator, desejo, também, dar a minha colaboração positiva, e não apenas de palavras, oferecendo um adendo ao substitutivo.

Houve um esquecimento, cuidou-se muito de punir o contribuinte, esqueceu-se um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Apenas para orientação de V. Ex.<sup>as</sup>: antes que apresente emenda à matéria, desejo lembrar-lhe que não é possível acrescentar nem subemenda nem adendo ao Substitutivo. V. Ex.<sup>as</sup> poderá apresentar subemenda à emenda existente, não ao Substitutivo. Só para esclarecer V. Ex.<sup>as</sup>.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a colaboração de V. Ex.<sup>as</sup>.

Dizia eu, cuidou-se de estabelecer um justo sistema de coerção e de punição contra a inadimplência fiscal por parte do contribuinte. Estabeleceu-se, também, a previsão punitiva na hipótese de desídia ou omissão de agente fiscal. Mas esqueceu-se, Sr. Presidente, de dar prazo aos agentes administrativos para a autuação fiscal.

Essa omissão nos foi lembrada pelo ilustre Senador Milton Menezes que, em contato comigo, sugeriu se acrescentasse a uma das subemendas o seguinte texto:

"Os agentes administrativos, no prazo de 30 dias contados do conhecimento que tiverem do ato que constitua crime definido nesta lei, remeterão, sob pena de responsabilidade funcional, ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração para instauração da ação penal cabível, ou à autoridade administrativa competente para o procedimento fiscal previsto no art. 3º desta lei."

Isito para que não aconteça a seguinte hipótese: o agente tem conhecimento de uma infração e deseja, ou por corrupção ou complacência, deixar a infração, digamos assim, *in natura*, inabordada durante algum tempo. O agente do Fisco poderá deixar sempre para mais tarde a autuação fiscal. Já que se procura evitar, pelo maior número possível de providências, a sonegação fiscal, no intuito de que todo e qualquer aspecto de infração surja de logo, a subemenda de inspiração do eminente Senador Milton Menezes estabelece o prazo de 30 dias, findo o qual, ocorrendo a omissão ou a desídia da parte do agente administrativo, ele cai em desgraça administrativa e penal.

Assim, Sr. Presidente, a subemenda poderá incidir sobre a emenda nº 2, do eminente Senador Mem de Sá, que cuida de estabelecer penalidades:

"O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorre para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo."

O § 2º da emenda nº 2 trata de apenamento dirigido ao funcionário fiscal e a subemenda tem absoluta conexão porque versa a mesma matéria.

Assim, Sr. Presidente, é este o parecer às emendas e com a apresentação da subemenda ora mencionada, justificada e defendida. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Completos, pois, os pareceres sobre as emendas.

A Comissão de Finanças apresentou subemenda aditiva à emenda nº 2 com a seguinte redação:

"Os agentes administrativos, no prazo de trinta dias, contados do conhecimento que tiverem do ato que constitua crime definido nesta lei remeterão sob pena de responsabilidade funcional ao Ministério Público os elementos com-

probatórios da infração para instauração da ação penal cabível ou a autoridade administrativa competente para o procedimento fiscal previsto no art. 3º desta Lei."

Vai-se passar à votação do Substitutivo. Nesta fase há requerimento que deve ser preliminarmente votado, e que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 369, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição da seguinte frase do item III do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100-85: "ou deixar de entregar uma de suas vias à autoridade competente".

Sala das Sessões, 22 de junho de 1965. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação do Substitutivo, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que aprovam o Substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Passa-se à votação das emendas num total de seis, cinco das quais obtiveram pareceres concordantes em todas as Comissões.

A Emenda nº 6 não mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Votar-se-á primeiro o grupo das Emendas ns. 1, 2, 3, 4 e 5.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra pela ordem o nobre Senador.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador). (Pela ordem) — Sr. Presidente, quanto à Emenda nº 2, o parecer da Comissão de Projetos do Executivo é parcialmente favorável e parcialmente contrário.

Estou de acordo com o parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A emenda nº 1 teve parecer favorável de todas as Comissões.

A emenda nº 2 tem pareceres discordantes quanto ao parágrafo 1º e quanto ao parágrafo 2º; e tem parecer favorável quanto ao parágrafo 3º.

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem) — Se V. Ex.<sup>as</sup> me permite, Sr. Presidente, eu lembraria que as Emendas ns. 1, 3, 4 e 5 têm pareceres favoráveis de todas as comissões.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As emendas ns. 1, 3, 4 e 5, realmente têm pareceres favoráveis de todas as Comissões. Vai-se então votar, em primeiro lugar, esse grupo de emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Nº 1

Inclua-se no art. 1º o seguinte item:

"IV — Fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis".

Nº 3

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte: "... ou quando o valor dos tributos não exceder a três vezes o maior salário-mínimo regional".

Nº 4

Ao art. 5º:

Onde se diz:

"Injustificadamente".

Diga-se:

"Que não praticou".

Nº 5

Dê-se a seguinte redação ao artigo 7º:

"Art. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1966".

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As demais emendas serão votadas uma a uma, para maior facilidade na orientação dos trabalhos.

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem) — Senhor Presidente, eu sugeriria a V. Ex.<sup>as</sup> que ponha a Emenda nº 2 em votação, nos termos do parecer do Senador Jefferson de Aguiar.

A emenda do parecer é um pouco complexa, mas estou de acordo com ele e acho que a votação nesses termos, satisfaz.

E' uma emenda que se refere a três parágrafos: um não é aceito, outro é aceito em parte, o terceiro é totalmente aceito.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A emenda teria que ser votada separadamente, parágrafo por parágrafo, particularmente porque recebeu subemendas. Entretanto, poderá ser adotado o processo por V. Ex.<sup>as</sup> proposto.

A Presidência toma como requerimento oral o pronunciamento que acaba de ser feito pelo Sr. Senador Mem de Sá e o submete ao Plenário.

Os Srs. Senadores que acham que a Emenda nº 2 pode ser votada em globo, nos termos do parecer do Senador Jefferson de Aguiar, sem prejuízo da subemenda apresentada pela Comissão de Finanças, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

A Emenda nº 2 será votada englobadamente, inclusive em seus parágrafos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Emenda nº 2 queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

Nº 2

Substitua-se os parágrafos do artigo 1º, pelos seguintes:

"§ 1º Incorre na mesma pena o funcionário público que de qualquer modo, concorre para o crime.

§ 2º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorre para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

§ 3º No crime culposo, decorrente de desídia, imperícia ou negligência, o contribuinte pagará o tributo, adicionais e multas em dobro".

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores deverão votar, agora, as subemendas à Emenda nº 2.

Há duas subemendas à Emenda número 2; uma subemenda é supressiva das seguintes expressões:

"com a abertura obrigatória do competente processo administrativo".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem) — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, essa supressão já foi votada e atendida em virtude do Parecer que proferi na Comissão de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo, em que, adotando a Emenda do nobre Senador Mem de Sá, excluí, justamente, essas expressões.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Ex.<sup>as</sup> apresentou subemenda que está sendo votada. Opinião pela exclusão é certo, mas a votação tem de verificar-se nesta fase dos trabalhos.

Os Srs. Senadores que aprovam a Subemenda supressiva à Emenda número 2, que manda extrair do texto as palavras:

"com a abertura obrigatória do competente processo administrativo".

queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há outra subemenda à Emenda nº 2, que também precisa, neste instante, ser votada. Consta igualmente do Parecer do Relator, e se consubstancia nas seguintes palavras:

"Pagará em dobro o tributo, multas e adicionais".

O SR. MEM DE SÁ:

Estou de acordo. Verifico que a emenda é simplesmente de redação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Esclareço ao nobre Senador Mem de Sá que manteve a redação elaborada pela douta Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a segunda subemenda à Emenda nº 2.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência parece necessário verificar o § 3º do Substitutivo, que foi votado sem prejuízo das emendas, para verificar que efeito causará. (Pausa.)

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, permita V. Ex.<sup>as</sup> a interrupção, mas não é o § 3º do Substitutivo e sim o § 3º da Emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Ex.<sup>as</sup> tem razão. A Presidência fará a verificação diretamente das emendas, porque, diante da natureza da matéria, a Mesa tem que tomar certo cuidado, ao proferir o resultado da votação obtida em Plenário, sob pena de depois não ser possível uma redação final tal como deseja a Casa e como se manifestaram as Comissões.

A Emenda nº 2 foi aprovada, conforme foi proclamado.

A referida Emenda contém três parágrafos que estão aprovados, com a alteração consequente da aprovação das subemendas apresentadas aos §§ 2º e 3º.

No § 1º, o resultado foi a rejeição, porque o parecer da Comissão, segundo informações prestadas à Mesa, era pela rejeição. E a aprovação da emenda se deu nos termos do parecer, conforme requerido pelo Sr. Senador Mem de Sá, e aprovado pelo Plenário.

De modo que o § 1º da emenda foi rejeitado, e os §§ 2º e 3º foram aprovados, sendo que este com modificação consequente da subemenda também aprovada. A subemenda aditiva da Comissão de Finanças à Emenda nº 2 tem a seguinte redação:

"Os agentes Administrativos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do conhecimento que tiverem do ato que constitui crime definido nesta lei, remeterão, sob pena de responsabilidade funcional, ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração para instauração da ação penal cabível, ou à autoridade administrativa competente para o prosseguimento fiscal previsto no art. 3º da lei".

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem). (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a subemenda da Comissão de Justiça, evidentemente, se refere ao art. 4º do substitutivo, assim redigido:

Art. 4º. As autoridades administrativas, que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração para instauração da ação penal cabível, ou à autoridade administrativa competente para o procedimento fiscal previsto no artigo 3º desta Lei.

Parece-me, portanto, que não se trata de um aditamento propriamente da Emenda nº 2, mas uma modificação de redação ao Art. 4º do substitutivo. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Como tal, a Presidência não pode receber a subemenda, uma vez que não havia emenda ao Art. 4º.

A Presidência vai verificar. Se o art. 2º não comportar a subemenda, ela não poderá ser recebida e não poderá ser objeto de votação.

#### O Art. 2º tem a seguinte redação:

"Elabore-se a punibilidade, no crime culposo, quando o contribuinte não tenha o tributo, multa e adicionais devidos, nos 30 dias subsequentes à notificação da autoridade administrativa competente".

A questão é a ordem do Sr. Senador Jefferson de Aguiar e presidente. A matéria é a seguinte ao Art. 4º e ao art. 2º não houve nenhuma emenda. Assim sendo, não poderá ser objeto de votação de uma subemenda. Deu-se por dada a questão de ordem.

É a votação as emendas em parelha.

Os Senhores Senadores que as aprovam, levantem-se para votar.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, é uma só emenda.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Repetidamente não podemos considerar as duas emendas como de pareceres contrários, mas sim de pareceres discordantes.

Assim sendo, vai-se votar a Emenda número 6.

Os Senhores Senadores que a aprovam, levantem-se para votar.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência aguardará que se faça número no Plenário para a verificação. Fará todo esforço possível no sentido de aguardá-lo, dado que o prazo do projeto vence a 25 do corrente e a matéria, como acaba de ser emendada pelo Plenário do Senado, deverá voltar à Câmara dos Deputados. Assim sendo, a Presidência determina aos Srs. Funcionários que compareçam às Comissões e solicitem aos Srs. Senadores que venham a Plenário para atender ao requerimento de verificação do Sr. Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa).

(Moura Andrade) — Vai-se proceder à verificação. Em seguida, não havendo número, far-se-á a chamada nominal.

Or Srs. Senadores que aprovam a Emenda nº 6, queiram levantar-se. (Pausa)

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram a emenda e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa)

Votaram a favor da emenda 15 Senhores Senadores e contra 9.

Não há número.

Antes de se proceder à chamada, essa Presidência determina que sejam colhidos os votos dos Senhores Senadores que se acham em reunião nas Comissões. Aguardará, então, a vinda desses votos.

A sessão ficará suspensa por alguns instantes, até que as providências sejam tomadas no sentido da verificação do quorum.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 55 minutos e reaberta às 18 horas e 5 minutos).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Está em votação a Emenda nº 6. Os Srs. Senadores que a aprovam respondendo "Sim"; aqueles que a rejeitam responderão "Não".

A chamada pode iniciar-se, de Norte para Sul.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Sebastião Archer.  
José Américo.  
Antônio Jucá.  
José Faria.  
Maurício Lacerda.  
Alcides de Carvalho.  
Lúcio Rêgo.  
Artur Steinhilber.  
Alvaro Amato.  
Gonçalo Vaz de Azevedo.  
Amândeo Souto.  
Jorge de Costa.  
Wilson Martins.  
Antônio Carlos.  
Antônio Faria.  
Gulio Mendonça.  
Leandro Rêgo.  
Mário de Sá — 13.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Goldemar Santos.  
Edmundo Azevedo.  
Edmundo Leal.  
Cassio Pinheiro.  
Dionísio Rêgo.  
Barros Carvalho.  
Dynton Costa.  
João Leite.  
Antônio Polbino.  
Jonhat Marinho.  
Jefferson de Aguiar.

Nogueira da Gama.

Pedro Ludovico.

Bezerra Neto — 14.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Votaram 22 Srs. Senadores. Não há número. Passa-se à matéria em discussão da Ordem do Dia.

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 (nº 2.746-B-65), na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que institui o Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, tendo Parecer sob nº 749, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável e da Comissão de Projetos do Executivo (proferido originalmente na sessão de 21 do mês em curso, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 a 10-CPE).

Foram apresentadas ao projeto oitenta e seis emendas, faltando ser lida a 89ª.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura.

#### É lida a seguinte

##### EMENDA Nº 86

A alínea "c" do art. 73 passa a ter a seguinte redação:

c) da destinação legal correspondente a 0,1% (um décimo por cento) da renda ordinária da União.

#### Justificativa

A emenda visa a dois objetivos: suprimir o texto da atual letra "c" que permite doações particulares aos partidos, e que pode ser fonte de corrupção ou corrupção e, em seu lugar, dar aos partidos políticos uma dotação substancial, que os iguale em direitos, no particular, tirando-os da situação nefasta do poder econômico, fonte de corrupção indiscutível.

O quantum estabelecido não implica em aumento de despesas e é menor que a dotação estabelecida pelo Deputado Nogueira Filho (PUB-65) que foi aprovada unanimemente na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados e mereceu ser incluída no Substitutivo do nobre Relator da matéria naquela Casa, o Deputado Tarso Dutra.

Sala das Sessões, em 22-6-65. — Vascenecios Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto, com as emendas.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

O projeto irá às Comissões, a fim de receber pareceres sobre as emendas.

É a hora da mesa remanejada do Sr. 1º Secretário de Câmara, Sr. João de Aguiar, da Ordem do Dia, que pode ser substituído à vontade por outro de número.

#### É lida a seguinte

##### REQUERIMENTO

Nº 373, de 1965

Encaminha, nas mesmas condições, a Comissão de Ordem do Dia, para o efeito da votação, em segunda leitura, a matéria constante do item 3 (Ordem do Dia) da Lei da Câmara nº 116, de 1965.

Sala das Sessões, 22 de junho de 1965. — Artur de Carvalho.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965 (nº 2.765-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dis-

põe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 750 e 751, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças e dependente da promulgação da Comissão da Agricultura.

Acha-se sobre a mesa o parecer da Comissão de Agricultura, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário. E de autoria do Sr. Senador José Ermírio de Mello.

#### É lida o seguinte.

##### PARECER

Nº 817, de 1965

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965, (nº 2.755-B-65 na Câmara), que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

Relator: Sen. José Ermírio de Mello.

Na forma do artigo 4º do Ato Institucional, e acompanhado de exposição dos motivos do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou o presente Projeto de Lei, disposto sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

Recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, respectivamente sob números 750 e 751, de 1965, desta Casa.

A fls. 15 consta sua redação final, consentida aprovada da Câmara dos Deputados, onde teve tramitação regular.

Somos, evidentemente, favoráveis ao Projeto, que realmente consulta aos interesses da nossa agricultura, sempre a braços com problemas de difícil equacionamento, para não dizer solução.

A respeito, cumpre assinalar que a Comissão de Agricultura, representada pelo seu Presidente e por alguns de seus mais destacados membros, recentemente realizou provisorios trabalhos de inspeção nos estabelecimentos e institutos empenhados da pesquisa e do estudo dos problemas da agricultura no Estado de São Paulo. Volta em todos, na verdade, impressionados com o trabalho quase que absoluto dos dedicados técnicos que têm sobre os olhos os problemas, notadamente os do "furo" econômico, considerando o Instituto Agronômico de Campinas, para o estudo da pesquisa e estudos, ora para a área de sementes e mudas, ora para a área de produção e consumo, que deve servir de modelo e exemplo para os demais Estados da Federação. Por isso mesmo acreditamos ser de enorme valia para a atual discussão do Projeto em esta Casa a análise crítica e o estudo da realidade da produção da lei em questão, sob o ponto de vista técnico e econômico.

Uma vez que, no presente, não se trata de uma legislação de caráter punitivo, mas sim de uma legislação de caráter econômico, e visando a melhorar a produção e a distribuição de sementes e mudas, não há dúvida de que a lei em questão é de grande importância para a agricultura e a economia do país.

#### EMENDA Nº

De se a emenda nº 86, de 1965.

Antes de votar, o Sr. Senador de Aguiar, da Comissão de Agricultura, fez uma exposição dos motivos da emenda, que foi muito bem recebida. O Sr. Senador de Aguiar, da Comissão de Agricultura, fez uma exposição dos motivos da emenda, que foi muito bem recebida. O Sr. Senador de Aguiar, da Comissão de Agricultura, fez uma exposição dos motivos da emenda, que foi muito bem recebida.

Pareceu-nos, em face do que acima foi exposto, aconselhável a fixação de prazo para realização dos convênios, assim genericamente considerados, de maneira a se evitar discriminação de Estado para Estado. Sem-



pre, como se disse, com o exclusivo intuito de colaborar com o exclusivo intuito de colaborar com os excelentes objetivos da proposição governamental.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1965. — João Agripino, Presidente — José Ermírio, Relator — Atílio Fontana — Daniel Krieger.

Em discussão o projeto, com a emenda agora apresentada pela Comissão de Agricultura.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Fica adiada a votação por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 209-A, de 1965, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória, do Tribunal de Contas da União, do registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que outorga a União Federal à Companhia Ultraz S. A., tendo pareceres favoráveis (ns. 681 e 682, de 1965), das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Finanças.

Em discussão o projeto. Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 1964, originário da Câmara dos Deputados, nº 93-A, de 1961, na Casa de origem, que aprova a Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos, concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da 41ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo pareceres favoráveis sob números 664 e 665, de 1965, das Comissões: de Legislação Social e de Relações Exteriores.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 166-A, de 1964, na Casa de origem) que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União de registro a acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Iriti, tendo pareceres (ns. 677 e 678, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 1961, de autoria da Comissão Di-

retora, que define, quanto a vencimentos e vantagens, a situação de funcionário do Senado posto à disposição de outro órgão do poder público, tendo pareceres, sob números 470 e 471, de 1963, e 385, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela aprovação, nos termos do substitutivo que oferece; de Finanças, pela aprovação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça; Diretoria, (sobre o substitutivo — audiência requerida em virtude da aprovação do Requerimento número 707, de 1963) contrário.

A matéria sairá da Ordem do Dia em vista de faltar a publicação de avulso.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1965, de iniciativa da Comissão Diretora, que nomeia Sérgio Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 635, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 270-P, de 25-3-65, pelo qual o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário Eleitoral número 55.050 (inconstitucionalidade de um dispositivo do Código Eleitoral — elegibilidade de irmão de Governador) — parecer pelo arquivamento do expediente, com votos vencidos dos Srs. Senadores Argemiro de Figueiredo e Heribaldo Vieira.

Em discussão o parecer.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Adiada a votação por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 725, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 209-P (2) de 1958, pelo qual o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 19.157, de Minas Gerais, julgado a 26-9-52 (inconstitucionalidade do Decreto nº 107, de 1944) — parecer pelo arquivamento do expediente, em vista de haver sido revogada a lei em apelo.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item nº 14:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 15, de 1965, de autoria do Sr. Senador Padre Calazans, que autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowski, São Paulo, tendo pareceres favoráveis

sob ns. 668, 669 e 670, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item nº 15:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 74, de 1964, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que modifica a redação de dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional tendo pareceres sob ns. 710 e 711, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece nº 1-CCJ; de Serviço Público Civil, favorável ao projeto e à emenda número 1-CCJ.

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quórum.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia e está se esgotando a hora da sessão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, irei anunciar a Ordem do Dia para a sessão de amanhã, lembrando, ao mesmo tempo, aos Srs. Senadores a realização, hoje, de duas sessões do Congresso Nacional, a primeira para a votação do projeto que altera os critérios de promoção de oficiais da ativa do Exército Brasileiro, e a segunda, sessão de veto.

A Ordem do Dia para a sessão de amanhã será a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 23 de junho de 1965

(Quarta-feira)

1

Continuação da votação, em turno suplementar (artigo 275-A, do Regimento Interno), do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 16 do mês em curso, ao Projeto de Lei da Câmara número 100, de 1965 (número 2.748-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que define o crime de sonegação fiscal, dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1964 (nº 155-A-58, na Câmara dos Deputados), que aprova o acordo para o estabelecimento de mapas topográficos e de cartas aeronáuticas, no Brasil, tendo pareceres (ns. 619, 620, 621 e 622, de 1965), das Comissões: de Relações Exteriores — favorável; de Segurança Nacional: Primeiro pronunciamento, solicitando informações ao Ministério das Relações Exteriores; segundo pronunciamento: (diligência cumprida) pela rejeição; de Finanças — pela aprovação, com voto em separado do Senador José Ermírio.

3

Votação, em turno preliminar, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1965 (nº 2.752-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente

da República, que autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos Corretores de Navios, tendo pareceres: da Comissão de Projetos do Executivo (nº 732, de 1965) favorável e pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 21 do mês em curso), pela inconstitucionalidade, e dependendo do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada em Plenário.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1965 (nº 2.794-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Beviláqua, tendo parecer favorável, sob nº 748, de 1965, da Comissão de Finanças e dependendo do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário; da Comissão de Finanças sobre a emenda.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 (nº 2.746-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que institui o Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, tendo Parecer sob nº 749, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo (proferido oralmente na sessão de 21 do mês em curso, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 a 10-CPE) e dependendo de parecer das mesmas Comissões sobre as emendas de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965 (nº 2.765-B-65, na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 750 e 751, de 1965, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças e favoráveis da Comissão de Orçamento, com a emenda que oferece.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 209-A-65, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória, do Tribunal de Contas da União, do registro ao termo de contrato de constituição de aforamento do terreno acrescido de marinha, situado na Rua Desidério de Oliveira, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que outorga a União Federal à Companhia Ultraz S. A., tendo pareceres favoráveis (ns. 681 e 682, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Finanças.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 1964, originário da Câmara dos Deputados, nº 93-A-61, na Casa de origem, que aprova a Convenção sobre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos, concluída em Genebra, em 1958, por ocasião da 41ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo pareceres favoráveis sob ns. 664 e 665, de 1965, das Comissões: de Legislação Social e de Relações Exteriores.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 166-A-64, na Casa de origem) que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, de registro a acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Muni-

pio de Irati, tendo pareceres favoráveis (ns. 677 e 678, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

10

**Votação**, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1965, de iniciativa da Comissão Diretora, que nomeia Sergio Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

11

**Votação**, em turno único, do Parecer nº 635, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 270-P, de 25-3-65, pelo qual o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acordo proferido nos autos do Recurso Extraordinário Eleitoral número 55.050 (inconstitucionalidade de um dispositivo do Código Eleitoral — elegibilidade de irmão de Governador) — parecer pelo arquivamento do expediente, com votos vencidos dos Srs. Senadores Argemiro de Figueiredo e Heribaldo Vieira.

12

**Votação**, em turno único, do Parecer nº 725, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 209-P (2), de 1958, pelo qual o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou cópia autêntica do acordo proferido no Recurso Extraordinário nº 19.157, de Minas Gerais, julgado a 26-9-53 (inconstitucionalidade do Decreto nº 107, de 1944) — parecer pelo arquivamento do expediente, em vista de haver sido revogada a lei em apelo.

13

**Votação**, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1965, de autoria do Sr. Senador Padre Calazans, que autoriza a desapropriação da Casa do Pintor Cândido Portinari, na cidade de Brodowski, São Paulo, tendo pareceres favoráveis sob números 666, 669 e 670, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

14

**Votação**, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1964, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que modifica a redação de dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, tendo pareceres sob ns. 710 e 711, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece nº 1-CCJ; de Serviço Público Civil, favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ.

15

**Votação**, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (nº 2.753-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis (ns. 753 e 754, de 1965) das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças e dependência de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plêniário; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre a emenda.

16

**Discussão**, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (nº 2.736-B-65 na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 171, nº III do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

17

**Discussão**, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1965 (nº 2.750-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

18

**Discussão**, em turno único, do Projeto de Resolução nº 63, de 1965, apresentado pela Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sebastião Ferreira de Azevedo, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

19

**Discussão**, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 220-A-65 na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal em Brasília, a 23 de setembro de 1964, tendo pareceres favoráveis (ns. 757, 758 e 759, de 1965) das Comissões de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

20

**Discussão**, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1965, que retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Colônia Federal no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, tendo parecer favorável, sob nº 724, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esclareço que o projeto de lei relativo ao Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, anunciado para a Ordem do Dia de amanhã, só será incluído se as Comissões entregarem os pareceres em tempo para serem impressos e distribuídos. Caso contrário, não constará da Ordem do Dia de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18,00 horas e 30 minutos).

Repúblique-se por ter saído com incorreções:

#### ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 67, DE 16 DE JUNHO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar os Ajudantes de Portaria, FT-7, Cláudio Vital Rebouças Lacerda e Jairo Barbosa Mattos para terem exercício na Portaria.

Secretaria do Senado Federal — 16 de junho de 1965. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

#### EDITAL

Pelo presente edital, fica convocação o Auxiliar de Limpeza, Francisco Silvestre de Carvalho, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no artigo 210, item II e § 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, 18 de junho de 1965 — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo da Emenda à Constituição nº 4, de 1965 (CN), que torna necessária a declaração de bens para cargos eletivos, veda e considera nulos, de pleno direito, os atos praticados noventa dias anteriores a data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, de nomeação ou admissão de pessoal, contratado de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos.

diploma que também se cassará se já expedido.

Parágrafo único. A lei assegurará sempre a eficácia do julgado da Justiça Eleitoral, para todos os efeitos, inclusive a perda de mandato, se for o caso, observado o disposto no artigo 45 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 9.

b) Ao § 2º pelo Deputado Lauro Leão, que deu a seguinte redação: "§ 2º A lei ordinária regulará as penas aplicáveis para os casos de enriquecimento ilícito, apurado judicialmente, mediante o confronto das declarações exigidas no art. 1º com a do presente artigo".

c) Destaque a letra "d", do art. 2º, pelo Senador Milton Menezes e outros, dando a seguinte redação:

— Autorizar empréstimos por bancos oficiais e por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a estado ou município salvo em caso de calamidade pública".

Proseguindo, resolve a Comissão aprovar o parecer com a referida alteração, adotando a seguinte Emenda à Constituição nº 4, de 1965 (CN):

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Artigo 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º O pedido de registro de candidato a qualquer cargo eletivo será sempre acompanhado de declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais.

Art. 2º Verificada, mediante processo estabelecido em lei, a falsidade da declaração não será expedido o diploma, que também se cassará, se já expedido.

Parágrafo único. A lei assegurará sempre a eficácia do julgado na Justiça Eleitoral para todos os seus efeitos, inclusive a perda de mandato, se for o caso, observado o disposto no artigo 45 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 9.

Art. 3º Noventa dias antes do término de mandato eletivo, o titular de cargo do Poder Executivo ou Legislativo apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso do mandato.

§ 1º A declaração de bens de que trata este artigo será apresentada à Mesa da Câmara a que pertença o titular do cargo legislativo, ou à Justiça Eleitoral competente, na forma da lei, se se tratar de cargo do Poder Executivo.

§ 2º A falta de declaração referida neste artigo impedirá o registro como candidato a qualquer cargo eletivo, bem como na suspensão de pagamento dos subsídios ou qualquer outra vantagem pecuniária decorrente do exercício do cargo eletivo.

Art. 4º São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores a data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato do Presidente da República, do Governador de Estado e do Prefeito Municipal, importem:

a) nomear, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, no serviço contratado, autárquico ou nas sociedades de Economia Mista de que o Poder Público seja sócio ou acionário, a não ser para cargos em comissão ou funções gratificadas, e ainda a aqueles para cujo provimento tenha havido concurso de provas realizado antes do mencionado período;

b) contratar obras ou adquirir equipamentos e máquinas, salvo mediante concorrência pública;

#### 2ª REUNIAO, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1965

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia dezesseis de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Vasconcelos Torres, Presidente, presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Adalberto Sena, Milton Menezes, Joaquim Parente, Dyonel Costa e os Senhores Deputados Guilherme de Oliveira, Lauro Leão, Aderbal Jurema, Chagas Rodrigues, Rubem Alves, Rui Santos, Luiz Bronzeado, Lzequias Costa e Euláides Triches, reúne-se a Comissão Mista para estudo da emenda à Constituição nº 4, de 1965 (CN), que torna necessária a declaração de bens para cargos eletivos, veda e considera nulos, de pleno direito, os atos praticados noventa dias anteriores a data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato de Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos de nomeação ou admissão de pessoal, contratado de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos. Deixam de comparecer, por motivo de doença, os Senhores Senadores Antônio Balbino, Jefferson de Aguiar, Wilson Gonçalves, Edmundo Levi, Heribaldo Vieira, e os Senhores Deputados Wilson Chedid e Wilson Calmon.

Havendo número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão pedindo ao Secretário que proceda a leitura da ata da reunião anterior, que é, sem debates aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Relator, Deputado Rui Santos para leitura de seu relatório.

Pósto em discussão usam da palavra para discuti-lo, os Senhores Parlamentares Deputado Guilherme de Oliveira, Deputado Chagas Rodrigues, Senador Milton Menezes, Deputado Lauro Leão, Deputado Euláides Triches e o Deputado Lzequias Costa.

Interrumpida a discussão o pósto em votação.

Foram apresentados 15 (quinze) destaques, dos Srs. Parlamentares Deputado Rubem Alves, Senador Milton Menezes, Deputado Guilherme de Oliveira, Deputado Lauro Leão, e o Deputado Chagas Rodrigues, sendo aprovados os seguintes:

a) Destaque do Deputado Guilherme de Oliveira ao art. 2º, dando a seguinte redação:

"Art. 2º Verificada, mediante processo estabelecido em lei, a falsidade da declaração, não será expedido o

c) distribuir e aplicar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;

d) autorizar empréstimos por bancos oficiais, ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a Estado ou Município, salvo em caso de calamidade pública.

§ 1º Nas hipóteses de renúncia, nos dez dias seguintes ao em que esta se verificar.

§ 2º A lei ordinária regulará as penas aplicáveis para os casos de enriquecimento ilícito, apurada judicialmente, mediante o confronto da declaração exigida no artigo 1º com a do presente artigo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Alexandre Marques de Albuquerque Melo*, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### Ata da Comissão Mista incumbida de estudar o Projeto de Lei nº 6, de 1965, (CN), que altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoção dos Oficiais do Exército.

\* REUNIAO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1965

As dezesseis horas do dia quinze de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador José Guionard, Presidente, presentes os Srs. Senadores Benedito Valladares, Milton Mehezes, Joaquim Parente, Zacharias de Assumpção, Vasconcelos Torres, Adalberto Senna, Eduardo Assmar e Catete Pinheiro e os Srs. Deputados Costa Cavalcanti (Relator), Benjamin Farah e Euclides Triches, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudar o Projeto de Lei nº 6, de 1965 (CN), que altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoção dos Oficiais do Exército, para apreciação, discussão e votação do parecer do Sr. Relator.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Victorino Freire, Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Mendes de Moraes, Galoso e Almeida, Wilson Roriz, José Sarney, Alves Macêdo, Jamil Amiden, Aurino Valois e Janary Nunes.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Relator, Deputado Costa Cavalcanti que lê o parecer abaixo transcrito:

"Em Mensagem nº 9, de 1965 (CN), o Presidente da República transmite ao Congresso, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministério da Guerra, Projeto de Lei que altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoção dos Oficiais do Exército).

2. As quatro últimas promoções realizadas no Exército (25 de novembro de 1964, 25 de março e 25 de abril de 1965) foram feitas segundo princípios e normas estabelecidos na nova Lei de Promoção dos Oficiais de 29 de outubro de 1964. A experiência dessas promoções demonstrou que uns poucos dispositivos da atual lei estão em conflito com os princípios fundamentais nela mesma consignados. Ademais, algumas inovações introduzidas na lei em vigor, com o objetivo de aperfeiçoar a seleção dos melhores, provocaram, na prática, distorções que precisam ser prontamente corrigidas.

As principais injustiças e distorções que precisam ser corrigidas referem-se principalmente aos seguintes aspectos:

#### a) Promoção "Post-mortem"

A Lei cogia somente de promoção pelo princípio de antiguidade. A nova lei, em proposta, no parágrafo único do art. 6º permite essa promoção também pelo princípio de merecimento, desde que o oficial a ela seja suscitado na primeira data de promoção após a sua falecimento.

#### b) Cursos

A Lei atual dá, no computo dos pontos para promoção, excessivo benefício aos oficiais que fizeram cursos de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Técnica ou Instituto Militar de Engenharia, favorecendo para aqueles que, ainda jovens tenentes ou capitães, fizeram esses cursos há muitos anos.

As modificações constantes do artigo 52 visam a sanar esse excesso de benefício, de forma que não haja desequilíbrio para os oficiais não possuidores daqueles cursos.

#### c) Equilíbrio nos quadros de acesso

A Lei atual vem provocando o rompimento do equilíbrio entre as turmas de formação por não serem proporcionadas aos oficiais as mesmas possibilidades quando em igualdade de condições. Além disso, a forma de aplicação das frações consignadas no inciso I (um) do art. 14, utilizadas para a demarcação dos Quadros de Acesso, vem propiciando o desequilíbrio entre as Armas em desacordo com os artigos 1º e 33 da mesma Lei.

As alterações propostas em relação ao art. 14 e seus parágrafos visam a corrigir essas distorções que ocorreram, por exemplo, nas promoções de 25 de dezembro último, quando ficou evidenciado que, em determinadas Armas e para alguns postos, concorram oficiais pertencentes a duas turmas de formação mais do que em outras, resultando desequilíbrio chocante.

#### d) Equilíbrio entre as Armas

A questão do equilíbrio entre as Armas e os Serviços, regulada no artigo 37 da atual Lei, criou sérios problemas de execução, a ponto de ficarem quase todas as Armas nas últimas promoções privadas da promoção a Capitão por falta de vaga para os oficiais da turma correspondente.

A vista das dificuldades e mesmo impraticabilidade de aplicação desse art. 37, é sugerida a sua supressão do texto da Lei nº 4.448, de 29-10-64.

#### e)

As outras modificações propostas na Lei de Promoção dos Oficiais, constantes dos artigos 15, 47, 49, 53, 61 e 70, são de menor relevância, algumas quase de redação, e resultam da experiência decorrente da aplicação da Lei desde outubro do ano passado.

#### 3. Emenda do Relator:

As alterações até agora referidas constam todas do Projeto de Lei sugerido pelo Presidente da República. Com elas estamos de pleno acordo.

Parece-nos, no entanto, que poderíamos aperfeiçoar mais um ponto.

Trata-se do interstício para promoção aos postos de General-de-Divisão e General-de-Exército. A Lei estabelece esses prazos de maneira rígida no Quadro de Oficiais Generais e de modo mais flexível nos outros postos. Com efeito, o § 3º do art. 7º dá permissão ao Poder Executivo de reduzir, em determinadas circunstâncias, o interstício necessário para as promoções de oficiais subalternos, capitães e superiores, em até 50%. Acha-mos que

faculdade semelhante pode ser concedida em se tratando também das promoções no Quadro de Oficiais Generais. Daí sugerir-mos a seguinte emenda aditiva:

"Acrescente-se um parágrafo único ao art. 21 da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O interstício a que se referem os ls. 2 deste artigo e do anterior poderá, no interesse ou necessidade do Exército, ser reduzido, por ato do Poder Executivo, a 1 (um) ano, em função privativa do próprio posto ou de superior, consecutivo ou não".

#### 4. Emendas apresentadas

A Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, regula as promoções dos oficiais do Exército nos diversos postos da hierarquia enquanto estiverem na ativa do Exército.

O nobre Deputado Jamil Amiden apresenta duas emendas, ambas versando sobre promoções na reserva de militares das 3 Forças Armadas, matéria que é assunto da Lei de Inatividades ou de Lei específica. As emendas são impertinentes, portanto. Além do mais, ambas as emendas acrescentam, de aprovadas, grande aumento de despesas, uma por permitir, a muitos militares, reforma com 25 anos de serviço e a outra por propiciar mais uma promoção aos militares das 3 Forças Armadas que totem transferidos para a reserva, atingindo inclusive os que já se encontram na reserva remunerada. As duas emendas contrariam, pois, frontalmente, o que está especificado no artigo 5º do Ato Institucional.

Somos assim de parecer que ambas as emendas sejam rejeitadas por serem impertinentes e por contrariarem o Ato Institucional.

#### 5. Conclusões:

Faço o exposto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 6, de 1965 (CN), que altera a Lei de Promoção dos Oficiais do Exército, oriundo do Poder Executivo, com o acréscimo, ao art. 2º do Projeto de Lei, da emenda do Relator, nos termos seguintes:

"Art. 2º .....

Acrescente-se um parágrafo único ao art. 21 da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os interstícios a que se referem os ns. 2 deste artigo e do anterior poderão, no interesse ou necessidade do Exército, ser reduzidos por ato do Poder Executivo a 1 (um) ano, em função privativa do próprio posto ou de superior, consecutivo ou não".

Quanto às emendas 1 e 2, apresentadas, somos pela rejeição".

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, tendo o Sr. Deputado Benjamin Farah votado favoravelmente, porém, com restrições, por não terem sido aceitas as emendas do Deputado Jamil Amiden.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Aracy O'Reilly de Souza*, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

17ª REUNIAO, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1965

As 10 horas do dia 9 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Aurélio

Vianna, Walfredo Gurgel, Lino de Moraes, Mam de Sá, Wilson Gonçalves, Lobão da Silveira e Engêlio Barros, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Victorino Freire, S. Genêdo Pacheco, Pessoa de Góes, Benedito Melo, Antônio Jaci, Faria Tavares, Irineu Enghausen e Eulcio Relende.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados o seguintes:

— Pelo Sr. Wilson Gonçalves

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965, que dispõe sobre a fiscalização do controle de seguradoras e mudas e de outras providências;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1965, que aprova o acordo comercial assinado entre a República do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1965, que isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 68, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1967, material doado a estabelecimento hospitalar; e

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1965, que aprova o texto do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são, sem restrições, aprovados.

— Pelo Sr. Mam de Sá

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1965, que eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Beviláqua; e

pelo retorno à Comissão de Serviço Público Civil ao Projeto de Lei da Câmara nº 317, de 1964, que dispõe sobre gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

A Comissão aprova, por unanimidade, os pareceres.

— Pelo Sr. Aurélio Vianna

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1965, que dispõe sobre a transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1965, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o Rio da Prata, no trecho João Pinheiro-Parricatu; e

Favorável, com 4 emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 que dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e de outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

— Pelo Sr. Lobão da Silveira

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1965, que transfere a Seção de Irrigação da Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e de outras providências; e

Pela audiência das Comissões de Minas e Energia e de Economia do Projeto de Lei do Senado nº 82, de



64, que dispõe sobre a instalação, a cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo, usina de fertilizantes nitrogenados e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, tendo o Sr. Mem de Sá assinado, quanto ao mérito, contrário o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1964, embora favorável às audiências citadas.

— pelo Sr. Walfredo Gurgel.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1965, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta e sete centavos), a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, são aprovados, tendo o Senhor Aurélio Vianna assinado com restrições quanto aos projetos relatados pelo Sr. Walfredo Gurgel.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Lino de Mattos que comunica à Comissão a ausência de disposições constantes da emenda, aprovada pelo Plenário da outra Casa do Congresso, na redação final enviada ao Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965, que exclui do regime prévio de licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Em discussão e votação, resolve a Comissão enviar ao Plenário o projeto, visando esclarecer as falhas apontadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo*, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1965

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e cinco, às dezessete horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Senhor Walfredo Gurgel, Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores Atílio Fontana, José Leite, Edmundo Levi, Heribaldo Vieira e Eugênio Barros.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Vivaldo Lima e Ruy Carneiro, que se encontram licenciados e os Srs. Senadores Eurico Rezende e Aarão Steinbruch.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara iniciada a reunião e manda proceder a leitura da ata da reunião anterior, que, sem discussão, é aprovada.

O Sr. Senador Atílio Fontana profere parecer pelos sobrestamentos, por sessenta dias, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1964, que dispõe sobre a unificação e descentralização da previdência social e dá outras providências. A Comissão aprova o parecer preliminar do Sr. Relator.

A seguir, o Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Senador Atílio Fontana e, na qualidade de relator, profere parecer favorável, com emendas de ns. 1 a 3 CLS, ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963, que regula a profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências. A Comissão aprova, unanimemente, o parecer do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, *Cláudio I. C. Leal Neto*, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Mondim (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. José Giomard — Acre	12. Antônio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Atílio Fontana — Santa Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Monodim — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — M. Gerais
8. Wilson Gurgel — R. G. Norte	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	11. José Ermirio — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
4. Edmundo Levi — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
5. Arthur Virgílio — Amazonas	14. Neelson Maculan — Paraná
6. Antônio Jucá — Ceará	15. Mello Braga — Paraná
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arinos — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia  
 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará  
 2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo  
 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia  
 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
<b>Total</b>	<b>68</b>
Sem legenda	1
<b>Total</b>	<b>69</b>

## BLOCOS PARTIDARIOS

## Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder de Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano  
 2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado  
 2. Antônio Jucá

## UDN

1. Daniel Krieger  
 2. João Agripino

## BPI

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PSD

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel  
 2. José Feliciano  
 3. Filinto Müller  
 4. Benedito Valladares

## PTB

1. Argemiro Figueiredo  
 2. Mello Braga  
 3. Oscar Passos

## UDN

1. Daniel Krieger  
 2. Eurico Rezende  
 3. João Agripino

## BPI

1. Josaphat Marinho

TITULARES  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. Antônio Balbino  
 3. Wilson Gonçalves  
 4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi  
 2. Bezerra Neto  
 3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos  
 2. Heribaldo Vieira  
 3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## PSD

## TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

## PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

## PSD

## TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

## PSD

## TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

## FINANÇAS

## PSD

## TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

## BPI

1. Lino de Mattos
2. Josaphat Marinho

2. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

## PSD

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

## PSD

## SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

## POLÍGONO DAS SECAS

## PSD

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

## PSD

## SUPLENTE

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

## PL

1. Mem de Sá



## REDAÇÃO

## PSD

## TITULARES

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

## TITULARES

1. Benedicto Vauqueres
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
1. Antônio Jucá
1. Mello Braga

## UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Ruy Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

## SAÚDE

## PSD

## TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

## TITULARES

1. José Guilomard
2. Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Pércles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

## UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

## TITULARES

1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

## PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Pércles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

## TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

## PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

## BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.  
Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

- Gilberto Marinho - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Vasconcelos Torres - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Arthur Virgílio - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.  
Josaphat Marinho - S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 9 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovada em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

- Atílio Fontana - Presidente - PSD.  
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio - Relator - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurélio Vianna - PSD.  
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

## Membros (5) - Partidos

- José Feliciano - PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio (Presidente) - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) - PSI.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (9) - Partidos

- José Feliciano - PSD.  
Atílio Fontana - PSD.  
Eugênio Barros - PSD.  
José Ermírio (Relator) - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Mello Braga - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos (Presidente) - UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador José Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) - Partidos

- Atílio Fontana - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
José Ermírio - PTB.  
Irineu Bornhausen - UDN.  
Júlio Leite - PR.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10 Alexandre M. de A. Mello.

# Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSE DOS CAMPOS

Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSE DOS CAMPOS, em virtude do Requerimento nº 783-63, do Sr. Senador Paulo de Almeida, aprovado na sessão de 12 de novembro de 1963. Completada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963, em virtude do Requerimento nº 1.188-63 do Sr. Senador Antônio de Faria, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA, por iniciativa da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Senado em 13 de 1963.

**Membros (18) - Partidos**  
 Senadores:  
 Wilson Gonçalves - PSD,  
 Bezerra Neto - PSD,  
 Antônio Pacheco - PSD,  
 Roberto de Figueiredo - PTB,  
 Manoel Levi - PTB,  
 Antônio Franco - UDN,  
 Agripino - UDN,  
 João Vianna - PSB,  
 Joséphat Marinho - Sem legenda.  
 Deputados:  
 Roberto Capanema (Presidente) - PSD,  
 Jurema - PSD,  
 João Vianna - UDN (Substituído por Arnaldo Nogueira),  
 José Dias - UDN,  
 João de Andrade - PTB,  
 Arnaldo Nogueira - PSP,  
 João Fátima - PDC,  
 Vivaldo Pinto - MTR.

Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

**MEMBROS**  
 Senadores:  
 Bezerra Neto - Presidente  
 José Alamos - Vice-Presidente  
 Jefferson de Aguiar - Relator,  
 Bezerra Neto  
 Wilson Gonçalves  
 Arnaldo Nogueira  
 João Vianna  
 Secretário: Anacy O'Reilly de Souza

# MISSES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

## Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS. Eleita em 27 de junho de 1961. Prorrogada até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 600-61 apr. em 14 de maio de 1961.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 710-63 apr. em 12 de maio de 1963.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1 178-63, apr. em 14 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD,  
 Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Ruy Carneiro - PSD,  
 Benedito Valladares - PSD,  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Daniel Krieger - UDN,  
 Lopes da Costa (23 de outubro de 1962) - UDN,  
 Milton Campos (Vice-Presidente),  
 Heribaldo Vieira - UDN,  
 Rui Palmeira - UDN,  
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Alonzo Oelso - PTB,  
 Nogueira da Gama - PTB,  
 Barros Carvalho - PTB,  
 Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL,  
 Mem de Sá - PL,  
 Josephat Marinho - Silenda.

## K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUSIVE AS DE PROPOR A EXONERACÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O COMPARTIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 301-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
 Meneses Pimentel - PSD,  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Lobão da Silveira - PSD,  
 Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Guido Mondin (1. de outubro de 1962) - PSD,  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Daniel Krieger - UDN,  
 Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN,  
 Heribaldo Vieira - UDN,  
 Lopes da Costa - UDN,  
 Silvestre Pericles ..... - PTB,  
 Vivaldo Lima - PTB,  
 Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB,  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB,  
 Aloysio de Carvalho - PL.

## L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(QUE EXONERACÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961. Prorrogada.

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 303-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 731-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
 Meneses Pimentel - PSD,  
 Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Lobão da Silveira - PSD,  
 Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD,  
 Daniel Krieger - UDN,  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Milton Campos - UDN,  
 Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN,  
 Lopes da Costa - UDN,  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB,  
 Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Vivaldo Lima - PTB,  
 Aloysio de Carvalho - PL,  
 Lino de Matos - PTN.

## M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961. Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 603-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;  
 - até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Meneses Pimentel - PSD,  
 Paulo Müller - PSD,  
 Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD,  
 Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Daniel Krieger (Relator) - UDN,  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Milton Campos - UDN,  
 Heribaldo Vieira - UDN,  
 Rui Palmeira - UDN,  
 Amaury Silva - 23 de abril de 1963 - PTB,  
 Barros Carvalho - PTB,  
 Argemiro de Figueiredo - PTB,  
 Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Aloysio de Carvalho - PL,  
 Lino de Matos - PTN.

## N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE EMPREGOS DESTINADAS AOS NEGROSI)

Eleita em 28 de dezembro de 1962. Prorrogada:  
 - até 10 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovada em 12 de dezembro de 1962

até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD,  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Ruy Carneiro - PSD,  
 Lobão da Silveira - PSD,  
 Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD,  
 Milton Campos - UDN,  
 Heribaldo Vieira - UDN,  
 Lopes da Costa - UDN,  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Nogueira da Gama - PTB,  
 Barros Carvalho - PTB,  
 Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.  
 Aloysio de Carvalho - PL,  
 Lino de Matos - PTN.

## O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962. Prorrogada:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 784-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962

até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de julho de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD,  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD,  
 Ruy Carneiro - PSD,  
 Lobão da Silveira - PSD,  
 Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD,  
 Milton Campos - UDN,  
 Heribaldo Vieira - UDN,  
 Lopes da Costa - UDN,  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN,  
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB,  
 Nogueira da Gama - PTB,  
 Barros Carvalho - PTB,  
 Aloysio de Carvalho - PL,  
 Miguel Couto - PSP,  
 Cabete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

## P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(ORIGINAVIDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMINAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962. Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 185-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PS.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

#### Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Aloysio de Carvalho - PL.  
 Lino de Matos - PTN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.

#### R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
 Completada em 23 de abril de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PS.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Menezes Pimentel - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.

#### S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.  
 Prorrogação:  
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.  
**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD.  
 Ruy Carneiro - PSD.  
 Lobão da Silveira - PSD.  
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
 Menezes Pimentel - Presidente.  
 Milton Campos - UDN.  
 Heribaldo Vieira - UDN.  
 Josaphat Marinho - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.  
 Daniel Krieger - UDN.  
 Vaga do Senhor Pinto Ferreira.  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.  
 (26.4.63) - PTB.  
 Nogueira da Gama - PTB.  
 Barros Carvalho - PTB.  
 Mem de Sá - PL.  
 Miguel Couto (23.4.63) - PSP

#### T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO)

Eleita em 13.9.62  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62 aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 18.12.63.  
 Completada em 23.4.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 FEDERAL NO SENADO)  
 Lobão da Silveira - Relator - PSD  
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Milton Campos - UDN  
 Heribaldo Vieira - UDN  
 Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB  
 Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL  
 Júlio Leite (23.4.63) - PR

#### U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Pedro Ludovico - PSD  
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD  
 Benedito Valladares - PSD  
 Milton Campos - UDN  
 Heribaldo Vieira - UDN  
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 João Agripino (23-4-63) - UDN  
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB  
 Nogueira da Gama - PTB  
 Barros Carvalho - PTB  
 Mem de Sá - PL  
 Raul Giuberti - PSP

#### V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

#### (AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

#### W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23.4.63  
 Prorrogação:  
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-68 aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Artur Virgílio - PTN  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - Relator - UDN  
 João Agripino - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Aloysio de Carvalho - PL

#### X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD

Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB  
 Vaga do Senador Eduardo A. Eurico Rezende - Presidente  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Relator  
 Sem Legenda

#### Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Adalberto Sena - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 João Agripino - UDN

#### Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 21.5.63  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-68, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Lobão da Silveira - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 Menezes Pimentel - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Amaury Silva - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Vaga do Senador Humberto Nêder - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

#### Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63  
 Prorrogação até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfrido Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Giuberti - PSP  
 José Leite - PR